



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA

**SOCIEDADE, POLÍTICA E ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS
DURANTE O SEGUNDO REINADO (1850 – 1889): O Caso do Clã Corrêa e Castro.**

Niterói
2017

LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA

**SOCIEDADE E POLÍTICA E ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS
DURANTE O SEGUNDO REINADO (1850 – 1889): O Caso do Clã Corrêa e Castro.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon

Niterói
2017

LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA

**SOCIEDADE, POLÍTICA E ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS
DURANTE O SEGUNDO REINADO (1850 – 1889): O Caso do Clã Corrêa e Castro.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon (orientador)
Universidade Salgado de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Mary Del Priore
Universidade Salgado de Oliveira

Prof. Dr. Jonis Freire
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Para a minha eterna e sempre atual: RAL!

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) por me possibilitar cursar o mestrado sem dispendir qualquer recurso financeiro, demonstrando assim, seu empenho na qualificação de docentes e pesquisadores para a melhoria do nível científico e tecnológico do país.

Ao Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon, nosso caríssimo Decano e meu orientador, pela sua metódica e precisa orientação.

As Professoras Doutoras: Mary Del Priore e Marly de Almeida Gomes Vianna, por todos os preciosos conhecimentos que me passaram.

Ao Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos, que me incentivou a gostar mais de história através das suas excelentes aulas, desde o curso pré-vestibular.

Ao Prof. Dr. José Alfredo Ratton, amigo e conselheiro cultural de todas às horas.

Ao Mestre em Direito e estudioso de história Rubens Nora Chammas, sobrinho querido e colega de estudos e debates.

Aos Colegas de turma, com os quais muito aprendi e troquei informações preciosas, capitaneados por Alex Sandro Amaral Rodrigues e Maria de Lourdes Gomide.

O estudo e a pesquisa são vetores que atuam no cérebro humano possibilitando à pessoa se situar no tempo e no espaço na construção de sua história.

Luiz Carlos de Carvalho Nora.

RESUMO

Esta dissertação pretende retratar o resultado de pesquisas sobre a origem e evolução do município de Vassouras durante o Segundo Reinado (1850 – 1889).

No capítulo 1, procuramos fixar a formação da sociedade vassourense com a vinda de clãs mineiros de origem portuguesa, para o vale do Paraíba.

No capítulo 2, usando a metodologia do capítulo anterior, analisamos a fundamental importância que tiveram o café e o trabalho escravo para o apogeu e a decadência deste município.

No capítulo 3, realizamos um estudo de caso sobre o poderoso clã dos Corrêa e Castro, desde a sua fantástica opulência até a sua trágica derrocada com a abolição da escravatura.

Palavras chaves: Produção Cafeeira, Trabalho Escravo, Baronato do Café.

ABSTRACT

This dissertation intends to portray the result of researches on the origin and evolution of the municipality of Vassouras during the Second Reign (1850 - 1889).

In Chapter 1, we tried to establish the formation of the vassourian society with the coming of clans of miners of Portuguese origin, for the valley of the Paraíba.

In chapter 2, using the methodology of the previous chapter, we analyze the fundamental importance that coffee and slave labor had for the apogee and the decadence of this municipality.

In Chapter 3, we conducted a case study of the powerful Corrêa and Castro clan, from their fantastic opulence to their tragic downfall with the abolition of slavery.

Keywords: Coffee Production, Slave Labor, Coffee Barony.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PREÇO POR TÍTULO DE NOBREZA	37
TABELA 02 – CUSTOS ADJACENTES AOS TÍTULOS DE NOBREZA	37
TABELA 03 – SITUAÇÕES PARTIDÁRIAS E GABINETES DE MINISTROS DURANTE O SEGUNDO REINADO	54
TABELA 4 – PRODUÇÃO CAFEEIRA PAULISTA (1838/1868)	66
TABELA 5 – PRODUÇÃO CAFEEIRA FLUMINENSE (1838/1877)	66
TABELA 6 – IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS NO BRASIL, 1840 – 1851	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 – BRASÃO DE VASSOURAS	17
ILUSTRAÇÃO 2 – ARMAS DO 1º BARÃO DO TINGUÁ – PEDRO CORREIA E CASTRO	90
ILUSTRAÇÃO 3 – CONCESSÃO DO TÍTULO DE BARÃO DE CAMPO BELO A LAUREANO CORREIA E CASTRO.	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. A SOCIEDADE DE VASSOURAS.	14
1.1 – A ORIGEM DA VILA DE VASSOURAS.	14
1.2 – POVOAMENTO E FORMAÇÃO DE VASSOURAS.	16
1.3 – FORMAÇÃO DA SOCIEDADE VASSOURENSE.	18
1.4 – O CLÃ DOS TEIXEIRA LEITE.	23
1.5 – O CLÃ DOS WERNECK.	32
1.6 – O CLÃ DOS GUIMARÃES.	34
1.7 – A NOBREZA BRASILEIRA	36
1.8 – EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE VASSOURENSE DURANTE O SÉCULO XIX.	39
1.9- A GUARDA NACIONAL E O MANDONISMO POLÍTICO EM VASSOURAS NO SEGUNDO REINADO.	61
CAPÍTULO 2. CAFÉ E ESCRAVIDÃO EM VASSOURAS DURANTE O IMPÉRIO.	65
CAPÍTULO 3. O CLÃ DOS CORRÊA E CASTRO.	86
3.1 – O APOGEU.	86
3.2 – A DECADÊNCIA.	99
3.3 – CONCLUSÃO DESTE ESTUDO DE CASO: O CLÃ CORRÊA E CASTRO.	100
CONCLUSÃO	128
BIBLIOGRAFIA	131
ANEXOS	137

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX uma região do litoral brasileiro, situada no sudeste do país, conheceu uma enorme prosperidade de muita riqueza e luxo. Estamos nos referindo a Vassouras, município situado no Rio de Janeiro, localizado geograficamente no Vale médio do Rio Paraíba do Sul.

A vila de Vassouras criada por Decreto de 15 de janeiro de 1833 e, em 29 de setembro de 1857 elevada à categoria de cidade, devido ao seu rápido crescimento populacional e econômico, proporcionado pelas valiosas plantações de café.

Durante a década de 1850, a cidade ostenta o título de “maior produtor de café do mundo”, reconhecida como a “Princesinha do café”. Constroem-se casarios, palacetes, hotéis, joalherias, teatros etc., plenos de vida social intensa.

As famílias de mineiros, na maioria de origem portuguesa, se estabeleceram no Vale do Paraíba a partir do século XVIII. E, através de uma numerosa rede de casamentos inter-familiares, formaram vários clãs que dominaram a sociedade vassourense por décadas.

Com uma fantástica produção da rubiácea, que atingia altos preços no mercado internacional, esses clãs foram se tornando cada vez mais ricos e poderosos, conquistando grande prestígio perante o Imperador D. Pedro II, que os titulava com títulos de nobreza, sendo Vassouras conhecida como a terra dos “Barões do Café”.

Os “Barões” eram latifundiários, donos de imensas fazendas de café e extraordinariamente ricos e poderosos, que procuravam conseguir títulos de nobreza, verdadeiros emblemas de sucesso, para manter fortuna, prestígio e sucesso dominando completamente o poder em seus municípios.

Nas fazendas dos ricos cafeicultores o luxo e o desperdício eram constantes. Os aristocratas rurais achavam que o luxo e o requinte de suas moradas, eram fundamentais para o exercício de prestígio e poder. Normalmente a habitação no interior era puro luxo, no estilo do mobiliário com cristais e espelhos, tapeçarias com desenhos encomendados da Europa, forros adamascados nos móveis e pratarias lavradas vindas de Portugal. Quadros de imenso valor contendo raridades dignas de museu. Preciosas peças de ouro se espalhavam por mesas e cômodos etc., etc.

O café, trabalhado pelo braço escravo proporcionava imensas fortunas aos cafeicultores que gastavam mais e mais, confiando nas safras futuras do café e se endividando cada vez mais.

De 1850 a 1880 a produção cafeeira conheceu o seu apogeu, porém, a partir daí uma série de fatores e acontecimentos inesperados, mudou completamente, o status quo, transformando esse “mar de rosas” num “sinistro e trágico pântano negro”. A tão rica e próspera Vassouras, começou a amargar uma terrível e trágica ruína.

As peste nos cafezais; a febre amarela; o cólera; os gastos faustosos; a exaustão da terra; as técnicas rudimentares aplicadas na produção do café; o aumento no preço do braço escravo após a Lei de 1850 e finalmente, o golpe mortal da abolição, serão capazes de explicar a derrocada de uma sociedade tão rica e próspera em menos de um século?

Hipótese: defenderemos a hipótese de que fatores endógenos e exógenos teriam contribuído para o apogeu e para a decadência de Vassouras e de outros municípios limítrofes, pertencentes ao Vale do Paraíba, no que diz respeito ao café e ao trabalho escravo, como vetores fundamentais para o entendimento de suas evoluções e percalços encontrados durante seus desenvolvimentos.

Assim, verificamos os atores que atuaram nas suas estruturas básicas e que talvez possam nos esclarecer sobre os reais motivos de suas causas e consequências.

CAPÍTULO 1. A SOCIEDADE DE VASSOURAS.

1. 1 – A ORIGEM DA VILA DE VASSOURAS.

A penetração no território do atual município de Vassouras efetuou-se através de duas regiões: a que se estende das margens do Paraíba e do Paraíba e vai subindo até a serra da Vieira e a da Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, em cujo extremo próximo, da margem direita do Paraíba, se erigiu a Vila, depois Cidade de Vassouras.

Conforme tradição corrente, a primeira penetração foi feita por Garcia Rodrigues Pais Leme, o qual abriu o caminho Novo das Minas e fixou residência na margem esquerda do Paraíba, em local situado entre aquela margem e a direita do Paraíba; daí, ele e seus sucessores, entre os quais o sargento-mor Bernardo Soares Proença, prosseguiram na construção do caminho que ligaria Minas com a Cidade do Rio de Janeiro (aberto ou concluído entre 1700 e 1725).

O primitivo nome da região circunvizinha à referida estrada era o de Caminho Novo de Minas, como atestam os autos de concessão de sesmarias; à proporção que os povoadores se estabeleciam, novos topônimos, de âmbito restrito, foram surgindo: Cabaru, Pau Grande, Roça do Alferes, Pati do Alferes, Tinguá, Couto, Marcos da Costa etc.

Nos primeiros núcleos populacionais estabeleceram-se “roças de mantimentos” e plantações de cana-de-açúcar, que precederam a cultura do café, e a criação de porcos para o preparo de carnes salgadas, transportadas pelo Caminho Novo para as freguesias do Pilar de Iguaçu. Na região de Ubá, mais tarde Pati e Andrade Pinto, tiveram roças e engenhos de cana José Rodrigues da Cruz e João Rodrigues Pereira de Almeida, seu sobrinho, agraciado mais tarde com o título de Barão de Ubá.

A “roça do alferes”, que pertenceu ao português Leonardo Cardoso da Silva, criada por alvará de 4 de setembro de 1820 surgiu a Vila de Pati do Alferes. No outro ponto de penetração – a região que seria denominada Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá – começaram, também a estabelecer – se situações agrícolas ao Sul da Roça do Alferes.

Já pelo ano de 1750, notava-se um acentuado crescimento demográfico e urbano em terrenos de Sacra Família, visto que, com a abertura de vários caminhos de ligação entre sua área e a Corte do Rio de Janeiro (em especial as Estradas do Comércio e da Polícia), estabelecia-se pela região um rápido povoamento promovido por fazendeiros, escravos, descendentes de comerciantes, mascotes, caçadores, missionários e outros aventureiros e exploradores, todos buscando tão somente solos para cultivar e riquezas para acumular.

A sesmaria da Roça do Alferes pertenceu a Leonardo Cardoso da Silva, Alferes do corpo de Ordenanças, o primeiro a possuir terras naquele local, e a quem pertencia também a sesmaria que lhe era contígua denominada dos Patis. Leonardo foi sucedido por José Francisco Xavier e Antônio Luís Machado; com o primeiro, ficaram as terras que compreendiam a Roça do Alferes e, com o segundo, as terras dos Patis. Essa sucessão se deu, provavelmente, após 1739, porque, nesse ano foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra Acima da Roça do Alferes; a Vila do Pati do Alferes, quando foi criada em 1820, foi sediada nas terras de Antônio L Machado¹.

Aldeados os índios coroados que habitavam o sertão entre os rios Paraíba e Preto na aldeia de N. S. da Glória (Valença) e abertas as comunicações entre as terras mineiras situadas na margem esquerda do rio Preto, começaram os tropeiros a transitar pelo mesmo sertão para a margem esquerda do Paraíba, alcançando o local que, ao mesmo tempo da construção da via férrea D. Pedro II, se denominava Desengano.

Daí atravessava o Paraíba, na altura do rio das Mortes acompanhando o curso deste, fixando um ponto de passagem em busca da estrada que ia de Sacra Família para o Tinguá: a várzea de Luís Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, que se tornou conhecida por “Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito”, onde seria criada a Vila de Vassouras (Decreto de 15 de janeiro de 1833), na freguesia de Sacra Família do Tinguá, sendo extinta a Vila de Paty do Alferes.

A dignidade de vila, para Paty do Alferes, duraria até o 15 de janeiro de 1833, quando Decreto regencial dessa data extinguiu essa vila, elevando à vila de povoação de Vassouras, cujo termo passaria a contar com as freguesias de Sacra Família do Tinguá e Paty do Alferes².

Na realidade, naquele ano criava-se a Vila de Vassouras tão somente em seu aspecto jurídico-administrativo, já que o seu notável desenvolvimento arquitetônico, comercial, social e populacional em muito ultrapassara o crescimento das vilas satélites, ou seja, Vassouras já estava plenamente formada quando o Império houve por bem transformá-la em cabeça de um vasto município.

¹ TAMBASCO, José Carlos Vargens. **A Vila de Vassouras e o Vale Médio do Paraíba**. Rio de Janeiro: ed. Vassouras, 2007. p. 39.

² TAMBASCO, José Carlos Vargens. **A Vila de Vassouras e as Freguesias do Tinguá**. Rio de Janeiro: ed. Vassouras, 2004. p. 35.

1. 2 – POVOAMENTO E FORMAÇÃO DE VASSOURAS.

No início do século XIX, passa por grande desenvolvimento econômico a região do Vale do Paraíba do Sul. Com o esgotamento do ouro em Minas Gerais, mineiros migraram em massa para a região de matas virgens e ocupadas por tribos nômades de índios coroados. Findado o trabalho de aldeamento de tais silvícolas a região vê-se segura para ser colonizada a partir de plantações, a princípio pelas de cana-de-açúcar e depois pelas de café.

A Estrada da Polícia e a Estrada do Comércio foram importantíssimas para o crescimento e desenvolvimento das Vilas do Tinguá. Das duas estradas que atenderam diretamente Sacra Família e Vassouras, a mais antiga era a chamada Estrada do Comércio, iniciada em 1811 graças a uma proposta da junta Real do Comércio do Rio de Janeiro (daí seu nome).

A Estrada da Polícia nascia no atual bairro da Pavuna, atravessava Iguazu e galgava também as montanhas do Tinguá. Era, na realidade, um caminho paralelo à Estrada do Comércio, porém mais extensa e com a vantagem de cruzar o centro de algumas freguesias serranas, como Sacra Família do Tinguá e Vassouras, ao contrário da outra, que se desviava para a periferia de tais centros populacionais. Assim, a Estrada da Polícia cortava o povoado de Rodeio, Sacra Família e Vassouras, terminando em terras de Nossa Senhora da Glória de Valença.

A Estrada da Polícia e o crescimento econômico da região permitem o rápido surgimento de um arraial, atualmente centro da cidade de Vassouras. Vão ali residir o construtor da Estrada da Polícia, Custódio Ferreira Leite, e seus sobrinhos da família Teixeira Leite. Lento o desenvolvimento da Vila de Paty do Alferes, os seus vereadores resolvem mudar a Câmara Municipal para o arraial de Vassouras. A 15 de janeiro de 1833 um decreto da Regência Trina transfere a sede da vila.

Com o crescimento econômico pelas plantações de café, a vila de Vassouras desenvolve-se e é elevada à categoria de cidade a 29 de setembro de 1857. Possui já nesta época aproximadamente 3.500 moradores em sua área urbana.

Durante a década de 1850, a cidade, em seu apogeu, ostenta o título de “maior produtor de café do mundo”, reconhecida como a “Princesinha do café”. Constroem-se casarios, palacetes, hotéis, joalherias, teatros etc., plenos de vida social intensa. Antes rústicos, os cafeicultores educam-se e socializam-se; suas fazendas são hora reformadas, ora ampliadas, para atenderem às novas necessidades e para receberem hóspedes ilustres da

Corte. Criam-se importantes estabelecimentos de ensino. “Entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi zona de maior produção cafeeira do mundo”³.

ILUSTRAÇÃO 1 - BRASÃO DE VASSOURAS



Fonte: SANTOS, Marco. **Efemérides vassourenses**. Marco Santo, Neusa Fernandes, Olinto Gomes P. Coelho, Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016. p. 57.

E, dentre todas as vilas circunvizinhas, ou seja, Paty do Alferes; Valença, Barra do Pirai, Rezende etc., Vassouras desde o início já assumia uma posição de relevo e preponderância.

Assumiu a zona de Vassouras importante papel nos fastos primeiros do café. Já antes da fundação da atual cidade deste nome, por volta de 1780, cultivou-se um pouco da Rubiácea em Pati do Alferes. Entre, as principais propriedades da região, cita-se a grande fazenda de Pau-Grande, que pertenceu ao Barão de Capivaré e ao filho deste, Visconde de Ubá, e onde os cafezais começaram a aparecer entre 1800 e 1810, segundo consta de documentos do arquivo do grande latifúndio.

Na sesmaria de Vassouras, concedida, em 1782 a Francisco Rodrigues Alves e seu sócio Luiz Homem de Azevedo, erguer-se-ia a capital do café brasileiro nas primeiras décadas do séc. XIX. Segundo a tradição, começou ali o plantio em 1782 e tomou, logo, enorme desenvolvimento. Incrementou-

³ STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1961, p. X-XI.

se esta lavoura imensa, sobretudo a partir de 1816 com a chegada de Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca (1782-1859)⁴.

1.3 – FORMAÇÃO DA SOCIEDADE VASSOURENSE.

As famílias de mineiros, portugueses e de outras localidades se estabeleceram no Vale do Paraíba a partir de meados do século XVIII. Os primeiros povoadores da região serrana provavelmente vieram de Minas Gerais e da província do Rio de Janeiro, em consequência direta de suas viagens entre a Corte e as montanhas mineiras, a exemplo do que fizera em finais do século XVII o bandeirante Garcia Rodrigues Paes. Muitos exploradores devem ter aproveitado as primitivas picadas abertas por índios da região para dali seguir em busca das terras que formariam Vassouras e depois Desengano e Valença, com isso intensificando o trânsito pelas várzeas irrigadas pelo rio Paraíba. É crível, portanto, aceitar-se que, em relação às freguesias serranas, o pouso ou rancho dos viajantes ou tropeiros tenha sido o embrião do nascimento daqueles núcleos populacionais do Tinguá.

Coincidindo o início da cultura cafeeira com o esgotamento das jazidas de ouro de Minas Gerais, antigos mineradores vêm para o Vale, nesse início do século XIX. Na maioria, eram pessoas abastadas, que adquiriam terras desmatando-as, e nelas organizaram fazendas. De fato, a empresa cafeicultura exigia certo capital para aquisição e montagem da fazenda, além da compra da mão-de-obra escrava. Os cafeicultores, formadores de grandes e poderosos clãs rurais, futuros Barões do café, são originários de Minas Gerais em sua grande maioria⁵.

Os primeiros colonizadores de origem portuguesa que imigraram para várias partes do mundo inclusive para o Brasil, fugindo da terrível Inquisição lusitana, escolheram a Província de Minas Gerais para viver e trabalhar na exploração do ouro que existia. Porém, ao esgotar-se o ouro na província de Minas Gerais, a Coroa portuguesa autorizou a ocupação das terras do Tinguá e do Mar na província do Rio de Janeiro, o que anteriormente era rigorosamente proibido. Após descerem a serra da Mantiqueira, essas famílias vindas de Minas Gerais se estabeleceram para desbravá-las e cultivar o “ouro verde” ou café no Vale do Paraíba do Sul.

⁴ TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Dep. Nac. do Café, 1945. p. 39.

⁵ FERREIRA, Carlos Roberto Dias. **Barão de Guaraciába, Francisco Paulo de Almeida: Um Negro no Brasil no Império – Escravista**. São Paulo: ed. All Print, 2015. p.119.

Insatisfeitos mineiros e paulistas descem dos planaltos para subjugar a terra bárbara. E ali chegados, pervagando o olhar de cima das colinas, dos morros, dos serrotes, sobre toda essa imensidão de selva, onde as picadas retalham sesmarias, planejam as plantações, assoberbam-se à derrubada da floresta⁶.

Esses primeiros colonizadores se instalaram em sesmarias doadas entre 1761 e 1765 a Antônio Pinto de Miranda e Francisco Pernes Lisboa que ali chegaram, ou seja, nas terras do Tinguá, com suas famílias.

Com área de uma légua em quadra, as terras ficavam situadas nas margens direita e esquerda do rio Piraí, em sua confluência com o rio Paraíba do Sul. Desde 1760, esta região formaria com a Comarca do rio das Mortes e o “norte” paulista uma grande zona de produção de gêneros e animais, além de ser a principal área de trânsito para Minas Gerais.

Algumas dessas famílias “realmente construíram” Vassouras, ou seja, chegaram nas terras do Tinguá que era uma verdadeira selva inóspita, habitada por tribos indígenas e nada mais. Ao longo dos anos foram construindo tudo o que era possível e necessário para fazer daquela enorme mata; uma vila, uma província, e finalmente, uma cidade.

Assim, vamos citar uma família que acredito emblemática, dentre todas as outras que participaram ativamente da fundação e progresso de Vassouras.

O clã dos Teixeira, como tantos outros que imigraram de Portugal para a região do rio das Mortes, na província de Minas Gerais, fechou-se em torno do próprio núcleo familiar para suprir a sua proteção e sobrevivência. Foram pouquíssimas as famílias reinóis de “homens bons” que vieram do Norte de Portugal habitar as Minas para desbravar o ouro na província. Entre eles estavam os Teixeira, os Ferreira Leite e os Leite Ribeiro. Essa designação de “homens bons” se originava das assembleias locais no medievalismo português, que atribuíram a seus titulares o direito de eleger e integrar as Câmaras de vereança, instituição representativa e investida de imenso poder, que foi usada no Brasil somente até a independência, em 1822⁷.

O paisagista e intelectual francês Charles Ribeyrolles (1812-1860) que imigrou para o Brasil durante o século XIX retratou a opulência da lavoura cafeeira fluminense, tendo visitado vários municípios do Vale do Paraíba – Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São Fidélis, Campos etc., observando com critério, moderação e argúcia as condições econômicas e sociológicas das populações com quem teve contacto. Escreveu uma obra em 2 (dois) volumes, que se tornou clássica: “*Brasil Pitoresco*”, usando uma linguagem culta e extremamente poética.

⁶ LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: ed. IBGE. p. 94.

⁷ LOBO, Luiza. **Terras Proibidas**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2011. p. 250.

Entre os anos de 1859 e 1860 percorreu a Serra do Tinguá fazendo uma série de observações sobre vários municípios, principalmente Vassouras e Valença. Começa fazendo apologia aos pioneiros de Vassouras:

Prefiro agora nos contar a história desses pequenos municípios que já visitei e foram desbravados, plantados, identificados em meio de terras úberes, cercadas ou cortadas pelos cursos d'água. Aí, graças aos pioneiros intrépidos que rasgaram o solo virgem, a princípio selvagem, há longo tempo fecundado, nenhum trabalho se perdeu, e todo o suor humano deu seu fruto como o orvalho da noite rega a vegetação⁸.

Continua o escritor francês falando dos intrépidos desbravadores das terras vassourenses, fazendo uma comparação desses, com o herói mitológico romano Rômulo e com Rodrigo Diaz de Bivar, Cid o Campeador:

Vassouras é um centro agrícola. Não que ela não tivesse de início, como a cidade de Rômulo, seus sabinos e seus sanitas. Há cerca de oitenta anos, alguns trabalhadores chegaram, com a concessão de terrenos. Eram Rodrigues, como o Cid. Com eles, alguns índios cruzados, conduzidos talvez por Antônio Francisco Carapua. Foram esses os fundadores de Vassouras. Mais uma vez tiveram de largar o machado pelo fuzil, quando os gentios, uivaram seu grito de guerra, das bandas do rio das Mortes, bosque sombrio e profundo donde proviam armados de maça e flecha, os cidadãos aborígenes⁹.

A história de Valença em tudo se assemelha a de Vassouras, sendo esta elevada à condição de Vila no dia 27 de abril de 1833 e aquela em 17 de outubro de 1823. Portanto, Valença conseguiu o status de Vila 10 (dez) anos antes que Vassouras. Porém, suas formações históricas e seus desenvolvimentos econômicos, sociais e políticos serão paralelamente semelhantes. Assim como Vassouras, Valença se localiza no médio Paraíba, e era habitada pelos índios coroados à época de seu devassamento pelo elemento branco. A partir do último quartel do século XVIII, começa a efetiva colonização da região com as primeiras sesmarias concedidas respectivamente a Francisco Nunes Fernandes (1771), Garcia Rodrigues Paes Leme (1793) e a Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama (1797). Devido aos constantes ataques aborígenes e à conseqüente devastação das lavouras impunha-se medidas que pudessem neutralizá-las, havendo o governo optado por uma solução pacífica. Tanto isso ocorreu consoante se vê, na informação prestada pela Câmara Municipal de Valença.

⁸ RIBEYROLLE, Charles. **Brasil Pitoresco**. São Paulo: ed. Martins, 1º vol., 1941. P. 186.

⁹ *Ibid.*, p. 187.

Em 1789, por ordem do vice-rei Luiz de Vasconcelos e Souza, deu-se princípio à catequese e civilização dos índios, que residiam entre os rios Paraíba e Preto. Foram encarregados dessa missão o capitão Inácio de Souza Werneck, o abastado fazendeiro José Rodrigues Luiz, senhor da fazenda de Ubá, e o padre Manoel Gomes Leal que, nessa época, fizeram uma estrada no dito território e erigiram uma frágil e pequena capela, no principal aldeamento dos índios, hoje cidade de Valença.

Como fizemos referentemente à Vassouras, vamos deixar que o famoso viajante e cronista francês nos explique como se deu a fundação de Valença:

Quem fundou Valença? Não foi de certo NUMA, embora ali haja um chafariz. Remonta-se a menos longe, no país. E se, por volta de 1789, ano das grandes tempestades e dos grandes rumores, qualquer estrangeiro se desgarrasse nessas florestas, entre o Rio Preto e o Paraíba, descortinaria apenas choupanas cobertas de palmas, habitadas pelos gentis homens da natureza, que se chamavam os bugres. Estes permaneciam à tribo dos Purís, raça de pequeno porte, tez cobreada, e aos Ararís, mais claros e robustos, verdadeiros guerreiros de arco e flecha.

Às vêzes, êsses vizinhos invadiam as terras dos civilizados, as freguesias de Pati do Alferes, de S. Pedro e S. Paulo, que desenvolviam penosamente entre as borrascas do céu e as avalanches da Mantiqueira. Ao fim do século, porém, eles foram pouco a pouco batidos e domesticados por José Rodrigues da Cruz e o capitão Souza Werneck, enviados pelo vice-rei Luiz de Vasconcelos. O primeiro, sobretudo, homem de valor e grande fazendeiro, contribuiu fortemente para a formação das aldeias de Valença¹⁰.

Portanto, à história de Vassouras, Valença e Paty do Alferes tem inúmeras convergências, sendo fundamentais as que dizem respeito as suas próprias formações, diria mesmo, colonizações, com a vinda de famílias das Minas Gerais, na sua grande maioria de origem portuguesa, que imigraram para o Brasil fugindo da Inquisição lusitana. Essas famílias, com a escassez do ouro das minas, adentram as terras virgens do Vale do Paraíba, na região do Tinguá em busca de sesmarias para produção agrícola. Com o advento do café e usando o trabalho escravo, essas famílias irão enriquecer e formarão verdadeiros clãs, dando início assim há uma aristocracia rural, cafeeira e escravista, que dominará com mão-de-ferro as vilas da serra do Tinguá e o Vale médio do rio Paraíba.

E, a seguir, tentaremos entender o funcionamento desse “sistema” fundamentado na tríade: Latifúndio, Monocultura e Escravidão.

¹⁰ Ibid., p. 194 – 195.

Foi com a cultura do café, de base latifundiária e escravocrata que surgiu, na bacia do Paraíba, uma nova aristocracia rural, esteio político do Império, e se inaugurou no alvorecer da República, no Sul do Brasil, ainda nas imediações do litoral, um período fecundo de prosperidade e de civilização. As riquezas acumuladas e concentradas em mão de grandes fazendeiros, cuja fortuna, apoiada primeiro nos escravos e depois nos imigrantes, marcaram profundamente à vida econômica e política do país, servindo de suporte do apogeu do coronelismo.

Ao longo do sec. XIX, aproximadamente entre 1830/1900, as plantações de café estenderam-se pelo Vale do Paraíba, na parte ocidental da província do Rio de Janeiro. De 1850 a 1900 o Vale foi à zona de maior produção cafeeira do mundo¹¹.

Nos primeiros tempos da fundação de Vassouras, os fundadores da cidade foram também seus administradores. Eles se dedicaram totalmente ao desenvolvimento da Vila. De fato, pelo Tinguá verificou-se uma mescla considerável de famílias das mais variadas origens – com predomínio dos portugueses, é claro – que se fixaram por aqui como agricultores, comerciantes, pedreiros, médicos etc.

O escravo, sem dúvida, exerceu uma imensa influência no desenvolvimento demográfico, urbano, social, familiar, arquitetônico e ético em todas as regiões do Tinguá. Sendo a fazenda, ou seja, o latifúndio, o expoente máximo do trabalho agrícola no Brasil, desde a colônia, era nela que o fazendeiro assentava o negro, a fim de que ele cuidasse não só dos animais como ainda preparasse o solo, semeasse, plantasse, colhesse e beneficiasse sua valiosa produção de café.

É conhecido o fato de que pelo menos três gerações de algumas famílias poderosas concentraram imensas fortunas no café e no braço escravo. Assim, temos os clãs dos Corrêa e Castro, dos Teixeira Leite, dos Werneck, dos Ribeiro Avelar, dos Furguim. Graças às doações que recebeu a Irmandade da Conceição da Vila de Vassouras, foi possível construir a parte central da Vila em torno da capela de Nosso Senhor dos Passos. Os fazendeiros e futuros Barões locais criaram, por sua própria conta e iniciativa, fontes, praças, arruamentos, teatros, o fórum, a Santa Casa de Misericórdia, a igreja de Nossa Senhora da Conceição e o cemitério do mesmo nome. Também por subscrição dos Barões, chega em 1865 a Estrada de Ferro Dom Pedro II (que em 1889 seria denominada Central do Brasil e em 1959 integrou a Rede Ferroviária Federal). “Em Vassouras dominavam duas famílias: Teixeira Leite e Corrêa e Castro”¹².

¹¹ SCHARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: ed. Difel, 1975. p. 94.

¹² TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Dep. Nac. do Café, 1945. p. 171.

Dentre os clãs que se formaram desde a criação de Vassouras, alguns estarão presentes, inclusive na própria criação de Vila.

Logo que foi criada a Vila tratou-se com a maior urgência do levantamento do pelourinho, symbolo da autoridade. Perante grande número de pessoas foi inaugurado o triste monumento às 9 horas do 15 de março de 1833 com a presença das autoridades locais que, cercadas, dos mais altos personagens da Villa e entre outros Laureano Corrêa e Castro, Joaquim Ribeiro de Avelar, João Corrêa de Figueiredo e José Maria Guadalupe, vieram presenciar o acto¹³.

Um famoso sociólogo alemão analisando a Sociedade de Corte e o Processo Civilizador através dos costumes e da Formação do Estado ensina que no desenvolvimento da história europeia, a aceleração da monetarização e da comercialização deu aos grupos burgueses um estímulo ainda maior para o embate contra a velha aristocracia. Ao fim das lutas sociais nas quais essa violenta transformação da sociedade encontrou expressão importante, ou seja, crescera consideravelmente a interdependência entre partes da nobreza e da burguesia. Muitas famílias burguesas assumiram caráter aristocrático e seus próprios descendentes defendiam os interesses da nobreza.

O objetivo dessa classe burguesa, ou pelo menos de seus principais grupos, não era - como o de partes substanciais da burguesia em 1789 – eliminar a nobreza como instituição social. O mais alto objetivo do burguês enquanto indivíduo era, obter para si e sua família um título aristocrático, com os privilégios que o acompanhavam. Os grupos representativos dirigentes da burguesia como um todo partiram para conquistar os privilégios e o prestígio da nobreza militar. Não queriam acabar com a nobreza como tal, mas, no máximo, assumir-lhe o lugar como nova nobreza, suplantando ou meramente suplementando a antiga¹⁴.

1. 4 – O CLÃ DOS TEIXEIRA LEITE.

A exemplo de outras prósperas e influentes famílias de lavradores de café e financistas do século XIX, os Teixeira Leite tiveram origem mineira (com ascendência portuguesa) a partir da região montanhosa da antiga comarca do Rio das Mortes (atual São João d'El Rei).

De fato os Teixeira Leite procedem diretamente de dois portugueses imigrados, na primeira metade do século XVIII, para as ricas terras das Minas Gerais. Francisco José

¹³ RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: ed. Fundação 1º de maio, 1935. p. 18.

¹⁴ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1993. p. 152.

Teixeira, natural do Arcebispado de Braga, e José Leite Ribeiro, oriundo de Santa Eulália do Barroso Guimarães. Ambos revelaram-se competentes mineradores de ouro, mantendo entre si por vários anos, uma avultada e profícua sociedade nas lavras mineiras.

O Sargento-mor José Leite Ribeiro e D. Escolástica Maria de Jesus trouxeram ao mundo dez filhos e quatro filhas, dos quais até hoje, há enorme descendência espalhada pelo Rio de Janeiro e por Minas Gerais e São Paulo. Dentre os filhos do Sargento-mor, o que mais se destacou em suas atividades sociais e econômicas foi custódio Ferreira Leite, titulado Barão de Ayuruóca por Decreto Imperial de quatorze de março de 1855.

Tendo participado ativamente da construção da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e de dezenas de outras obras públicas na cidade, colaborou ainda, com grande desenvoltura, na abertura da Estrada da Polícia e na fundação da cidade Barra Mansa ao lado de seu irmão, o Sargento-mor Joaquim Leite Ribeiro.

A matriz, sob a invocação de N. S. da Conceição, começou a ser edificada a 8 de janeiro de 1822 pelo coronel Custódio Ferreira Leite, que com o producto de uma subscrição agenciada pelo Comendador Francisco José Teixeira Leite concluiu a capella-mor no ano de 1829, tendo despendido com aquella fábrica a quantia de 7:000\$000¹⁵.

O sargento mor José Leite Ribeiro teve ainda a grata satisfação de ver muitos netos e bisnetos alcançarem postos de prestígio junto ao Império, tais como: Manoel Joaquim Ribeiro do Valle (Barão de Guaxupé), Joaquim Leite Ribeiro de Almeida (Barão de Ribeiro e Almeida), os militares Coronel Antônio Leite Pinto e Coronel Joaquim Martinho Ferreira, além dos já mencionados Visconde de Araxá, Barão de Itamarandilia, 2º Barão do Amparo, Barão do Rio negro e Visconde de Barra Mansa.

Por seu turno, o capitão Francisco José Teixeira legaria às terras mineiras numerosos filhos, tendo destaque maior, entre todos, o filho do mesmo nome nascido na Fazenda da Ilha, em 6 de setembro de 1780. Muito cedo, iniciou ele suas várias atividades comerciais, mergulhando com afinco em múltiplas calculadas transações bancárias, com isso amealhando um patrimônio tão expressivo que, em prazo relativamente curto, os bens herdados dos pais seriam por ele multiplicados numa proporção admirável. Como se não bastasse sua capacidade de concretizar ótimos negócios e ampliar fortunas, Francisco José Teixeira, o filho, aumentou ainda mais seus haveres ao se casar com D. Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro em 13 de setembro de 1802, a qual carregou para as mãos do marido

¹⁵ PINTO, Jorge. **Fastos Vassourenses**. Rio de Janeiro: ed. Fundação 1º de Maio, 1935. p. 67.

parte da herança recebida do pai, o Sargento-mor José Leite Ribeiro, coincidentemente o antigo sócio de Francisco José Teixeira, o pai.

Assim, pelos laços de casamento, iniciam-se, de forma indissolúvel, as famílias Teixeira e Leite Ribeiro, cuja fusão de sobrenomes veio espalhar por Vassouras o respeitável clã dos Teixeira Leite.

Francisco José Teixeira por carta imperial de 15 de novembro de 1846, recebeu de D. Pedro II o título de Barão de Itambé. Dos Barões de Itambé, procedem os Teixeira leite.

O primeiro a demandar a promissora malta fluminense, onde se iniciavam prósperas lavouras, foi, em 1820, Francisco José Teixeira leite (mais tarde Barão de Vassouras) com dezesseis anos de idade, pois nascera em 1804, em companhia do grande homem, que se chamou Coronel Custódio Teixeira Leite, barão de Ayuruoca, tio materno de Francisco, meu tio-avô e padrinho¹⁶.

Francisco José participou da composição da Câmara Municipal, atuando como vereador já na primeira sessão, ocorrida em 22 de abril de 1838. Três dias após esta sessão (25 de abril), o vereador propôs que se promovesse uma subscrição para a edificação da Câmara e da prisão.

Sem a menor exageração, portanto, é a pura verdade dizer-se que Francisco José Teixeira Leite foi o fundador de Vassouras. Em todos os melhoramentos de Vassouras, que rapidamente progrediu, e tornou-se uma das mais importantes cidades do interior, tomou o finado parte principal. Na fundação da matriz, e depois do cemitério da Conceição, foi um dos mais diligentes comissionados, sendo que o cemitério foi devido a uma subscrição por elle promovida¹⁷.

Sempre fazendo cerrada questão de trabalhar e progredir ao lado dos filhos e sobrinhos, Francisco José logrou atingir uma prosperidade financeira quase sem paralelos em São João d'El Rei e quando alguns membros do clã Teixeira leite vieram para Vassouras, começaram desenvolver uma significativa ação civilizadora, política, social e econômica, agindo sempre em conjunto familiar e facilitando as atividades das lavouras de café através de suas operações de créditos.

Durante quase quarenta anos essa família (Teixeira Leite) desempenhou importante papel suprindo as necessidades de crédito do município de Vassouras. O fato de um dos mais proeminentes membros do clã, Francisco

¹⁶ Ibid., p. 270.

¹⁷ Ibid., p. 276.

José Teixeira Leite, se haver estabelecido em 1820 naquele distrito, onde viveu até a sua morte em 1884, contribuiu consideravelmente para a importância do papel desempenhado pela família. Mais importante ainda, tenha sido o fato dessa família contar desde o início com o apoio financeiro de parentes de Minas Gerais. Solidariedade familiar e ajuda mútua foram fatores vitais na ampliação da influência financeira da família¹⁸.

A casa bancária dos Teixeira Leite cresceria mais e mais, a partir de 1850. Enquanto vários fazendeiros começavam a individuar-se, os Teixeira Leite prosperavam.

Vimos, como a condição de insolvência de muitos fazendeiros os levaram a vender as suas propriedades e a partir da região. Por outro lado, ainda havia grandes fortunas no município nos últimos anos do século passado. Uma delas pertencia ao comendador Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, dono da fazenda da Cachoeira, próxima à sede da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Este senhor enriquecido com as plantações de café, havia-se lançado às atividades bancárias emprestando dinheiro a juros¹⁹.

Foi iniciativa dos Teixeira Leite a construção da Estrada de Ferro de D. Pedro II, que passaria por Vassouras e transportaria a produção cafeeira do Vale para o centro do Rio de Janeiro. Na histórica noite do dia 9 de maio de 1855, reuniu-se um grupo de barões e fazendeiros financistas na casa de Francisco José Teixeira Leite, futuro Barão de Vassouras, para assinar a abertura das cotizações para construção da estrada de ferro de Vassouras. A estrada era cogitada desde 1847, ano em que os Teixeira Leite financiaram uma viagem do advogado Caetano José Furquim de Almeida, genro de Francisco José, para o estudo do assunto na Europa. Estavam presentes os irmãos Teixeira Leite, o genro de Francisco, Caetano José Furquim de Almeida, os dois Correa e Castro, os Avelar e os Werneck, ou seja, a “nata” da sociedade vassourense.

O projeto da ferrovia ligando o Rio de Janeiro a Vassouras encetado pelos Teixeira Leite, seu genro e alguns outros beneméritos locais, tinha uma função econômica objetiva e bem dirigida, pois a planejada Estrada de Ferro D. Pedro II atravessaria uma província inteira, cortando a serra por túneis, em obras das mais arrojadas para a época, e sem cremalheira. A estrada levaria café até a côrte e, no retorno, traria ao interior importantes produtos, promovendo a modernização do transporte e a venda rápida do café.

¹⁸ STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1961, p. 21.

¹⁹ PADILHA, Silvia Fernandes. **Da Monocultura à Diversificação Econômica – O estudo de Caso: Vassouras: 1880/1930** (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1977. p. 58.

Foram os “laders” dessa campanha o comendador Francisco José Teixeira Leite, homem de ação e lúcida inteligência, vulto de grande peso na política conservadora da Província, o qual mereceu do imperador a maior consideração e em 1871, a elevação ao baronato; o dr. Joaquim Teixeira Leite, político e banqueiro influente, deputado geral, espírito ilustrado e refletido, ótimo financista, o comendador Antônio Carlos Teixeira Leite, cujo nome com grande destaque se prende depois da primeira fase da cidade a outra, hoje enorme rede ferroviária – a Leopoldina; o Coronel Antônio Carlos Teixeira Leite, homem sobremodo ardoroso, entusiasta pela causa, significativo dos primeiros pedidos de concessão e grande comerciante de café, então; o comendador João Evangelista Teixeira Leite, tido como muito hábil financista e relacionadíssimo nos meios bancários²⁰.

Após os comentários sobre os dois principais clãs da aristocracia vassourense no século XIX, Correa e Castro e Teixeira Leite, discorreremos agora sôbre uma mulher emblemática, fascinante e sedutora, que sem a menor dúvida foi a mais notável mulher de Vassouras, e para muitos, uma das maiores figuras femininas do Brasil durante o Segundo Reinado. Trata-se de Eufrásia Teixeira Leite (1850 – 1930), que manteve um longo romance com Joaquim Nabuco.

Era filha caçula do Dr. Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Coreia e Castro, sendo neta paterna do barão de Itambé, neta materna do barão de Campo Belo, sobrinha do barão de Vassouras e sobrinha-neta do barão do Aiuruoca. Tinha uma única irmã Francisca Bernardina Teixeira Leite (1845 – 1899) e um irmão que morreu na infância.

Para os padrões brasileiros da época recebeu uma educação aristocrática, tendo estudado na escola de moças de madame Grivet, que existia na localidade de comércio, hoje Sebastião Lacerda, em Vassouras. Além do ensino básico, aprendeu boas maneiras, a falar o francês e a tocar piano.

No Brasil do século XIX, a educação da elite, além de diferenciada por sexo, em certos cursos, era realizada pelas próprias famílias. O pai de Eufrásia foi uma pessoa muito culta para os padrões da época, sendo bacharel em direito com sólida formação em letras clássicas; o Dr. Joaquim José Teixeira Leite possuía uma fantástica biblioteca com centenas de volumes importados da Europa, a maioria deles em Francês.

Ter uma biblioteca ou um conjunto de livros sobre assuntos diversos ou mesmo com especificidade sobre um tema, sempre foi, é e será símbolo de cultura e de força social de uma determinada elite intelectual. Uma biblioteca não é somente um amontoado de livros, de títulos, de encadernações coloridas, de capas douradas ou brochuras arrebitadas. Uma

²⁰ TAUNAY, Afonso d. E. **Os Teixeira Leite**. Rio de Janeiro: ed. Fund. Nac. do Café, 1945. p. 146.

biblioteca é um local de retenção de símbolos, de formação de sonhos, de viagens ao passado, de reflexões, de acúmulo de saberes e de poder²¹.

Portanto, é de se supor que Eufrásia seguindo o exemplo do pai, ávido leitor, também tivesse adquirido o hábito da leitura desde a infância.

Nesse contexto, a existência de uma rica biblioteca na casa em que Eufrásia passou a infância e juventude, ou seja, na chácara da Hera, nos permite deduzir que ela foi instruída pelos livros certamente com o auxílio do pai e também da Mme Grivet, condessa de La Haure. Sua relação com a biblioteca, ou com os livros, certamente não era trivial, pois Eufrásia manteve e cuidou da biblioteca até o final de sua vida. Em 1930, com 80 anos, ainda se mostra preocupada, na correspondência mantida com sua empregada, Conceição, escrita de Paris. Indaga constantemente sobre a importância da aplicação de “remédio” nos livros, assim como se preocupasse também com as formigas que invadiam a chácara e atacavam a horta e o pomar da sua querida e bela residência fluminense²².

Com a morte de seus pais em 1872, Eufrásia e sua irmã herdaram uma fortuna, o que equivalia na época à dotação pessoal do imperador D. Pedro II ou 5% das exportações brasileiras. Logo depois, em 1873, morreu sua avó, baronesa de Campo Belo, e as irmãs receberam outra fortuna como herança.

Nos sarau vassourenses, brilhava Eufrásia Teixeira Leite, com porte de rainha, sobancelhas marcantes, cabelos curtos muito negros, que não era comum na época. Já demonstrando ser uma mulher contemporânea do futuro, usava belos trajes que fugiam do convencional, vestidos elegantes, criados e confeccionados pelos mais renomados estilistas franceses.

Ao revisitar a trajetória de vida de Eufrásia, e comparando-a com outras representantes, da elite cafeeira, ao primeiro olhar seria esta uma moça de seu tempo. Pode-se dizer que na infância recebera educação refinada, conduzida por uma preceptora francesa. Aprendeu piano, francês, caligrafia e outras habilidades que faziam parte dos costumes de sua época e seu meio social, da mesma forma que outras moças de sua idade, pertencentes à elite. Nossa personagem transitava em um contexto de muitos acontecimentos e mudanças. Sua família possuía uma casa na Corte, no atual bairro das Laranjeiras. Em um exercício de imaginação podemos vê-la nos sarau, fazendo compras, lendo, viajando, e tocando o piano nas reuniões mais

²¹ FALCI, Miridian Brito; DE MELO, Hildete Pereira. **A Sinhazinha Emancipada**. Rio de Janeiro: ed. Viera e Lent, 2012. p. 48.

²² *Ibid.*, p. 38 – 39.

íntimas. Assim como outras mulheres de seu tempo, estava sujeita a todos os códigos de conduta da época²³.

Jovens ricas e solteiras, as irmãs venderam ações e títulos, cobraram créditos, alforriaram escravos e partiram para Paris, no ano de 1873, talvez por já terem vivenciado o início da crise do café em Vassouras. E, estando na Europa poderiam movimentar seus negócios de modo mais fácil do que se permanecessem no Brasil.

Assim, no mesmo ano de 1873, Nabuco e Eufrásia se conheceram a bordo do navio Chimborazo, rumo a Europa. Durante a viagem se apaixonaram loucamente e quando chegaram à França, já estavam pensando em casamento.

Há outras versões para esta história. Uns afirmam que Nabuco e Eufrásia já se conheciam, que haviam se encontrado um ano antes, em 1872, em Vassouras, ocasião em que chegaram a dançar juntos. Outra versão afirma que o primeiro encontro aconteceu durante uma regata na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, à qual compareceram, juntamente com a família imperial e as famílias de ambos. Há ainda a versão de que no primeiro semestre de 1873, portanto, pouco antes da viagem à Europa, Joaquim Nabuco estava preste a se casar²⁴.

Porém, ao longo de 13 anos de um imenso amor o relacionamento terminou. Foram inúmeras idas e vindas, sendo que uma das separações durou quase 2 (dois) anos. Um romance tão tempestuoso que foi, inclusive, separado geograficamente entre Rio e Paris. As dificuldades e obstáculos foram “minando” o grande amor que verdadeiramente existia entre os dois. Porém, com certeza um dos fatores que mais contribuiu para a separação, tenha sido a intransigência de Eufrásia em negar os pedidos de casamento de Nabuco. Todos os pedidos, pelo menos 3 (três), foram rechaçados pela amada. Pergunta-se: Quais os motivos que levaram Eufrásia a repelir os pedidos de casamento do seu grande amor?

Estando Nabuco em plena campanha eleitoral para retornar à Câmara dos Deputados, em plena disputa da campanha abolicionista, no ano de 1884, Eufrásia surpreende Nabuco retornando à França em 1885. O candidato ao mandato eletivo sente-se profundamente decepcionado e só, ou seja, quando mais precisava da presença do seu grande amor ao seu lado, Eufrásia de modo intempestivo parte para Paris.

²³ LEOPOLDO, Eliane Cahon. **As Mulheres e o Poder: Administração e Atuação Feminina na Sociedade dos Barões do Café de Vassouras (1850 – 1899)**. (Dissertação de Mestrado em história). Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2014. p. 67.

²⁴ FALCI, Miridian Brito; DE MELO, Hildete Pereira. **A Sinhazinha Emancipada**. Rio de Janeiro: ed. Viera e Lent, 2012. p. 64.

Tudo indica que este retorno de Eufrásia a Paris (abriu de 1886 a 11 de 1887), tenha sido a gota d'água para o posterior rompimento da relação ente eles. Eufrásia mostrava-se cada vez mais apaixonada, mas, ao mesmo tempo, indecisa para enfrentar o casamento. Provavelmente o status de mulher casada era muito pesado para a vida emancipada que ela levava²⁵.

Durante séculos a mulher no Brasil foi considerada a base moral da sociedade, a mulher da elite, a esposa e mãe da família tradicional, que deveriam adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituírem uma descendência saudável e cuidar da prole. Nessa sociedade hierarquizada rigidamente, gradações são reconhecidas e se impõem: em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local, o inteligente pelo grau de “doutor”, com anel no dedo, ou mesmo o vaqueiro ou plantador, mas sempre: homem.

Realmente, não seria exagerado comparar a masculinidade a uma nobreza. Para convencer-nos disso, basta observar a lógica bem conhecida dos cabelos, do double standart, como dizem os anglo-saxões, instaura uma dissimetria radical na avaliação das atividades masculinas e femininas. Além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realizá-la), as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas²⁶.

Sem dúvida, Eufrásia Teixeira Leite, filha do comendador doutor Joaquim José Teixeira Leite, sobrinha de Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras e afilhada de Laureano Corrêa e Castro, Barão de Campo Belo, ou seja, pertencia as duas famílias mais ricas e poderosas de Vassouras, como vimos anteriormente, teve uma base cultural excelente e pensamento próprio sempre voltado para o bremonismo, para a filantropia e, principalmente, para a sua liberdade individual. Assim, não se enquadrava no discurso oficial da submissão da mulher ao homem e nem das prendas domésticas de mãe, rainha do lar. Casamento, filhos e tarefas domésticas não eram fundamentais na sua visão de mundo e de vida!

²⁵ Ibid., p. 79.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand, 1998. p. 75.

Eufrásia Teixeira leite foi uma mulher muito além do seu tempo. Seu perfil, seu comportamento, sua habilidade com os negócios, o espírito empreendedor da família, seu caso de amor com Joaquim Nabuco, tudo demonstra que Eufrásia foi uma mulher fora dos padrões da época. Foi uma mulher avançada para o século XIX. Avançada para os dias de hoje. Uma mulher inatual²⁷.

Vários autores que escreveram sobre o Vale do Paraíba e principalmente sobre Vassouras durante o Segundo Reinado, apontam para o fato de que Joaquim Nabuco pertencia a pequena burguesia da época, enquanto Eufrásia Teixeira Leite era dona de uma imensa fortuna, possuindo ações e títulos de créditos de várias empresas em diferentes países. Além de vários imóveis valiosíssimos.

Esses pesquisadores entendem que este desnível econômico fazia muito mal, a Nabuco, pois, alguns entendiam que ele não passava de um esperto aproveitador de mulheres endinheiradas.

Por exemplo, em 1875 o grande romancista brasileiro José Alencar lançou um romance chamado “Senhora”, cuja personagem feminina principal, ou seja, Aurélia, uma mulher muito rica, dialoga com sua amiga Lísia Soares que desejava ardentemente vê-la casada, dirigindo-lhe um gracejo acerca de Alfredo Moreira, rapaz elegante que chegara recentemente da Europa. “É um moço muito distinto – respondeu Aurélia sorrindo -; vale bem como noivo cem contos de réis; mas eu tenho dinheiro para pagar um marido de maior preço, Lísia; não me contento com esse.”²⁸

Num Brasil do século XIX, carregado de preconceitos e estereótipos entre os sexos, que prescrevia severamente ser o homem o provedor de qualquer tipo de relacionamento amoroso e da família, Nabuco ficou indignado com o autor do romance e jamais o perdoou pela escolha do tema da obra, ou seja, uma abastada senhora do Império, “patrocinando” o seu amante.

Para piorar tudo, o romance foi publicado em 1875, ano em que o romance entre Nabuco e Eufrásia estava se iniciando. Na própria introdução da obra Alencar diz que: Este livro, como os dois que o precederam (Lucíola e Diva), não são da própria lavra do escritor, a quem geralmente os atribuem. A história é verdadeira; e a narração vem de pessoa que recebeu diretamente, em circunstância que ignoro a confidência dos principais atores deste drama curioso²⁹.

²⁷ FERNANDES, Neuza. **Uma Mulher Inatual**. In: **História e Geografia do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: ed. Inst. Hist. E Geo. De Vassouras, 2103. p. 195.

²⁸ ALENCAR, José de. **Senhora**. Porto Alegre: ed. LPM, 1997. p. 15.

²⁹ *Ibid.*, Introdução.

Numa carta escrita em 19 de agosto de 1886, Eufrásia oferecia uma espécie de empréstimo ou sociedade para que Nabuco pudesse se dedicar mais a seu trabalho. Nada podia ser mais desastroso, pois expunha a relativa pobreza de Nabuco quanto a família Teixeira Leite.

Assim se encerrou a relação entre os dois. Eufrásia permaneceu solteira até o final dos seus dias. Viveu fora dos padrões da sua época sua paixão e negou-se a seguir o modelo imposto pela sociedade para as mulheres, ou seja, casar e obedecer ao marido e cuidar dos filhos. Podemos concluir que foi uma mulher rebelde e excêntrica, ciosa de sua liberdade pessoal.

Quanto a Joaquim Nabuco, foi um intelectual e abolicionista que marcou profundamente à história brasileira, consagrado como um dos grandes vultos nacionais.

1.5 – O CLÃ DOS WERNECK.

Desde os primórdios do século XVIII até as duas últimas décadas dos anos oitocentos a forte influência pessoal, o peso de sobrenomes centenários e o poder dos ricos fazendeiros de café instalados pelos vales dos rios Santana e Paraíba foram os fatores que determinaram o crescimento social político, econômico e demográfico das freguesias e de outras pequenas vilas encravadas pelas vertentes da Serra do Tinguá. Com efeito, os Werneck (em especial na área de Paty do Alferes, mas com vivos reflexos para Vassouras e Valença), os Corrêa e Castro e os Teixeira Leite (em Vassouras) espalharam seus diversos ramos para todas as planícies e colinas compreendidas entre as terras do Tinguá e o Vale do rio Paraíba do Sul deixando para sempre gravada no Sul Fluminense a marca de seu sobrenome secular.

Francisco Peixoto de Lacerda, pai do futuro, Barão de Paty, nasceu em 1770 na Freguesia de São Salvador da Vila de Horta, em Portugal. Francisco veio para o Brasil com apenas 11 anos de idade, estabelecendo-se no Rio de Janeiro e permanecendo na cidade por alguns anos na chamada Freguesia de São José.

Tornando-se adulto mostrou ser um homem trabalhador. E por volta de 1786 se instalou na Roça do Alferes. Numa visita ao vale do Santana, conheceu Ana Matilde Werneck, filha de Inácio de Souza Werneck, proprietário da Fazenda da Piedade de Vera Cruz. Francisco apaixonou-se por Ana e se casou, recebendo do sogro uma sesmaria vizinha a Fazenda da Piedade.

Em suas terras, Francisco Peixoto de Lacerda e Ana Matilde Werneck fizeram fortuna e teve um único filho, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, aquele que mais tarde foi

agraciado pelo Imperador com o título de 2º Barão de Paty do Alferes com Honras de Grandeza.

Ainda muito jovem seguiu para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao estudo de Humanidade, mas por razões de saúde, logo retornou para Paty com a intenção de dedicar-se à lavoura cultivada pelos pais, implantadas anteriormente por Inácio. E começou a organizar seu império dentro das terras patienses. Em 1823, logo depois de completar 28 anos, tomou por esposa D. Maria Izabel de Assunção Ribeiro de Avelar.

Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, meu bisavô, filho de Francisco Peixoto de Lacerda e de Ana Mathilde Werneck, ganhou a maior notoriedade entre os representantes da família. Acumulou títulos e honrarias sem conta: foi fidalgo da Casa Imperial, Comendador da Ordem da Rosa, Presidente da Sociedade Promotora da Civilização e da Indústria da Vila de Vassouras, Comandante Superior da Guarda Nacional de Paraíba, Valença e Vassouras, Coronel Comandante da Guarda Nacional da Província do Rio de Janeiro, deputado à Assembleia Legislativa Provincial. Em 1852 recebeu o título de barão de Pati do Alferes, e no ano seguinte o de Grande do império, em reconhecimento dos “sacrifícios que por longos anos despendeu em diversos cargos públicos, sem ônus para o Estado” e como “chefe de uma numerosa família, toda devotada ao serviço de S. M. Imperial”. Também influíram os gastos de cerca de 60 contos com as obras da igreja de Santana das Palmeiras, no local onde imaginou fundar uma cidade chamada Isabelópolis, em homenagem à princesa Isabel³⁰.

O Barão comprou a Fazenda Monte Alegre de seu tio Francisco das Chagas Werneck, irmão de sua mãe, e nela passou a residir, a centralizar seus inúmeros negócios e a concentrar e arquivar toda a documentação relativa à inspeção de suas lavouras e às atividades desenvolvidas em outras propriedades da família a partir do ano de 1853.

Já em 1859, Monte Alegre possuía 200 escravos, avaliados num montante considerável de Rs. 396:899\$000, como consta do Inventário do Barão.

Em 1858, um acontecimento inesperado e auspicioso veio alegrar a vida dos moradores de Paty do Alferes. O Imperador D. Pedro II, que inspecionava com assiduidade o andamento das obras de implantação de estradas de ferro na Província do Rio de Janeiro, apareceu de súbito em Paty, chegando de Petrópolis. De qualquer maneira, atraído pelas notícias que davam conta das excelências do clima da região e até mesmo desejoso de desfrutar da famosa hospitalidade concedida pelo Barão de Paty – que granjeara, ao longo de décadas, a fama de ser o mais cordial e benevolente dos anfitriões que administravam fazendas de café pelo Tinguá – o Imperador apareceu a cavalo no centro da vila, resguardado

³⁰ DE CASTRO, Maria Werneck. **No tempo dos Barões**. Rio de Janeiro: ed. Bem-te-vi, 2004. p. 86.

por uma comitiva bem numerosa, deixando perplexos os mais humildes do lugar e causando pânico entre as autoridades e os nobres locais, que não podiam sequer sonhar com uma visita tão ilustre e respeitável.

Tocado em sua sensibilidade por aquela alentadora presença em suas terras, o Barão de Paty recebeu sua majestade em seu palacete no centro da Vila, oferecendo a sua majestade e demais convivas uma recepção suntuosa, guarnecida pelas mais finas iguarias da terra e alguns vinhos estrangeiros por ele guardados, para uma ocasião única e memorável, como aquela.

Sem dúvida, o barão de Paty era o representante mais ilustre e um dos mais ricos e poderosos da então classe social dominante na Serra do Tinguá. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck estendeu sua monumental influência política, financeira e administrativa por sobre quase todas as demais propriedades rurais do Tinguá, contribuindo para o desenvolvimento e as riquezas das lavouras nas terras de Paty como talvez nenhum outro fazendeiro tenha feito durante o Segundo Reinado.

O Barão escreveu um livro, uma espécie de manual, que ensinava uma série de procedimentos que deveriam ser seguidos e postos à prova pelos fazendeiros. Este manual introduzia uma série de técnicas e artifícios para a prosperidade de uma fazenda, no sentido de modernizá-la e torná-la mais produtiva.

O Barão de Pati do Alferes é autor de um livro de grande interesse para os fazendeiros da época, *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*, cuja primeira edição foi publicada em 1847, seguindo-se duas outras, revistas e ampliadas por seu filho, Luis Peixoto de Lacerda Werneck³¹.

1.6 – O CLÃ DOS GUIMARÃES.

Conforme vimos anteriormente, o município de Valença localizado entre os rios Paraíba e preto, era habitado pelos índios coroados à época de seu devassamento pelo elemento branco. A partir do último quartel do século XVIII, começa a efetiva colonização da região com as primeiras sesmarias concedidas respectivamente a Francisco Nunes Fernandes (1771) e Garcia Rodrigues Paes leme (1793).

³¹ Ibid., p. 88.

[...] Valença foi a cidade com o maior número de titulares do Império. A partir da década de 1830, Valença produzia uma boa parte do café e da Riqueza da Província do Rio de Janeiro. Como já apontado, as fazendas valencianas foram surgindo oriundas da doação de sesmarias e faz-se importante entender que algumas terras já eram habitadas irregularmente e que a política de doação de terras apenas regularizou a vida de antigos posseiros. O fato é que essa ocupação territorial provocou, no primeiro momento, um confronto com os índios “Coroados” que viviam na região. Aos poucos os índios foram obrigados a recuar e dar lugar às fazendas que se tornariam símbolo da riqueza nacional³².

O clã dos Guimarães vai atingir o seu ápice na figura de Domingos Custódio Guimarães (1802-1868), filho de Pedro Custódio Guimarães e Teresa Maria de Jesus. Casou-se com Faustina Xavier Pestana e depois com Maria das Dores de Carvalho, com quem teve um filho, Domingos Custódio Guimarães Filho, segundo Barão do Rio Preto. Em 1854 foi agraciado com o baronato e em 1867 com o viscondado. Foi vereador em Valença por dois mandatos (1861 e 1868).

Filho do Alferes Custódio Guimarães e de Thereza Maria de Jesus, Domingos Custódio Guimarães nasceu em 23 de agosto de 1802 em São João d’El Rei, mas curiosamente durante sua vida passou a comemorar seu aniversário no dia 7 de setembro. Primeiramente verificamos se esta data coincide com a data de comemoração de São Custódio, o que demonstraria uma devoção particular ou familiar, mas o referido santo tem sua comemoração na data de 2 de outubro. Isso nos leva a uma segunda possibilidade de ter esta data sido alterada por motivos patrióticos, pois como veremos adiante Domingos Custódio seguiu para o Rio de Janeiro no início da década de 1820. E certamente acompanhou de perto os eventos que levaram o Brasil a se separar de Portugal³³.

No Rio de Janeiro convenceu a João Francisco de Mesquita, futuro Marques do Bonfim a ser seu sócio e, em 1826, fundaram a Mesquita e Guimarães, uma empresa que abasteceria a Corte com carne bovina. A partir desse momento Domingos Custódio começou a fazer fortuna.

Na década seguinte, investiu o lucro na compra de terras e no plantio do café na região do vale do Rio Preto. Suas atividades concentravam-se na sesmaria das Flores, adquirida em 1843, onde levantou a sede da Flores do Paraíso, conhecida como a “jóia de Valença”,

³² DA SILVA, Antônio Carlos. **A “boa sociedade valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829 – 1868)**. (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2010. p. 25.

³³ Ibid., p. 73.

notabilizada por inovações técnicas, como iluminação a gás, terreiros asfaltados e mecanização.

Dono de uma imensa fortuna proveniente da venda de carne bovina, do comércio de escravos, do café etc., Domingos Custódio tinha lá suas excentricidades.

O barão do Rio Negro era tão refinado que, ao se mudar para a Europa com a família, levou a bordo vaca que fornecia leite ao filho menor no Rio de Janeiro, para que não estranhasse o leite de outra, diferente da que estava acostumado – e isso a conselho médico... A vaca é que estranhou a troca do seu estábulo conhecido, um dos muitos que havia no Rio de Janeiro de então, por um dos pastos gelados dos arredores de Paris. Contudo nem tudo foram percalços para seu périplo Europeu, pois naquelas lonjuras travou conhecimento com um touro de raça, de quem ficou grávida. Numa das viagens ao Brasil, não só o barão a trouxe de volta, devidamente acompanhada de seu rebento, como também, no mesmo navio, veio uma outra vaca holandesa, que comprara numa exposição de bovídeos em Paris e que o encantou³⁴.

1.7 – A NOBREZA BRASILEIRA

As características da nobreza brasileira diferenciavam-se profundamente da nobreza portuguesa, embora fossem, ambas, baseadas nas mesmas disposições legais e costumes. Os títulos nobiliárquicos brasileiros não eram hereditários, valendo somente em vida.

D. João VI ao se transferir para o Brasil, em 1808, continuou distribuindo títulos de nobreza, tendo até 1821, agraciado duques, marqueses, condes, viscondes e barões.

O título nobiliárquico não dava nenhum privilégio especial ao agraciado, além do status perante a sociedade. Os filhos de nobres, entretanto, tinham o direito de entrar na Marinha diretamente no posto de aspirante, no Exército como cadete; um privilégio concedido também aos filhos de oficiais da Guarda Nacional.

Durante o período em que permaneceu na colônia (1808 a 1820), d. João teria tempo de nomear alguns titulares – mais exatamente 254, entre onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões – além de garantir a nobreza àqueles que já a portavam desde Portugal. Esse era o início de uma corte “migrada e recriada”, que no reino da América introduzia algumas regras que lembravam uma Europa distante. Realizando uma verdadeira cruzada de nobilitação, d. João pagaria pelos favores com títulos e honras enquanto a elite dirigente carioca também se esforçou para ganhar a proximidade do Rei³⁵.

³⁴ LOBO, Luiza. **Terras Proibidas**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2011. p. 138.

³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: ed. Cia das Letras, 1998. p. 159.

Claro que esses títulos de nobreza só eram, na sua imensa maioria, concedidos a fazendeiros ou burgueses, que doavam grandes cabedais financeiros ao trono ou que realizavam uma cara e profícua filantropia em suas comunidades. Inclusive, para ser nobre, o agraciado deveria pagar o preço do título em contos de réis, segundo a tabela abaixo:

TABELA 1 – PREÇO POR TÍTULO DE NOBREZA

Duque	2.450\$000
Marques	2.020\$000
Conde	1.575\$000
Visconde	1.025\$000
Barão	750\$000

Além desses valores, havia os seguintes custos:

TABELA 02 – CUSTOS ADJACENTES AOS TÍTULOS DE NOBREZA

Papeis para a petição	366\$000
Registro do Brasão	170\$000

D. João precisava do apoio financeiro e político dessa elite rica em dinheiro, porém destituída de prestígio e refinamento. Para cativá-la, iniciou uma pródiga distribuição de honrarias e títulos de nobreza que se prolongaria até seu retorno a Portugal, em 1821. Apenas nos seus primeiros oito anos no Brasil, D. João outorgou mais títulos de nobreza do que em todos os trezentos anos anteriores da história da monarquia portuguesa. Desde sua independência no século VII, até o final do século VIII, Portugal tinha computado dezesseis marqueses, 26 condes, oito viscondes e quatro barões. Ao chegar ao Brasil, D. João criou 28 marqueses, oito condes, dezesseis viscondes e quatro barões. Segundo Sergio Buarque de Holanda, além desses títulos de nobreza, D. João distribuiu 4048 insígnias de cavaleiros, comendadores e grão-cruzes da Ordem de Cristo, 1422 comendas da Ordem de São Bento de Avis e 590 comendas da Ordem de São Tiago³⁶.

Alguns nobres brasileiros recebiam a distinção “com grandeza”, que os autorizava a usar em seu brasão de armas a coroa do título imediatamente superior – por exemplo, um

³⁶ GOMES, Laurentino. **1808 Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: ed. Planeta, 2007. p. 177.

barão poderia usar em seu brasão a coroa de visconde. Também, um “grande do Império” desfrutava de outros privilégios e precedências que o título imediatamente superior gozava.

Os registros eram feitos nos livros do antigo Cartório de Nobreza e Fidalguia. Em 1848, desapareceram misteriosamente todos os documentos do Cartório de Nobreza e Fidalguia, fato que dificulta em muito o registro de títulos nobiliárquicos concedidos durante o Primeiro Reinado.

Com a maioria e a liberalidade maior que o Ato Adicional infunde à Constituição do Império, retorna-se à concessão dos títulos nobiliárquicos, na forma da Constituição, despidos na outorga, de passadas prerrogativas, mais uma honorificiência e um tratamento que um título propriamente, condicionado por estilo imemorial, sem prescrição jurídica, à prestação de relevante serviço à causa pública.

Retornava-se também à confirmação e concessão do foro da Fidalguia, já, porém com o caráter de constatação oficial de genealogia verificada em se tratando de foro hereditário, e recompensa honorífica, de tradição no serviço da casa imperial e exercício de função palaciana, legitimada pelo decreto de 20 de outubro de 1823. Permitia este a observância de toda legislação reinol nas praxes para a nomeação para o ofício, mantida a hierarquia tradicional da Fidalguia, revestindo-se este assim do caráter de uma titulação profissional, em virtude de função com o mesmo apanágio da hereditariedade³⁷.

A nobreza brasileira nasceu vinculada ao Imperador, pois os títulos de nobreza eram concedidos por obra e graça do imperador. Estar próximo a êle ou gozar de sua intimidade ou atenção, era absolutamente imprescindível para a ostentação dos privilégios e poderes que o título honorífico materializava perante o meio social que o nobre circulava ou frequentava. Esses homens se diferenciavam do resto das camadas subalternas da sociedade, não só as habitações, mas todo o vestuário, linguajar, cores, costumes e festas, demonstravam claramente uma sinalização elitista de seu status social. Assim, nessa corte de marcas exteriores cada detalhe se converte em símbolo de poder, cada forma é uma demonstração de hierarquia, cada detalhe é uma regra de prestígio. A etiqueta – regras ou normas de boa conduta, de educação, de costumes vigentes, de vestir, de falar etc., – por sua vez, transformasse em elemento fundamental para essa coletividade de Corte, cuja influência implicava possuir uma série de privilégios sociais e reais, que o nobre não poderia perder sob pena de ver sua reputação maculada.

³⁷ DE MENEZES, Paulo Braga. **O Cartório da Nobreza e Fidalguia do Império no 2º Reinado**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: ed. IHGB, 1984. p. 173.

Na sociedade de corte, o sentido da vida para um duque estava no fato de ser um duque, para um conde, no fato de ser um conde, para cada privilegiado, fato de ser um privilegiado. Qualquer ameaça à posição privilegiada de uma determinada casa, assim como ao sistema hierarquizado de privilégios como um todo, significava uma ameaça àquilo que dava valor, importância e sentido aos indivíduos dessa sociedade, a seus próprios olhos e aos olhos das pessoas com quem conviviam e que tinham uma opinião sobre eles. Qualquer perda de privilégio significava um esvaziamento de sentido de suas existências. Em função disso cada um deles tinha que cumprir também, com os deveres de representação que estavam ligados às suas posições e aos seus privilégios. Correspondendo às gradações dos níveis sociais e às posições nessa sociedade estratificada, havia polaridades de valores dos tipos mais diversos. Todo o sistema era carregado de tensões. Era impregnado de rivalidades por parte dos homens que procuravam proteger suas posições, demarcando-as contra os níveis inferiores, e que talvez tentassem, ao mesmo tempo, melhorá-las em relação às camadas superiores, diminuindo as distâncias³⁸.

1.8 – EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE VASSOURENSE DURANTE O SÉCULO XIX.

Estabelecidos os clãs na então Vila de Vassouras, provenientes de Minas Gerais, como assinalamos anteriormente, serão eles os responsáveis pelo notável desenvolvimento e progresso da Vila, elevada a esta condição pelo Decreto de 15 de janeiro de 1833, contando ainda, com as freguesias de Sacra Família do Tinguá e Paty do Alferes.

Na realidade, como dissemos atrás, naquele ano criava-se a Vila de Vassouras tão somente em seu aspecto jurídico-administrativo, já que o seu notável desenvolvimento arquitetônico, comercial, social e populacional em muito ultrapassava o crescimento das vilas satélites, ou seja, Vassouras já estava plenamente formada quando o império houve por bem transformá-la em cabeça de um vasto município.

Foi fundamental para este rápido crescimento a atuação dos membros desses clãs nas construções das Estradas da Polícia e do Comércio, como já ressaltamos atrás. E, como não poderia deixar de ser, as famílias – Corrêa e Castro e Teixeira Leite, estiveram a frente dos dois empreendimentos, assim como de vários outros que possibilitaram o rápido desenvolvimento da região.

A história de Vassouras se interpenetra e se confunde com a história desses clãs, ou seja, desde a sua origem e fundação, a Vila prosperou e se desenvolveu através da atuação dos membros dos clãs que aí se localizaram a partir da terceira década do século XIX.

³⁸ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: ed. ZAHAR, 2001. p. E95.

Porém, resta-nos saber, qual o sentido cultural que estamos usando para designar a palavra clã, que ao longo da História tomou algumas designações próprias, seja no sentido antropológico, sociológico ou histórico.

No sentido antropológico, como ensina mestre Aurélio, é a aglomeração de famílias que são ou se presumem descendentes de ancestrais comuns³⁹. Sociologicamente falando, clã designa um subgrupo que se constitui dentro de um grupo maior e ao qual, de alguma forma, não se conforma inteiramente, constituindo uma pertença distinta e, por vezes, polêmica⁴⁰. Historicamente, clã é o agrupamento de famílias formado de subconjuntos de um conjunto tal que a união e a diferença de dois conjuntos da família são também conjunto da família. É exatamente com este sentido, que analisaremos a relevância do papel destas famílias pertencente aos clãs vassourense, desde os primórdios da Vila até a pujante riqueza do município a partir de 1850, patrocinada pelo café trabalhado pelo braço escravo.

Quando bem desenvolvidos, os clãs podem dominar todo o padrão da organização social reunindo quase todas as principais instituições na sua textura, contribuindo para o advento de uma sociedade estável e rural. Entretanto, o clã não pode desempenhar a função reprodutora. Esta só é possível à família, que determina a filiação do indivíduo ao respectivo clã.

Os padrões que dirigem o comportamento recíproco dos membros do clã são quase sempre modelados pelos padrões que dirigem o comportamento recíproco dos membros da família. Assim, os direitos e deveres teóricos do chefe clânico, são quase sempre uma repetição dos direitos e deveres do chefe da família. Mas na realidade um chefe de clã nunca terá sobre seus componentes tanto poder quanto tem um chefe de família sobre os membros de sua família. De maneira semelhante, o indivíduo não se comportará em relação a um irmão ou pai clânico da mesma maneira pelo qual se comporta em relação a um irmão ou pai de verdade. Pode ser que o indivíduo tenha obrigação de ajudar a todos aqueles a quem chama de irmão, mas certamente não ajudará em igual extensão a todos os “irmãos”.

O clã tem, pois, de ser considerado como unidade familiar ampliada e difusa. Seus potenciais de funcionamento dependem principalmente da intensidade emocional dos laços que unem seus membros entre si e das oportunidades que esses membros têm de cooperar.

O fator residência tem também grande influência sobre os potenciais funcionais do clã. Quando o grupo clânico e o grupo local coincidem, é possível desenvolver intensamente sentimentos de solidariedade e padrões de cooperação. O clã pode de fato assumir a maioria

³⁹ Dicionário Aurélio.

⁴⁰ Dicionário de Sociologia (Porto Editora). p. 57.

das funções da família e do grupo local. Condição similar existente quando o clã constitui o núcleo do grupo local, o resto sendo constituído por cônjuges vindos de outras unidades.

Os grupos familiares que povoaram minas, estreitamente ligados, compunham-se de clãs que realizavam casamentos entre si, unindo primos, cunhados, tios, sobrinhos; os homens sempre mais velhos: quase nunca os sobrinhos jovens se casando com as tias mais velhas, pois a ideia era de que o homem administra os bens da esposa, que passavam a ser seus, no matrimônio por comunhão de bens. A esposa levava para a família um dote, consistindo em geral de propriedades. Era do homem a função de mando e ele ocuparia o papel de substituto do pai, tendo a obrigação de manter a esposa e os filhos, que lhe deviam cega e total obediência. Um dos mais velhos e poderosos do grupo ascenderia à qualidade de chefe ou patriarca do clã⁴¹.

Assim, a família era tudo, seguindo a tradição da época em que os portugueses se instalaram no Brasil, porém, a família não se compunha apenas de marido, mulher e filhos. Era um verdadeiro clã, incluindo a esposa, eventuais (e disfarçadas) concubinas, filhos, parentes, padrinhos, afilhados, amigos, dependentes e ex-escravos. Uma imensa legião de agregados submetidos à autoridade indiscutível que emanava da temida e venerada figura do patriarca. Temida, porque possuía o direito de controlar a vida e as propriedades de sua mulher e filhos; venerada, porque o patriarca encarnava, no coração e na mente de seus comandados, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano. Era o chefe de um grupo de famílias. Era o pai, o sogro, o avô que deveria ser respeitado e obedecido no lar ou fora dele. Ele era o grande senhor rural proprietário de terras incomensuráveis, onde se plantavam as bases da economia brasileira: café, cacau, cana-de-açúcar e outras grandes lavouras. Era ele que desde os tempos coloniais e imperiais presidia a única ordem perfeita e íntegra da sociedade brasileira: a organização do social, baseada e fundamentada na família.

A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora⁴².

A família patriarcal do Segundo Reinado brasileiro era, portanto, a espinha dorsal da sociedade e desempenha os papéis de procriação, administração econômica e direção política das vilas e municípios, através da nefasta prática do coronelismo (de que trataremos

⁴¹ LOBO, Luiza. **Terras Proibidas**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2011. p. 252.

⁴² FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Cia Nacional, 1971. p. 34.

pormenorizadamente mais adiante). Na casa do senhor, coração e cérebro das poderosas fazendas nasciam os numerosos filhos e netos do patriarca. Traçavam-se os destinos das fazendas e educavam-se os futuros dirigentes do país. Cada um com seu papel, todos se moviam segundo intensa cooperação. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, e, por isso, eram comuns os casamentos entre parentes. A fortuna do clã e suas propriedades se mantinham assim indivisíveis sob a chefia do patriarca.

Como nos ensina a doutora Mary Del Priore:

Os casamentos dos filhos do Barão de Pirai se fizeram norteados pela preferência a igualdade de fortunas. A consangüinidade era incentivada entre muitos membros da elite cafeeira, para manter as propriedades livres de subdivisões. Tios e sobrinhos, primos ou viúvas entre si – valia a pena, mesmo se o amor fosse pequeno. As filhas recebiam dotes polpidos – entre outros bens, terras – a fim de atrair parceiros. Além de fortuna, estes deveriam trazer proteção ou bom desempenho aos empreendimentos do clã, manter a família unida era a maneira de zelar também pelo patrimônio social e pelo prestígio. Quando um membro assinava petição ou qualquer documento enviado ao Imperador ou à corte, os demais também o faziam, dando peso ao escrito⁴³.

Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, chefe de um dos clãs mais ricos e poderosos de Vassouras, sempre se preocupando em “limpar a raça”, segundo o modelo do Gobinismo, muito em voga, desde a década de 1880 no Brasil, tinha muito orgulho da nobre linhagem feminina de sua família materna dos Leite. Sua ascendência subia até a rainha Urraca, a Santa Eulália e o quarto rei visigodo da Espanha, Teodoreto. Além dele mesmo nenhum outro varão da família, ganhou qualquer título de nobreza. Mas as mulheres, sim. Tinha sobrinha viscondessa, baronesa, condessa e marquesa. A família tinha laços tão estreitos nesses casamentos arranjados, feitos com imensa distância etária, que havia sobrinhas mais velhas que as tias e, em muitos desses casamentos arranjados, não existia nem bem querença e muito menos o amor. É o caso singular de Osória, esposa do alferes José Joaquim Teixeira, um homem riquíssimo, possuidor de várias fazendas, que foi envenenado e morto pela mulher, que o odiava. Osória era apaixonada por Pedro Alves, um feitor mulato, alto, bem apessoado e insinuante. A sobrinha e esposa do alferes se apaixonou perdidamente por esse feitor e passou a odiar o seu velho tio-marido imposto pelo pai, apenas pela segurança de um bom matrimônio, em termos financeiros, acabando por matá-lo. Os

⁴³ DEL PRIORE, Mary e SCHNOOR, Eduardo. **Fazenda Três Saltos**. Rio de Janeiro: ed. Arte Ensaio LTDA, 2014. p. 94.

casamentos eram arranjados pelos pais dos noivos que não opinavam, somente obedeciam as vontades dos patriarcas.

Um casamento preparado e refletido é tudo menos paixão e sentimento. O corpo material não entra nesse tipo de raciocínio e muito difusamente surge a ideia de uma felicidade capaz de inundar-lhe o ser. Com honrosas exceções em alguns grupos da elite, a mentalidade das relações familiares e sociais era profundamente marcada pelo ambiente rural predominante até então. Uma rede de solidariedade, deveres e obrigações mútuas a consolidava. O consentimento dos mais velhos continuava abençoando as uniões e cabia ao pai decidir e determinar o futuro dos filhos sem lhes consultar⁴⁴.

Sobre a rede de solidariedade, deveres e obrigações de que nos fala a doutora Del Priore, faremos alguns comentários no momento oportuno, ao longo da dissertação.

Em outro livro, agora um belo romance, a mesma doutora Del Priore nos relata uma história de amor, protagonizada por um conde Russo, por uma herdeira de um barão do café do Vale do Paraíba e por uma ex-escrava, roteirizando a moral hipócrita e perversa de uma sociedade onde grandes fortunas deveriam ser preservadas a qualquer preço, inclusive através da obrigação de jovens terem de se casar com parentes velhos e decrepitos imposto pelo mandonismo patriarcal.

Aqui não há liberdade. Os pais ou seus substitutos discutem as futuras alianças em segredo. E uma vez passado o ar gélido das negociações, a moça é avisada. Ou melhor, cai o veredicto sem discussão. Ela é convencida de que a promessa do amor surgirá com o passar dos anos. Não há nada de clandestino ou cínico nesse tipo de decisão prática. Todos precisam ter a garantia de um seguro financeiro. Trata-se de uma fusão de fundos, não de coração⁴⁵.

Absolutamente emblemático é o diálogo entre a noiva do Dr. Cristóvão Corrêa e Castro, filho e principal herdeiro de Laureano Corrêa e Castro, Barão de campo Belo, com sua cunhada no dia do casamento:

Veja aqui. Anotei tudo neste papel, mas nem assim consigo entender direito: você é minha tia, é irmã do meu pai, e minha cunhada porque é irmã do meu noivo, é casada com seu primo em primeiro grau, pois ele é sobrinho de seus pais, e é meu primo também porque é neto de meus avós. Somos primos por esse lado. Meu noivo é meu tio porque é irmão do meu pai, e meu primo em

⁴⁴ DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: ed. Contexto, 2005. p. 157.

⁴⁵ DEL PRIORE, Mary. **Beije-me onde o sol não alcança**. São Paulo: ed. Planeta, 2015. p. 58.

segundo grau porque é primo da minha mãe. Por sua vez ele era sobrinho-neto do próprio pai – meu avô – que era tio da mãe dele – minha avó – e primo da mãe, porque esta era sobrinha do pai dele. Não consigo, decorar esta confusão. Será que acertei? Eu só queria saber qual será o parentesco que teremos, meu noivo e eu, com nossos filhos. Nossos filhos serão o quê nosso?⁴⁶

Outro caso, particularmente interessante, é o do casamento do Doutor Furquim com a filha do Barão de Vassouras, Ambrósia Teixeira Leite e seus desmembramentos após a morte desta. Em 1846, Caetano Furquim se casou com Ambrósia com quem teve três filhos. Em 1853, após seis anos de casamento, Ambrósia faleceu, sem motivo aparente. Menos de dois anos após a partida de Ambrósia, o Barão persuadiu Caetano Furquim a se casar com uma das irmãs de Ambrósia, ou seja, sua cunhada Maria Paulina. Caetano tentou de todas as formas, dissuadir o sogro daquela ideia, porém, o Barão se manteve firme como chefe do clã, não restando a Caetano outra alternativa senão obedecer a sua determinação.

Inclusive, para que o casamento fosse consumado, teria que haver a dispensa dos impedimentos do primeiro grau de afinidade lícita na linha colateral. Ora, o livro da Gênese 1.22, diz que “a raça humana começou com apenas um homem e uma mulher, por tanto seus filhos e filhas tiveram que se casar um com outro para que a vida pudesse continuar”.

O professor Monteiro no seu artigo publicado na História e Geografia Fluminense, nos possibilita conhecer a decisão do Cônego José Antônio da Silva Chaves, Quanto ao pedido do Dr. Caetano Furquim para a realização de seu matrimônio com Maria Paulina Teixeira Leite:

Segundo às leis da Igreja: fazemos saber, que tendo – Nós os Oradores o Dr. Caetano Furquim d’Almeida, e D. Maria Paulina Teixeira Leite, moradores ele nesta Corte e ela na Vila de Vassouras deste Bispado, requerido dispensa dos impedimentos do primeiro grau afinidade lícita na linha lateral e de cognação espiritual em qualquer das espécies, assim de validamente se receberem em matrimônio, e julgando Nós canônicas e legítimas as causas, que alegaram em sua petição, que fica autuada na Nossa Câmara Eclesiástica, para constar, foram por Nós dispensados dos referidos impedimentos pelo Breve Apostólico da Santa Sé, sendo-lhes comutadas todas as penitências, que deveriam cumprir, por terem requerido, em esmolas para as Obras Pias, à exceção porém de se confessarem, e comungarem uma vez, e Oferecerem à Paixão de Cristo, Senhor Nosso, em Sufrágio pelas almas do Purgatório, Portanto, qualquer dos Reverendos Párocos dos Oradores certificando-se do cumprimento da dita penitência pelos seus julgamentos, os poderá então receber em matrimônio na sua Igreja Paroquial, ou no Oratório do Pai da Oradora, por si, ou por outro Reverendo Sacerdote Secular de sua licença e em tudo mais se observará o que

⁴⁶ MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Política e Cultura no Rio de Janeiro: A Sociedade em Vassouras no Século XIX.** In: **História e Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: ed. Faperj, 2008. p. 392.

determina a Constituição do Bispado e Lei Civil a respeito. Dada nesta Corte do Rio de Janeiro, sob Nosso sinal, e Selo da Nossa Chancelaria, aos treze de outubro de mil oitocentos e cinquenta e três. Eu o Cônego José Antônio da Silva Chaves, Secretário da Câmara Eclesiástica a subscrevi. Manuel Bispo Conde Capelão – Môr⁴⁷.

Finalizando o seu esclarecedor e profícuo artigo, o douto professor nos chama, atenção para as relações de compadrio e clientelismo que fortaleciam e perpetuavam o poder familiar e oligárquico dos detentores do mandonismo político em Vassouras, que será analisado mais adiante, quando trataremos da política coronelista no município

Verificamos que os pedidos de dispensa de impedimento, encontrados em algumas habilitações de casamentos da Paróquia de N. Sr^a. da Conceição de Vassoura, que tinham como objetivo isentar os nubentes de que qualquer proibição devido ao seu parentesco consanguíneo, não se preocupavam com as possíveis conseqüências pelo casamento entre parentes em grau tão próximos, inclusive entre tios e sobrinhas, pois o que estava em jogo era a manutenção do patrimônio financeiro e o controle social de Vassoura. Outra prática necessária era torna-se um membro das famílias que estavam no poder, pois estava inserida neste método a troca de interesses, entre padrinhos, afilhados e sua família, manutenção do poder político para os primeiros e proteção para os segundos⁴⁸.

Outro exemplo clássico de casamento que visava fundamentalmente a permanência das fortunas nas abastadas famílias vassourenses, assim como, o absoluto domínio político exercido por elas, foi aquele que uniu o Dr. Joaquim José Teixeira Leite e D. Ana Esméria de Pontes França. Ele, filho de Francisco José Teixeira e D. Francisca Bernardina do Sacramento, e ela filha do Coronel Laureano Corrêa e Castro e de D. Eufrásia Joaquina Corrêa. Este casamento unia as duas famílias que dominavam a sociedade de Vassouras, ou seja, os Teixeira Leite e os Corrêa e Castro. E, como foi colocado anteriormente, Eufrásia Teixeira Leite que foi, sem dúvida, a mulher mais importante e famosa de Vassouras, quiçá do Império, era filha de Ana Esméria Corrêa e Castro e Joaquim José Teixeira Leite.

Entrar para a nobreza representava o coroamento de um grande esforço. Era resultado de um conjunto de atitudes e de investimentos por parte de muitos cafeicultores, mais sempre ocorria depois do enriquecimento. Tornava-se necessário então não só manter essa riqueza, mas também o prestígio e o poder.

A manutenção ou a ampliação da riqueza do prestígio e do poder passava também por um outro caminho: o casamento. Casar bem os filhos, principalmente as filhas, era fundamental para estabelecer alianças com

⁴⁷ Ibid., p. 387.

⁴⁸ Ibid., p. 399.

outras famílias, para ter mais crédito no comércio ou para ser representado nos meios políticos em casos de interesse. O objetivo era garantir o bem-estar da família, mais do que a felicidade individual que filhos e filhas pudessem ter no matrimônio⁴⁹.

Estes clãs, através de uma incessante interpenetração de casamentos entre as famílias componentes, nos remetem ao conceito de redes sociais e familiares, hoje tão em voga na Antropologia e, principalmente, na Sociologia.

Segundo a teoria das redes, são quatro os princípios fundamentais que as identificam:

- 1) Os atores e as suas ações são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas;
- 2) Os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais);
- 3) Os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relação como meios que configuram oportunidades ou constroem a ação individual;
- 4) Os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, econômica, política etc.) como padrões constantes de relação entre atores.

A maior parte dos sociólogos admite que o comportamento e as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas em que estes se inserem. Contudo, a realidade não é concluída em termos de relações, os dados empíricos são trabalhados a partir de categorias construídas a priori através da agregação de indivíduos com atributos semelhantes.

As análises, sociológicas extensivas tratam o indivíduo como unidade a – estrutural, ao mesmo tempo em que assumem que as categorias classificatórias com que trabalham correspondem a uma determinada realidade estrutural. Os indivíduos pertencem a categorias, mas também a redes relacionais, e as categorias não são mais do que o reflexo das relações estruturais que os ligam entre si. Elas não podem ser dadas a priori definitivamente, mas antes, emergir da análise entre os elementos que compõem a estrutura. O ponto de partida da investigação não deve ser, portanto, um conjunto de unidades independentes, mas, pelo contrário, o conjunto de relações que as interliga. Não se pode querer entender a estrutura e ignorar as relações que estabelecem entre os seus elementos.

A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a

⁴⁹ FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café**. Rio de Janeiro: Ed. Atual. p. 17.

têm, pelo que a sua influência não pode ser traduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interações.

Portanto, tentaremos explicar a teoria das redes na nossa análise sobre a Sociedade de Vassouras durante o Segundo Reinado, reunindo seus atores políticos, sociais e econômicos na estrutura em que eles atuaram. Pois, entendemos que a força da teoria das redes vem de sua capacidade de tornar visível e descritível o trabalho dos atores.

A teoria sociológica, através das redes permite analisar a estrutura social a partir de uma perspectiva relacional, colocando no centro do questionamento o elemento básico da sociologia: a interação social.

Dadas as suas potencialidades analíticas e metodológicas, o conceito de rede social-familiar parece bastante profícuo para o estudo da sociedade como um todo, assim como, de unidade comunitária, como é o caso de Vassouras do século XIX. Assim, estudos modernos têm demonstrado que conhecemos aquelas com quem podemos contar nos momentos difíceis, influenciam nosso estilo de vida, os nossos sucessos e insucessos, a nossa segurança e nosso bem-estar. A análise das redes sociais e familiares permite focar a atenção no comportamento individual sem perder de vista a sua inserção nas estruturas sociais. A inserção do indivíduo numa estrutura de redes garante um forte sentimento de proteção, assim como, de liberdade na escolha de estratégia de ação na estrutura social a que ele pertence.

Ensinarmentos, que nós chamaríamos de clássico, é fortalecido pela doutora Sheila de Castro Faria:

A família, no século XIX, não se constituía apenas de pai, mãe e filho. Todos os parentes faziam parte dela: genros, noras, cunhados, primos, tios, marido e mulher de primos e de tios, irmãos do cunhado etc. Alguns historiadores chamam esse conjunto familiar de parentelas. Outros, de clã. O nome não faz muita diferença. O que importa é que os historiadores identificaram certos procedimentos comuns a diversas parentelas que se tornaram poderosas.

Um deles é a divisão de tarefas. Os mais ricos cafeicultores escolhiam maridos para suas filhas pensando na política. Assim, eles próprios, não chegavam a ser deputados, senadores ou presidentes de províncias, mas encaminhavam filhos, genros ou outros parentes para esses postos. Havia os que precisavam estar ligados ao setor financeiro, a fim de impor suas vontades a respeito de diversos assuntos; dirigiam os parentes então para participarem das casas comissárias, de gerência de bancos, ou para atuarem no comércio, além de definirem as relações familiares a partir dessa necessidade econômica⁵⁰.

⁵⁰ FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café**. Rio de Janeiro: Ed. Atual. p. 23.

A divisão entre “a família” e os “outros” tem duas implicações: por um lado, é nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra respostas para as suas necessidades de apoio, material e afetivo. Por isso, quando alguém fora das relações familiares, é um nó importante da rede, um amigo próximo, um colega com quem se pode contar, essa pessoa “é como se fosse da família”. Por outro lado, os nós que pertencem à rede familiar tendem também a assumir a representação de um “nós”, um coletivo de pertença e de referência. Cada família dispõe de um curto número de atributos e de referências identitárias que funcionam como símbolos de reconhecimento e diferenciação social a partir dos quais se situa a identidade singular do indivíduo. O conjunto destes elementos fornece uma espécie de carta comum a todos os membros do grupo familiar cujo código é transmitido, negociado, apropriado e reapropriado, construindo ao longo do tempo a identidade familiar e definindo a partir de uma mesma trama coletiva, a identidade pessoal de cada um. Deste modo, os laços familiares apresentam-se como um todo com identidade própria, que representa uma esfera de identificação e referência, que dificilmente se encontra para a totalidade da rede ou para outros conjuntos de relações (os amigos, os colegas, os vizinhos) – “nós somos assim”, “conosco nunca há problemas”, “na nossa família estamos habituados a fazer desta maneira”.

Durante o século XIX, as relações sociais se baseavam principalmente nas relações de clientelismo, desenvolvidas através dos laços de parentesco e de compadrio.

As relações clientelistas tinham como objetivo principal a permanência das famílias “ilustres” no poder político local. Pois a elite local ao desenvolver essas redes de casamentos entre parentes ou entre famílias tradicionais e apadrinhamentos, conquistavam clientes para o seu interesse particular e em contrapartida, protegia os que a ela recorriam⁵¹.

Quando o prof. Monteiro nas fala de clientelismo e apadrinhamento nas “Redes de Sociabilidade em Vassouras no Século XIX, ele toca em dois conceitos fundamentais para que possamos compreender, em toda a sua plenitude, o funcionamento do sistema de redes que se produziu em Vassouras naquele século e que nos permitirá posteriormente tentar esclarecer os fenômenos oligárquicos e coronelista que dominaram “com mão-de-ferro”, toda à vida social, política e econômica da região.

Portanto, a política vassourense desenvolvida durante o Segundo Reinado, terá como seus componentes básicos um domínio oligárquico exercido pelas redes familiares, tendo como corolários o apadrinhamento através do batismo, ou seja, do compadrio; assim como, do

⁵¹ ÂNGELO, F. Monteiro. **Redes de Sociabilidade em Vassouras no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2007. p. 57.

clientelismo e dos agregados que, juntamente com os casamentos, formavam a base, o fundamento maior, do mandonismo no município, ou seja, de uma política coronelista.

A antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, inaugurou o Segundo Reinado, época de apogeu da monarquia brasileira, representante legítimo dos interesses das elites. As principais divergências quanto à estruturação da vida política nacional haviam sido conhecidas em grande parte ou, até mesmo, superadas. Permaneceram, sempre divididas com algumas dificuldades que por algumas décadas não imporiam obstáculos à ordenação socioeconômica brasileiras do Segundo Reinado nem às instituições políticas estabelecidas. Somente a partir dos anos 1870 é que essas fissuras ganhavam espaço, promovendo impasses que culminariam com a derrocada da ordem imperial e a instauração do regime republicano.

Consolidando o domínio oligárquico estabeleceu-se um governo de conciliação dos dois partidos dominantes no Império, o Conservador e o Liberal. O primeiro aglutinava principalmente a burocracia estatal, os grandes comerciantes e os fazendeiros de café ligados à lavoura de exploração; já o Liberal, conta em suas fileiras com profissionais liberais urbanos e agricultores encarregados do abastecimento do mercado interno. Após a superação de disputas e divergências, conservadores e Liberais integraram o governo elitista de D. Pedro II durante o período denominado “Conciliação”, contribuindo para consolidar a ordem imperial oligárquica brasileira.

Durante o Segundo Reinado a divisão partidária foi semelhante à do período de Pedro I e caracterizou-se inicialmente, pelas disputas entre liberais e conservadores e pela alternância dos dois grupos no poder.

As diferenças de posicionamento políticos, entre liberais e conservadores eram pequenas: ambos defendiam praticamente os mesmos interesses, em especial a manutenção da ordem socioeconômica existente – o monopólio da terra e a escravidão⁵².

Mas, como surgiram as denominações de Saquaremas e Luzias que, como foi dito atrás, dominaram completamente a vida política do Império. Conservadores Saquaremas e Luzias Liberal, por quê? Como nos ensina e o grande mestre da História do Brasil, Ilmar Rohloff de matos:

Conta-se ainda que os “liberais do Norte”, particularmente os de Pernambuco, não encontraram meios materiais nem argumentos político-ideológicos para juntarem-se aos, do “Sul”, persistindo em sua pregação antigovernamental nas páginas do Diário Novo, editado na Rua da Praia,

⁵² LINCH, Christian Edward Cyril. **Da Monarquia à Oligarquia**. São Paulo: Ed. Alameda, 2014. p. 70.

razão porque seriam chamados pelas forças do Barão de Caxias no combate de Santa Luzia, os liberais mineiros passaram a ser chamado pelos adversários políticos pelo nome do local onde ocorreu o seu maior revés: santa – luzias ou simples Luzias.

[...] Relatam uns poucos que, nos idos de 1845, quando os liberais ocupavam de novo o governo do Império e a Província do Rio de Janeiro era presidida por Aureliano de Souza Coutinho, um certo padre José de Cêa e Almeida exercia as funções de subdelegado de Policia na vila de Saquarema. Querendo garantir o triunfo nas eleições também naquela localidade, o Padre Cêa teria expedido uma ordem onde autorizava até mesmo o assassinato do eleitor que recusasse as listas do governo. Relatam também que Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza, chefes conservadores com grande parentela naquela localidade, onde eram também proprietários de escravos e de terras, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade, e que, desde então, a denominação saquarema passou a ser dada aos protegidos deles. Relatam por fim, que muito rapidamente a nova denominação foi estendida aos adeptos do partido em todo o Império⁵³.

Portanto, não havia diferenças básicas ou fundamentais nas propostas políticas destes partidos, ou seja, os dois estavam atrelados as decisões do imperador e, na sua grande maioria, seus membros faziam parte da elite econômica e política que dominavam os municípios, como foi dito atrás, através das redes oligárquicas que aí se instalaram.

Já que vamos tratar do assunto, acreditamos ser de bom alvedrio definir e conceituar: oligarquia.

Segundo mestre Houaiss: Oligarquia é o regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família⁵⁴.

Oligarquia significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos do pensamento político grego, a palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “Governo dos Ricos”. E, será exatamente com este sentido que usaremos a palavra, ou seja, onde os ricos governam, enquanto o pobre, não pode participar do poder!

Devido ao seu forte significado de valor negativo, o termo Oligarquia teve e tem ainda, na linguagem política, mais uma função polêmica que ilustrativa. Quando se diz que o mandonismo político em Vassouras era oligárquico, pretende-se afirmar que ele é nocivo, ou seja, o poder político supremo está nas mãos de restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pode lhes oferecer.

⁵³ MATTOS, Ilmar Robloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo, Hicitec, 1987. p. 98 – 100.

⁵⁴ HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**.

Em síntese, as oligarquias nacionais e locais se abrigavam nos dois partidos que dominaram completamente a vida política nacional. Conservadores e liberais, além de todas as semelhanças para alcançar o poder e exercê-lo, até na formação de seus quadros políticos se assemelhavam, pois, a formação universitária (superior) e o sentimento aristocrático faziam parte da base dessa evolução cultural. Assim, a importância dos bacharéis em direito, dos homens letrados, na maioria formada em Coimbra, há muito tempo formavam a base administrativa de Portugal e suas colônias. Em meados do século XVIII um número significativo de homens natos do Brasil, começaram a formar-se na Universidade de Coimbra. Alguns destes graduados, dos quais José Bonifácio é o mais célebre, subiram à posições de muita responsabilidade na administração luso-brasileira.

Os bacharéis formados em Coimbra tiveram uma importância vital nos governos de D. Pedro I e D. Pedro II. As decisões políticas tomadas pelos dois provinham de um círculo restrito de conselheiros advindos de Coimbra. Os bacharéis de Coimbra que voltavam ao Brasil depois de 1820 receberam posições governamentais e promoções rápidas, porque o Império tinha uma necessidade urgente de homens qualificados. Vários destes homens, nascidos no Brasil e formados em Coimbra depois de 1816, sentaram-se na Primeira Câmara dos Deputados eleita em 1825.

Portanto, as lideranças dos dois blocos políticos mais importantes do Segundo Reinado têm, nas suas formações acadêmicas, uma mesma origem, ou seja, a mesma formação intelectual. Para eles, com suas visões elitistas e oligárquicas, a sociedade brasileira estava dividida em três classes: a dos brancos e, sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se chama a “boa sociedade”; a do povo mais ou menos pobre; e finalmente a dos escravos.

O Partido Liberal diferia do Partido Conservador quanto ao método ou ao modo de lidar com a realidade sócio-política. Os fortes, enquanto os liberais defendiam a autonomia das províncias e valorizavam a representação nacional (deputados eleitos). Embora a diferença de posição entre conservadores e liberais não fosse grande nem inconciliável, ambos adotaram processos absolutamente iguais, usando da máquina administrativa de acordo com suas necessidades eleitorais.

Assim, esses dois partidos não chegavam a representar interesses, ou muito menos, projetos opostos ou substancialmente diferentes, como foi colocado anteriormente. Ou seja, sem apresentar coesão interna lutando com todas as armas pelo poder, aceitavam e defendiam a estrutura oligárquica, imperial e escravista da sociedade brasileira, divergindo apenas na

forma como mantê-la. Isso explica a alternância desses grupos no controle do governo imperial.

Essa alternância não ocorria sem articulações, conchavos, resistências, e muitas vezes, radicalização – tanto em nível central como provincial – daqueles que eram afastados do momento. Contudo, as ações não decorriam de ideologias diametralmente opostas, ficando claro, com o correr o tempo, que não havia diferenças profundas entre liberais – ou luzias, como também eram chamados – e conservadores ou saquaremas. Concordavam ambos os partidos em aspectos relevantes, como a manutenção da ordem monárquica e do regime servil, embora se visse que os liberais eram mais permeáveis à eliminação do trabalho escravo; defendiam maior autonomia para as províncias e também maiores liberdades individuais. Mas tudo isso, em tese: ao governarem tinham comportamento semelhante ao de seus opositores, o que provocou a famosa frase de Holanda Cavalcanti, segundo quem, “nada mais igual a um saquarema do que um luzia no poder”⁵⁵.

Em 1853, com o gabinete do visconde de Paraná, conservadores e liberais passam a integrar o governo de D. Pedro II, iniciando um período denominado “CONCILIAÇÃO”, contribuindo para consolidar a ordem imperial oligárquica brasileira. A Consolidação no campo político da década de 50 significou a resultante de um período de lutas constantes que desde a abolição, até a Revolução Praieira, vinham agitando o cenário brasileiro e que representaria para a classe política, mormente, conservadores e moderados, fato impeditivo do processo material do império.

Se por um lado a Conciliação permitiu que durante o seu período o país atingisse em alguns setores, índices razoáveis de desenvolvimento material, ela não foi promissora quanto ao campo de atuação política, na medida em que dividindo entre os partidos as suas responsabilidades político-administrativas, não possibilitou o debate, determinando uma acomodação político-ideológica, nefasta aos partidos e ao Império.

A transição da etapa monárquica para etapa oligárquica no processo de construção do Estado é a consequência, muitas vezes involuntária, do próprio êxito do príncipe na consecução de seus objetivos de criação de uma ordem nacional articulada e integrada. Por isso mesmo, foi durante e depois da “Conciliação” que apareceram os primeiros sinais daquela passagem. Nos anos anteriores, os saquaremas haviam atingido o ápice do seu poderio ao promoverem a extinção do tráfico negreiro, a promulgação do código comercial e uma lei agrária, medidas que pretendiam liberar os capitais até então direcionados ao tráfico e abrir, assim as, as vias para o desenvolvimento material do país. Entretanto, ao consolidar a ordem institucional brasileira, a “Conciliação” desencadeou também a primeira

⁵⁵ LINCH, Christian Edward Cyril. **Da Monarquia à Oligarquia**. São Paulo: Ed. Alameda, 2014. p. 65.

onda de dúvida acerca da viabilidade do espelhar eficazmente os interesses da sociedade civil, da opinião pública, da Nação (isto é, da oligarquia), ao passo que, para os conservadores, o predomínio dos interesses particulares (oligárquicos) já estava ao contrário, a corromper a esfera pública (monárquica)⁵⁶.

Portanto, nos meados do século XIX, a ordem imperial atingiu o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado. Os próprios partidos entram em recesso, colocados e reverentes, freados pela Conciliação. Os ódios antigos pareciam mortos as revoluções sepultadas, extintos os protestos pela usurpação da soberania popular na Coroa. Os liberais esquecem, por um momento, a acirrada luta contra os conservadores, a Guarda Nacional é entregue ao Ministro da Justiça, o aviltamento das localidades é absorvido pelo poder central. O progresso, nos moldes europeus, empolgava a corte, florescente e renovada.

Porém, para a elite econômica que dominava o município, ter um governo forte e centralizado na figura do monarca era importante, mas que a autonomia municipal e o domínio oligárquico fôssem mantidos a todo custo, ou seja, uma centralização nacional forte sem interferência no monarquismo local.

Eram as pressões da aristocracia provincial que, por meio de seus representantes eleitos, começavam a se fazer ouvir, em ordem nacional. Assim, aquilo que havia sido para os burocratas conservadores uma necessidade inelutável – organizar, no interior do aparelho constitucional “oligárquico” de 1824, um Estado “monárquico”, autônomo e centralizado passava a ser visto como uma “corrupção” do sistema pelos promotores da “oligarquização”. Em outras palavras, para estes era preciso que o legal enquadrasse o real, fazendo coincidirem forma oligárquica com conteúdo oligárquico. Para tanto, era preciso reformar o modelo político⁵⁷.

Como já frisamos anteriormente, os dois principais partidos do Império que representavam as oligarquias, os liberais e os conservadores, se revezavam nos gabinetes ministeriais do Segundo Reinado: 21 deles foram do Partido Liberal, controlando o poder por quase 20 anos, e quinze, do Partido Conservador, detendo o poder por quase 30 anos.

⁵⁶ Ibid., p. 65.

⁵⁷ Ibid., p. 56.

**TABELA 03 – SITUAÇÕES PARTIDÁRIAS E GABINETES DE MINISTROS
DURANTE O SEGUNDO REINADO**

Partido	Situação	Gabinetes e presidentes do Conselho de Ministro
1840 - 1841	1. Liberal	1. Antônio Carlos de Andrada Machado e Silva (24.07.1840 a 23.03.1841).
1841 - 1844	2. Conservadora	2. Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá (23.03.1841 a 23.01.1843). 3. Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná (23.01.1843 a 02.02.1844).
1844 - 1848	3. Liberal	4. José Carlos pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé (02.02.1844 a 26.05.1845). 5. Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté (26.05.1845 a 02.05.1846). 6. Caetano Maria Lopes Gama, Visconde de Maranguape (02.05.1846 a 22.05.1847). 7. Manuel Alves Branco, Visconde de Caravelas (22.05.1847 a 08.03.1848). 8. José Carlos Pereira de Almeida, visconde de Macaé (08.03.1848 a 31.05.1848). 9. Francisco de Paula Souza e Melo (31.05.1848 a 29.09.1848).
1848 - 1853	4. Conservador	10. Pedro de Araújo Lima, marques de Olinda; José Costa de Carvalho, visconde de monte Alegre (29.09.1848 a 11.05.1852). 11. Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí (11.05.1852 a 06.09.1853).

1853 - 1862	5. Conservador Liberal (conciliação)	<p>12. Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná; Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias (06.09.1853 a 04.05.1857).</p> <p>13. Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda (04.05.19557 a 12.12.1858).</p> <p>14. Antônio Paulino limpo de Abreu, Visconde de Abaeté (12.12.1858 a 10.08.1859).</p> <p>15. Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana (12.08.1859 a 02.03.1861).</p> <p>16. Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias (02.03.1861 a 24.05.1862).</p>
1862 - 1868	6. Liberal-Conservadora (liga Progressista)	<p>17. Zacarias de Góis e Vasconcelos (24.05.1862 a 30.05.1862).</p> <p>18. Pedro de Araújo Lima, Marques de Olinda (30.05.1862 a 15.01.1864).</p> <p>19. Zacarias de Góis e Vasconcelos (15.01.1864 a 31.08.1864).</p> <p>20. Francisco José Furtado (31.08.1864 a 12.05.1865).</p> <p>21. Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda (12.05.1865 a 03.08.1866).</p> <p>22. Zacarias de Góis e Vasconcelos (03.08.1866 a 16.07.1868).</p>
1868 - 1878	7. Conservador	<p>23. Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí (16.07.1868 a 29.09.1870).</p> <p>24. José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente (29.09.1870 a 07.03.1871).</p> <p>25. José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (07.03.1871 a 25.06.1875).</p> <p>26. Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias (25.06.1875 a 05.01.1878).</p>

1878 - 1885	8. Liberal	27. João Vieira Lins Cansansão de Sinimbu, Visconde de Sinimbu (05.01.1878 a 28.03.1880). 28. José Antônio Saraiva (28.03.1880 a 21.01.1882). 29. Martinho da Silva Campos (21.08.1882 a 03.07.1882). 30. João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá (03.07.1882 a 24.05.1883). 31. Lafaiete Rodrigues Pereira (24.06.1883 a 06.06.1884). 32. Manuel Pinto de Souza Dantas (06.06.1884 a 06.05.1885). 33. José Antônio Saraiva (06.05.1885 a 20.08.1885).
1885 - 1889	9. Conservadora	34. João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe (20.08.1885 a 10.03.1888). 35. João Alfredo Correia de Oliveira (10.03.1888 a 07.06.1889)
1889 - 1889	10. Liberal	36. Afonso de Assis e Figueiredo, Visconde de ouro preto (07.06.1889 a 15.11.1889).

Fonte: JAYARI, Barão de Organizações e Programas Ministeriais: Regime Parlamentar no Império, Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Apud. LYNCH, Christian Eduard Syril. Da Monarquia à Oligarquia. São Paulo: Ed. Alameda, 2014. p. 71 – 72.

Um autor importante que escreveu várias obras sobre a Serra do Tinguá e os municípios do Vale do Paraíba, principalmente sobre Vassouras inicia um dos capítulos da: “A Vila de Vassouras e a Economia do Café”, dizendo que:

Nos estudos que viemos empreendendo, desde a instauração do 1º Império, passando pelas Regências e, depois, pela duração do 2º Império, encontramos exemplos marcantes dessas três posições, sempre qualificados por epítetos cambiantes, com o sabor da ideologia da época. De fato, herança dos tempos coloniais, a classe dos proprietários de terras – classe essencialmente identificada com o mundo rural – nos desmembramentos políticos posteriores, veio a formar o Partido Conservador, inequivocamente

identificado como posição de Direita. Por outro lado, surgiu o Partido Liberal, nitidamente intelectual e urbano em sua origem, mas de cuja ação e propósitos faziam-no classificar-se como Partido de esquerda, e ainda mais, esquerda revolucionária. Todavia, já no poder, subdividiu-se em simplesmente Liberal e Liberal Radical. Corresponderiam respectivamente, “posições ditas de Centro e de Esquerda”⁵⁸.

O então arraial de Vassouras, como não poderia deixar de ser, se formou e progrediu tendo Luzias e Saquaremas comandando sua política, como ficou acentuado atrás, das redes de parentelas que ai se fixaram desde início do século XIX.

O arraial de Vassouras se desenvolveu politicamente como centro rural que era, proeminente ligado ao partido conservador. De fato surgindo como comunidade marcadamente comercial, às margens da Estrada da Polícia com vocação de distribuidora dos produtos alimentícios e artesanais, provenientes do Sul de Minas para o Vale do Paraíba; cedo se viu bastante capitalizada e, em seguida, transformou-se em centro de financiamento da produção agrícola regional. Seus primeiros habitantes tinham as raízes no mundo colonial que se de jure, vinha de se esboroar, com a Independência, de facto ainda pesaria na mentalidade da sociedade que se formaria ali; suas lideranças políticas surgiram posteriormente aos colonizadores e vieram em uma grande maioria, da comarca do Rio das Mortes: homens afeitos às atividades da extração do ouro e da prática da pecuária; homens de espírito irrequieto e aventureiro, verdadeiramente elos da ligação comercial e comunicação entre as economias até então praticadas, a economia natural dos latifúndios, agora cada vez mais integrados a um capitalismo que se expandia⁵⁹.

Como já frisamos anteriormente, as duas redes de parentes mais importantes de Vassouras durante o Segundo Império, ou seja, os Corrêa e Castro e os Teixeira Leite transferiram a Câmara Municipal de Paty do Alferes com seus móveis, documentos e tudo o que era importante, para Vassouras que agora fora elevada a categoria de Vila após determinação executiva regencial passada à Câmara Municipal de Paty do Alferes em meados de 1834, fundamentada em princípios consagrados na Constituição de 1824 quando a exigência do mínimo de construções residenciais que deveria apresentar uma vila, ou seja, 70 imóveis residenciais solidamente construídos.

Assim, como resultado de habilidosas manobras políticas de Laureano Corrêa e Castro (Futuro Barão de Campo Belo) e de Francisco José Teixeira Leite (futuro Barão de

⁵⁸ TAMBASCO, J. C. Vargens. **A Vila de Vassouras e a Economia do Café**. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 2010, p. 45.

⁵⁹ Ibid. p. 53.

Vassouras), detiveram aquele privilégio para Vassouras. Laureano Corrêa e Castro, eleito 1º Presidente da Câmara de Vassouras, consolidava, dessa forma, o mando conservador local.

De fato as Câmaras Municipais das vilas interioranas eram compostas, em sua esmagadora maioria, por proprietários fundiários, todos conservadores, como seria de se esperar em virtude da sua herança comum, tradicionalmente patrimonialista. Liberais eram pouco representados, e geralmente oriundos dos representantes das profissões também ditas liberais (médicos, professores, militares, bacharéis).

O poder municipal foi sempre exercido pelos Conservadores, como se verifica nos registros das Atas das Sessões das Câmaras Municipais de então. De fato, a Câmara Municipal de Vassouras era presidida desde a sua instalação inicial em 15 de janeiro de 1835, por Laureano Corrêa e Castro que nesse cargo permaneceu até 18 de setembro de 1840; foi substituído por Joaquim José Teixeira Leite, o qual permaneceria até 07 de maio de 1847. Em 02 de junho de 1847, a Casa era presidida por Francisco Teixeira Leite, em 19 de agosto do mesmo ano, a Câmara era, novamente, presidida por Laureano Corrêa e Castro⁶⁰.

Portanto, o município era o baluarte político-administrativo de um coronel. Na maioria das províncias e, posteriormente, dos Estados, era a unidade administrativa e legislativa mais baixa da federação brasileira. Era dividido em um ou mais distritos, porém os chefes do executivo e do legislativo estavam situados na sede do município. Era lá que o coronel lutava com os seus rivais – o que praticamente jamais existiu em Vassouras – para manter o domínio político dos processos administrativos e legislativos. De modo geral, um coronel era o principal chefe de um município.

A prática política coronelista sempre exerceu um grande domínio, que se estende por grande parte da nossa história, em razão de uma estrutura social agrária baseada no latifúndio e na família extensa. Nesse contexto, o que contava era a atitude do chefe político local. Nenhuma iniciativa poderia ser tomada sem o apoio do senhor. Durante o Segundo Reinado, o poder municipal ultrapassou o quadro das pequenas vilas, por meio dos filhos, dos sobrinhos, dos afilhados, dos genros, dos agregados, dos senhores rurais que viviam nos agora municípios próximos à Corte. Os proprietários rurais dominavam, assim, a burocracia imperial e a vida política, e o país se tornou “o Brasil dos senhores do Café”. Esta situação se consolidou com a criação da Guarda Nacional.

Após uma série de insurreições ocorridas em varias regiões do país, durante o período regencial, Feijó que ocupava a Regência e vendo que as Guardas Municipais não conseguiam aplacar as rebeliões que ocorriam em varias regiões do país, criou, em 18 de agosto de 1831 a

⁶⁰ Ibid., p. 55 – 56.

Guarda Nacional, que consistia em uma força paramilitar, subordinada ao Juiz de Paz no plano local e ao Ministro da Justiça em última instância. Composta de acordo com critérios censitários estabelecia para os integrantes a renda mínima de 200 mil réis anuais nas grandes cidades e 100 mil réis em outras regiões do país. O termo “coronel” passou a ganhar popularidade a partir deste momento, representando o chefe político local – invariavelmente um grande latifundiário – que assumia uma alta patente na milícia, ou seja, de “coronel”. E, dentre as funções que deveriam ser exercida pela Guarda, estavam a de defender a Constituição, auxiliar na manutenção da ordem prevenindo às revoltas, promover o policiamento regional e local etc.

Maria Isaura Pereira de Oliveira Queiroz, a “grande dama da USP”, denominada assim por vários historiadores e sociólogos brasileiros, num erudito e tão citado artigo por todos que estudam o fenômeno coronelista em nosso país, publicado na “Historia Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 8” nos ensina que:

Dentro de uma sociedade não industrializada, o núcleo urbano, quer seja povoado, vila ou pequena cidade tem variadas funções: centro comercial em que se concentram e distribuem mercadorias; pólo de relações e comunicações; concentração dos organismos de instrução etc. Em todos os casos, é ele sempre um elemento de organização do meio rural circundante e sede do poder. Quanto maior sua importância, mais funciona como coordenador do meio rural e como fulcro de comunicações.

Mandões locais e coronéis nunca desconhecera nem subestimaram estas qualidades, e provocaram sempre desenvolver, na região que dominavam, um centro urbano que ficasse na sua dependência, e que constituísse ao mesmo tempo centro de suas atividades: agiram ou como fundadores, ou como protetores de cidades que foram suas, no sentido pleno do termo. Povoados, vilas, cidades constituíram então sedes de grupos parlamentares, ou de um grupo de parentela, aumentando com a multiplicação destes grupos. Por toda parte, no país a função das vilas correspondeu à necessidade de implantar um mínimo de disciplina em áreas outrora desertas, estendendo até elas os elementos de administração indispensáveis ao entrosamento com a sociedade global. Na vila se localizavam as Câmaras municipais e outras Instituições de Governo, concentrando-se ali a autoridade sobre a redondeza, e passando a constituir, por isso, fulcro de luta entre as parentelas⁶¹.

Foi exatamente assim que “nasceu” Vassouras, ou seja, desde o início da vila tudo ocorreu segundo o descrito no parágrafo acima. Senão vejamos: o local escolhido para a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras pertencia a Francisco José Teixeira Leite (futuro Barão de Vassouras), que recebera a sesmaria através do

⁶¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, Difusão Editorial, Tomo III, 1977. p. 200.

dote de sua prima Ana Esméria Leite Ribeiro filha de seu tio materno Anastácio Leite Ribeiro. Os latifundiários da região pressionaram o futuro Barão a vender um pedaço da sesmaria que se localizava num promontório à entrada do povoado, perto da milagrosa capela de Nosso Senhor dos Passos. Francisco José vendeu as terras e comprou um vasto latifúndio que possuía apenas uma simples casa do engenho de açúcar, transformando-o numa majestosa fazenda: a Cachoeira Grande.

Portanto, a Matriz foi erigida nas terras que pertenciam ao futuro Barão de Vassouras. O tio de Francisco, Custódio Ferreira Leite, titulado Barão de Ayuruóca por Decreto Imperial de 14 de março de 1855, participou ativamente da construção da Matriz e de dezenas de outras obras públicas na cidade, como a abertura da Estrada da Polícia, de grande importância na época, pois, nascia no atual bairro da Pavuna, atravessava Iguazu e galgava também as montanhas do Tinguá. Participou também na fundação da cidade de Barra Mansa. Os Teixeira Leite e os Corrêa e Castro foram os idealizadores e construtores da Câmara Municipal e do Paço Municipal, assim como, da Irmandade e do cemitério de Vassouras. Como dissemos anteriormente, foram as duas famílias que “verdadeiramente” fundaram o município, como já frisamos no capítulo 1.

Estavam, pois, as vilas e pequenas cidades dominadas por um ou mais grupos de parentelas, cuja estrutura se inscrevia na própria disposição das casas através do espaço no centro, a matriz, cujas proporções, espelhavam a fortuna do grupo dominante, rodeada, no Largo e nas ruas adjacentes, pelas casas amplas e confortáveis das famílias gradas, vizinhas dos edifícios públicos, caminhando-se para a periferia, as casas se tornavam mais modestas e, finalmente na periferia exterior, se localizavam famílias e indivíduos pertencentes às camadas inferiores da parentela. Esta configuração foi geral no Brasil⁶².

Portanto, coronelismo e Guarda Nacional sempre estiveram absolutamente, interligados, sendo o título de “Coronel” derivado da Guarda e significava alguém com riqueza e poder, todo “coronel” era integrante em nível elevado de uma rede de parentela mais ou menos vasta; e os grandes “coronéis” se constituíam realmente em chefes supremos tanto de suas parentelas quanto das parentelas aliadas.

A criação da Guarda Nacional foi fundamental para que o governo regencial controlasse as inúmeras revoltas que marcaram o período, já que seus efetivos podiam ser

⁶² Ibid., p. 200 – 201.

mobilizados nas próprias regiões em distúrbios, mantendo, assim, o poder local nas parentelas que dominavam o poder econômico e político na região.

A Câmara dos Deputados deve saber que seis mil cidadãos armados, não da qualidade dos que em 15 de julho derramaram a constituição na Capital, mas seis mil pessoas que representam cada uma família e bens, que constitui a massa mais rica e populosa do Império, têm declarado não mais poder sofrer a inquietação e sobressalto, os incômodos e prejuízos que lhe causam os anarquistas, e que a indiferença da Assembléia Geral, sobre as calamidades que se passam diante de seus olhos lhes é muito sensível e desagradável⁶³.

1.9- A GUARDA NACIONAL E O MANDONISMO POLÍTICO EM VASSOURAS NO SEGUNDO REINADO.

A composição estrutural da guarda, sua organização regional, seu processo de recrutamento, confundindo no titular do comando o titular da propriedade, suas missões taxativas, caracterizavam a instituição. Ela se destinava a manter os privilégios da classe dominante e era diretamente acionada pelos seus elementos.

O poder militar era assumido, assim, em cada propriedade, pelo detentor do poder, econômico diretamente⁶⁴. Dentro dos limites do seu poder, o coronel exercia uma série de funções sociais, que fazia dele temido e respeitado: arranjar emprego, emprestar dinheiro, avalizar títulos, providenciar hospitalização, batizar filho ou apadrinhar casamento, compor desavenças, tirar seus protegidos da cadeia, julgar questões etc⁶⁵.

⁶³ A argumentação de Feijó defendendo a criação da Guarda Nacional é uma peça exemplar de visão política e social. SERRA, Lauryton. **Origem e Desenvolvimento dos Partidos**. In: **Revista do IHGB**. Brasília – RJ, Ed. IHGB, 1984. p. 29.

⁶⁴ O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua colaboração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mas liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe do regimento municipal investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente gratificada em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrada prosperou o "coronel tradicional", também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre / São Paulo: Ed. Globo, vol. 2, 1975. P. 621-622.

⁶⁵ Mas, na fase de seu exclusivo mando, o coronel é chefe, juiz, delegado. Essa a idéia mais geral que dele se faz, não de todo desvinculada da realidade. Esse é o protótipo que fale fixar, sem as atenuações que as presenças do Estado e do moderno vão progressivamente impondo. É o coronel que decide sobre os homens e coisas. Sua vontade são sentenças. E o humanitarismo que pode revelar alastra a forma de sua bondade. VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBURQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Brasília / Ed. Tempos Brasileiros, 1978. p. 35)

Em resumo, o coronel desempenhava várias funções que num regime político mais evoluído seriam normalmente da responsabilidade do Estado. Tais práticas eram costumeiras em virtude da inexistência de um Estado central forte e organizado⁶⁶.

O título de coronel servia de barômetro do *status* de uma pessoa na comunidade. O Município era o centro político-administrativo de um coronel. Durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891, não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão dos coronéis e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos político violentos, que mandavam e desmandavam nos seus distritos de influência, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder⁶⁷.

Socialmente, coronel tornou-se sinônimo de chefe político: as pessoas preferiam ser chamadas de *coronel*, em vez de *senhor*. *Senhor coronel* e *Senhor doutor* eram usados para realçar o respeito por um superior⁶⁸.

Destarte, a passagem do regime imperial ao republicano irá acentuar e aumentar a função política do coronel. Este agora não estará mais estrelado ao centralismo imperial, mas sim aos poderes estaduais, atrofiando os núcleos locais. A primeira Constituição Republicana entregou o Município ao Estado. O expediente era necessário ao controle político que os novos mandatários pretendiam impor á Nação, articulada ao eixo federal. Os Estados, nas suas Constituições, estariam livres para organizarem os Municípios, como bem quisessem. Os

⁶⁶ No Brasil, o Estado sempre foi instituição precária. Aqueles fatores que contribuíram para dar à sociedade o aspecto ganglionar que teve, de um lado suscitavam a concentração, em núcleos, da vida social, núcleo que guardavam entre si independência quase absoluta e estimulavam a consolidação de agência de autoridade privada; de outro lado, dificultavam, quando sólida, que se atribuisse e exercesse, sem contestações, uma ação uniforme e uniformizante sobre as forças e correntes sociais que se enquistavam em órgãos de mando privado – o “abencerragem”, senhor de engenho, o caudilho, o coronel – símbolos da debilidade do poder político, provas da força do poder privado. PINTO, L. A. da Costa. **Lutas de famílias no Brasil**. São Paulo, 1980. p. 28.

⁶⁷ Em belos livros, temos vivido a ler que os municípios são “a pedra angular da democracia”, as “células da vida pública”. Há um século estamos repetindo isso com convicção, com entusiasmo e belas imagens. Em nome disso, temos feito mesmo algumas revoluções.

Entretanto, para nós a verdade é outra. Essas células da vida pública nós, aqui, não as encontramos nos municípios ou comunas, como acontece nos povos ocidentais. Essas células nós as encontramos sim, nos clãs rurais. Desses pequenos grupos sociais, que têm como base física as vastas sesmarias, os vastos campos cerealíferos, os grandes engenhos açucareiros e as grandes fazendas cafeeiras, e que são os elementos estruturais e anatómicos da sociedade brasileira; desses pequenos grupos, estáveis, coesos, organizados, vivazes, e não das “cidades”, é que depende todo o maquinismo da nossa vida pública e da nossa democracia. VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, vol. 1, 1973. p. 241.

⁶⁸ Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e subgrupo na estrutura tradicional brasileira. A pergunta: “Quem é você?” recebia invariavelmente a resposta: “Sou gente do coronel fulano”. Esta maneira de redargüir dava imediatamente a quem ouvia às coordenadas necessárias para conhecer o lugar sócio-econômico do interlocutor, além de sua posição política. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, Difusão Editorial, Tomo III, 1977. p. 156).

prefeitos passaram a ser eleitos ou nomeados a sabor do governo estadual, representado pelo chefe todo poderoso da zona. Destarte, o comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário dos fatores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governador e o coronel a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele.⁶⁹ A participação do coronel nesta troca de interesses se alicerçava, fundamentalmente, na sua capacidade de *produzir* votos. E estes eram *produzidos* sob as mais variadas formas: fraudes, corrupção, coação etc.

Para servir ao coronel, os sertanejos a fim de dar uma aparência legal ao predomínio dos mesmos, tinham de *votar com ele*. Os analfabetos aprendiam a assinar o nome para poder lançar na urna um voto cujo nome não podia ler.⁷⁰ A opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto os favores e benefícios. O poder e o medo fazem com que o domínio do coronel sobre os seus *eleitores* seja absoluto. É ele quem escolhe os candidatos a deputado estadual e mesmo a deputado federal, ou se candidata ele próprio às assembleias estaduais. Eleitores-fantasmas ou eleitores-pagos também participavam da eleição. Eleitores-fantasmas ou *fósforos*, como eram chamados na gíria eleitoral da época, não só eram registrados pelo coronel dominante, mas, também ainda que já estivessem mortos. Essa prática eleitoral fraudulenta era conhecida como *bico de pena*⁷¹. A compra de votos por parte dos coronéis sempre foi indiscriminada, começando pela prestação de favores até o ato de compra por dinheiro⁷². Por tudo isso, um grande chefe político da Primeira República perguntava ao

⁶⁹ Por isso mesmo, o “coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder publico, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais na notadamente dos senhores de terras. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1978. p. 20

⁷⁰ Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limitava a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse com ele com independência física. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Ai está o “voto de cabresto” que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. Ib. Ibid., p. 25

⁷¹ Duas falsificações mais importantes dominavam as eleições da Primeira Republica: o bico de pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapava das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na aprovação final. Ibid. p. 229

⁷² O voto- de- cabresto passa, então, a voto- mercadoria. Votos são trocados por vestidos, palitó, chapéu ou sandália ou pelo pirão do dia das eleições. Em fase mais recente, voto vale dinheiro. Origina-se então todo um complexo mecanismo de mercado, em torno da mercadoria-voto, de que se não se ausenta enorme especulação que lhe determina o preço. p.40 VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Brasília / Ed. Tempos Brasileiros, 1978. p. 40.

Presidente da Mesa do Senado na sessão de 8 de dezembro de 1902: *Qual é, Sr. Presidente, qual é porventura o Estado do Brasil que garante a regular manifestação do voto nas urnas? Onde há urnas no Brasil*⁷³.

Como dissemos anteriormente, os dois maiores coronéis de Vassouras durante o Império, foram: Laureano Corrêa e Castro, Barão do Campo Belo e Chefe do clã dos Corrêa e Castro e Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras e chefe do clã dos Teixeira Leite, que dominaram a Câmara municipal desde a sua função até a Proclamação da República.

Como nos informa Tambasco:

O poder municipal foi sempre exercido pelos Conservadores, como se verifica nos registros das Atas das Sessões da Câmara municipal de então. De fato, a Câmara municipal de Vassouras era presidida, desde a sua instalação inicial em 15 de janeiro de 1835, por Laureano Corrêa e Castro, que nesse cargo permaneceu até 18 de setembro de 1840; foi substituído por José Joaquim Teixeira Leite, o qual permaneceria até 07 de maio de 1847. Em 02 de junho de 1847, a Casa era presidida pelo Dr. Francisco Teixeira Leite, em 19 de agosto do mesmo ano, a Câmara era novamente, presidida por Laureano Corrêa e Castro⁷⁴.

⁷³ WITTER, J.S. (org.). *Idéias políticas de Francisco Glicério*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 1982. p. 294.

⁷⁴ TAMBASCO, J. C. **Vargens. A Vila de Vassouras e a Economia do Café**. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 2010, p. 56

CAPÍTULO 2. CAFÉ E ESCRAVIDÃO EM VASSOURAS DURANTE O IMPÉRIO.

Entre 1760 e 1762 surgiram no Rio de Janeiro os primeiros pés de café, vindos do Extremo Norte, e que se propagaram através das plantações nos conventos dos frades barbadinhos, de onde se irradiaram para São Gonçalo e Resende. São Gonçalo deu origem às culturas da Baixada Fluminense até Campos; Resende seria a vertente das grandes culturas do Vale do Paraíba, mata mineira e chapadões paulistas, no chamado Norte de São Paulo⁷⁵.

Mesmo em terras fluminenses, o café levaria cerca de meio século para sua grande expansão, sendo no início mais uma lavoura complementar à do açúcar em certas áreas. Dessa maneira, por toda a parte, onde a natureza das terras favorecia, o café foi substituindo quer a floresta quer outros produtos. Em fins do século XVIII o café atingirá o Vale, e sua grande expansão será polarizada pela cidade de Vassouras, que foi o maior centro cafeeiro da província⁷⁶. Destarte, a partir da segunda metade do século XIX, Vassouras será o grande produtor de café no Brasil.

Raposo é de opinião que o período áureo da cidade está compreendido entre 1854 e 1878⁷⁷. Stein, no prefácio do seu grande livro sobre Vassouras afirma que “entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo; e que no terceiro quartel do século XIX ter-se-ia dado o apogeu do fastígio da lavoura cafeeira vassourense⁷⁸. O grande Taunay ensina na sua clássica obra que:

Vassouras, ninguém o ignora, muito mais do que as suas vizinhas Valença, Parahiba do Sul, Pirahy, Barra Mansa, Resende, etc., teve importância

⁷⁵ É, pois, em território fluminense que a cultura do cafeeiro faz as suas primeiras experiências, dá as suas primeiras provas de vitalidade e lucratividade, organiza-se e prepara-se para a conquista dos grandes plateaux do interior. O êxito inicial das primeiras tentativas no nosso território, principalmente no foco Resende, exerceu certamente sobre o destino da grande cultura uma influência decisiva: tivesse sido negativa a experiência – e talvez fosse outro o destino do café nas nossas regiões meridionais. OLIVEIRA, Teixeira de. **A vida maravilhosa e burlesca do café**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1942. p. 138.

⁷⁶ Assumiu a zona de Vassouras importante papel nos fastos primevos do café. Já antes da fundação da atual cidade dêste nome, por volta de 1780, cultivou-se um pouco da Rubiácea em Pati do Alferes. Entre as principais propriedades da região, cita-se a grande fazenda de Pau-Grande, que pertenceu ao Barão de Capivaré e ao filho dêste, Visconde de Ubá, e onde os cafezais começaram a aparecer entre 1800 e 1810, segundo consta de documentos do arquivo do grande latifúndio.

Na sesmaria de Vassouras, concedida, em 1782, a Francisco Rodrigues Alves e seu sócio Luiz Homem de Azevedo, erguer-se-ia a capital do café brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Segundo a tradição, começou ali o plantio do café em 1782 e tomou, logo, enorme desenvolvimento. Incrementou-se esta lavoura imensa, sobretudo a partir de 1816 com a chegada de Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca (1782 – 1859). TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. p. 39.

⁷⁷ RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: Editado pela Fundação 1º de Maio, 1935. p. 1.

⁷⁸ STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. p. 10 - 11.

imensa, representou saliente papel no tempo a grande lavoura cafeeira do Valle do Parahiba, na era em que “o Brasil era o Valle”, como se dizia. E a prova de tal está na superioridade de suas edificações antigas sobre as de qualquer de suas vizinhas rivais de antanho.

Foi a verdadeira capital do café, pelos anos de 1850, e o renome se estendia ao país todo. Representou o papel que mais tarde coube a Ribeirão Preto, por exemplo⁷⁹.

Por volta de 1865, o famoso Ferreira Soares escrevia nos seus “Elementos”, que: “A província do Rio de Janeiro, na qual compreendo o município da Côrte, é sem dúvida a mais rica e importante da província do Império do Brasil, observada quer em relação à indústria, quer em referencia ao comércio”⁸⁰. Nesta fase, a produção cafeeira do Vale do Paraíba supera em muito a de São Paulo e a de Minas Gerais⁸¹. Esta superioridade também foi estudada e levantada estatisticamente por Vianna⁸².

TABELA 4- PRODUÇÃO CAFFEEIRA PAULISTA (1838/1868)

ANOS	PRODUÇÃO EM ARROBAS
1838	15.870
1848	245.199
1858	922.293
1868	2.837.571

TABELA 5- PRODUÇÃO CAFFEEIRA FLUMINENSE (1838/1877)

ANOS	PRODUÇÃO EM ARROBAS
1838	2.497.638
1848	6.505.712
1858	5.321.402
1868	2.291.404
1869	9.872.321
1877	8.928.864

⁷⁹ TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro, 1939. Tomo III. p. 196.

⁸⁰ SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de estatísticas**. Rio de Janeiro: Ed. Tipographia Nacional, 1865. Tomo II. p. 15.

⁸¹ Até mais ou menos 1860, o Vale, na província do Rio de Janeiro, produziu 78%, enquanto São Paulo produziu 12% e Minas, 8%. LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. p. 27 – 28.

⁸² VIANNA, Oliveira. **Hegemonia do Vale do Paraíba (2º Império)**. In: **O café**. Rio de Janeiro: Ed. do Departamento Nacional do Café, 1934. 2 vol. p. 517.

Com o café vinha o escravo. Ele fora, desde os primórdios da colônia, a mão-de-obra preferida. A tradição datava do quinhentismo, e a crescente demanda do café no mercado internacional teve efeito imediato a intensificação do tráfico e sua progressiva concentração nas áreas cafeeiras⁸³. Ao mesmo tempo, na medida em que aumentava a produção cafeeira, a grande fazenda se tornou o fator preponderante na produção do café, com tendência para abarcar com voracidade as propriedades médias e pequenas⁸⁴.

Apesar do aumento constante no preço do escravo, as fazendas povoaram-se de negros. Por volta dos meados do século, havia algumas com mais de quatrocentos escravos. Fazendeiros haviam que, não dispendo de dinheiro, efetuavam suas compras entregando café, animais, couros, toucinho, arreios ou terras em troca de escravos.

As primeiras fazendas abertas no Vale do Paraíba fluminense, na fase de pioneirismo, quando se começavam a experimentar as vantagens da cultura do café, até mais ou menos 1830, dispunham de uma dezena ou uma vintena de escravos. Em 1836, a concentração destes no Vale do Paraíba paulista já era ponderável. De 1836 a 1854, cresceu o número de escravos. Em certas regiões triplicou e até quadruplicou.

A lavoura cafeeira instalara-se, em São Paulo, nos fins do século XVIII, em São José do Barreiro, Areias e Bananal, estendendo-se até a época da Independência pelo Vale, e atingindo Jacareí e Taubaté, por volta de 1822. Na região central, mesmo antes de 1836, já começavam a aparecer as primeiras plantações de café, atingindo Mogi das Cruzes e Campinas. Nos meados do século, as culturas do Vale do Paraíba estavam no seu apogeu. Bananal, em 1854, era o maior produtor de café na Província de São Paulo e, ao mesmo tempo, o município que apresentava maior número de escravos, não só em valores absolutos como relativos à população livre. A seguir, apareciam Areias e Pindamonhangaba, com mais de 5.000 escravos e valores mais altos na produção de café. A onda verde dos cafezais que invadia o Vale e alcançava o Centro Médio Oeste era acompanhado da onda negra da escravidão.

⁸³ Nos arredores de 1835 a cultura cafeeira não constituía mais uma aventura arriscada. Tanto em Vassouras como nos municípios vizinhos o número de cafeeiros viera a ser medida da riqueza de um fazendeiro e era uma indicação certa do número de escravos que ele possuía. Na quinta década do século, como o hábito do café se insinuasse nas populações urbanas da Europa e da América em expansão, a procura de escravos e a fome de terras virgens aumentou entre os fazendeiros do Vale do Paraíba. STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. p. 30.

⁸⁴ O último latifúndio típico a surgir das entranhas da sesmaria foi a fazenda de café. O latifúndio cafeeiro distinguia-se, por vários traços fisionômicos, dos velhos currais ou fazendas de gado e procuraria modelar suas linhas principais no senhorio feudal-colonial e escravocrata do açúcar. GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 3ª ed. p. 77.

Maia Forte, numa monografia bastante esclarecedora, citando *O Vassourense* de 30 de dezembro de 1883, informa que: “A produção escrava, na época em que Vassouras foi um dos maiores centros produtores de café, a escravaria chegou a ser das mais numerosas da Província, contando-se cerca de 20.000 escravos”⁸⁵. A sorte do café e dos escravos estava indissolúvelmente unida em Vassouras. A riqueza do senhor era medida pelo número de pés que possuía em sua fazenda e pelo número de negros. A urgência de mão-de-obra crescia à medida que as plantações se multiplicavam. O tráfico mantinha-se intenso. Porém, fatores internos e externos solaparam o sistema, que rapidamente desabará. O estrondo em Vassouras será terrível.

A escravatura dominou as relações anglo-brasileiras, desde os tempos da Independência até muitos anos depois da extinção do tráfico escravo, em 1850. A Inglaterra encerrara todo o comércio de escravos relacionados com seu próprio império nos anos 1806 / 1807, e por volta de 1833 se fizera no mesmo âmbito a abolição da própria escravidão. Porém, para que possamos entender perfeitamente as relações Brasil-Inglaterra, teremos que voltar os olhos ao passado.

Até grande parte do século XVIII não havia nação tão profundamente interessada no tráfico quanto a Inglaterra. Mais do que um meio, constituiu ele em fim em si mesmo, propiciando largos lucros, reis e ministros, nobreza, legisladores, enfim, todas as forças significativas da nação estiveram à seu serviço⁸⁶. Porém, a partir do início da segunda metade do século XVIII, ocorrerá um movimento de descoberta científica, invenções técnicas e novos métodos de trabalho que mudarão completamente os rumos da sua economia. Este movimento fantástico ficará conhecido como Revolução Industrial⁸⁷.

Nos países em que se processou a Revolução Industrial os novos grupos ligados ao capitalismo industrial que passaram a influenciar a política condenaram a escravidão. A

⁸⁵ FORTE, José Mattoso Maia. **Introdução à corografia de Vassouras**. In. **Vassouras de ontem**. Compilação de textos organizada por GREENHALGH, H. Faria Braga. Rio de Janeiro, 1975. p. 78.

⁸⁶ Já nos primeiros anos do século XIX a condenação geral do tráfico africano achava-se consumada. Encabeça o movimento a Inglaterra, o que é tanto mais de admirar, pois que este país fora quem, no século anterior, se tornara o maior interessado no comércio humano. Não discutiremos aqui esta brusca mudança de atitude de uma potência que chegou a se envolver em guerras para obter e conservar a prioridade sobre as demais nações no tráfico ultramarino de escravos, e que ainda nos últimos anos do século XVIII realizava mais da metade de todo este comércio. O fato é que a Inglaterra, depois de abolir em 1807 o tráfico nas suas colônias torna-se o paladino internacional da luta contra ele. É sob sua influência ou pressão – diplomática muitas vezes, mas não raro também militar – que o tráfico será sucessivamente abolido por todos os países do mundo. PRADO JUNIOR, Caio. **Histórias econômicas do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974. p. 145.

⁸⁷ [...] É um estudo do desenvolvimento da economia britânica durante o período 1750 – 1850, quando a primeira revolução industrial ocorreu e o moderno crescimento econômico realmente começou. DEANE. Phyllis. **A revolução industrial**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973. p. 9.

existência de uma massa de escravos, nas regiões coloniais, parecia-lhe um entrave à expansão e à modernização dos métodos de produção.

Na Inglaterra, onde essa Revolução se processou mais precocemente que em outros países, o movimento antiescravista ganhou acentuada importância. Ao lado dos *quakers*, que combatiam o tráfico desde o século XVIII, alinharam-se os representantes dos novos grupos capitalistas e industriais não vinculados ao sistema escravista e interessados na sua supressão.

Por ocasião da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, D. João VI comprometeu-se com o governo britânico a cooperar na campanha contra o comércio de escravos e a restringir a ação de seus súditos aos territórios africanos sob seu domínio. Em 1810, o príncipe-regente D. João assinava um Tratado de Aliança e Amizade, pelo qual se obrigava a cooperar na abolição do comércio negreiro. Esse acordo era o preço pago pelo príncipe português aos ingleses para lhe garantirem a sobrevivência da monarquia lusa na América e na Europa, ameaçada que estava pela França. O Brasil funcionava como parte no Tratado, porém, sem advogado na questão⁸⁸. Em 1815, durante o congresso de Viena, por pressão britânica, decidiu-se pela cessação do tráfico ao norte do Equador, ficando o comércio de escravos privado de algumas fontes de abastecimento que tradicionalmente serviam ao Brasil, entre as quais a Costa da Mina. Esse tratado (1815) foi complementado pela Convenção de 1817, que firmava o direito da Inglaterra, em tempo de paz, de visita e busca em navios mercantes suspeitos de traficarem escravos.

Em 1819, dois prussianos em visita ao Rio de Janeiro escreviam no seu diário de viagem:

O tráfico de escravos está agora para ser suspenso, o que não será bem recebido pelos fazendeiros de café e pelos senhores de engenho. Do lado inglês, já chegou para este fim o Comissário Hayne, muito competente e a quem conheci no Rio de Janeiro; do lado português, foi nomeado meu cunhado, Pinheiro Ferreira, para estudarem os meios de suspendê-lo da

⁸⁸ No Gabinete português não figurava um só brasileiro e a base sobre a qual as negociações versavam foi a dos antigos tratados luso-britânicos, com *Strangford*, de um lado, representando as exigências inglesas, e Linhares, do outro, falando em nome de Portugal. Além da disparidade da posição em que se colocavam os negociadores, existia outro fator que conspirava contra os interesses coloniais: enquanto Linhares negociava tendo em vista a situação política de Portugal, *Strangford*, não se interessando pelo velho reino, preocupava-se direta e exclusivamente com a posição do Brasil. Daí porque os tratados foram tão desfavoráveis à colônia, podendo-se mesmo a dizer que, dada a enormidade das concessões feitas, em relação ao comércio e aos produtos brasileiros, representaram de fato aqueles convênios a transformação para o Brasil do protetorado britânico que, durante século, sugou as energias e a riqueza do povo português. FREITAS, Caio de. Apud. **As razões da independência**. SODRÉ, Nelson Werneck. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969. p. 158.

maneira mais suave, problema que como a servidão sujeito às maiores dificuldades⁸⁹.

Por ocasião da Independência, nova investida por parte da Inglaterra, suas pretensões consubstanciadas no tratado de 1826, feito entre o governo brasileiro e o governo britânico, o qual formalizou o reconhecimento da Independência do Brasil. Sendo que, além de outras concessões, concordava o governo brasileiro em endossar acordos anteriormente havidos entre a Inglaterra e Portugal, referentes aos problemas da escravidão e ao tráfico e, ao mesmo tempo, se comprometia a proibir definitivamente o tráfico dentro de três anos, isto é, em 1830, uma vez que os trâmites do acordo se prolongaram até 1827. A partir de então o comércio de negros seria considerado pirataria e punido severamente.

Em 1831, obedecendo aos acordos feitos com a Inglaterra, a Regência decretava a lei que declarava livre os escravos vindos de fora do Império, e impunha severas penas aos importadores. Essa lei, porém, revelou-se ineficaz. Os fazendeiros e os mercadores de escravos tinham todo interesse no prosseguimento do tráfico. O governo, no qual as forças agrárias e os negreiros tinham sólida representação, não desejava contrariá-los. Além disso, o combate ao tráfico era difícil, ia além das possibilidades da marinha brasileira – ocupada com várias agitações internas – a fiscalização do litoral em toda sua vasta extensão. Assim, o tráfico prosseguiu com a mesma intensidade⁹⁰.

O desenvolvimento da cultura cafeeira fez crescer a demanda de mão-de-obra e o contrabando prosseguiu em toda a costa. Os desembarques clandestinos ao longo do litoral contavam com a cumplicidade tácita das populações, e as autoridades que intentavam pôr um paradeiro ao contrabando sentiam-se impotentes.

No Parlamento choviam representações solicitando a revogação da lei. Ela foi mantida, embora sem qualquer eficácia. Nem os cruzeiros ingleses, nem as autoridades nacionais conseguiam frustrar a ação dos contrabandistas. Os interesses ligados à grande lavoura desafiavam a lei. Resistiam à pressão britânica e desrespeitavam as autoridades.

⁸⁹ LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1966. p. 37.

⁹⁰ [...] Dessa forma, intercâmbio com a África só seria lícito até 1830, quando a contínua pressão diplomática dos britânicos força as providências que resultariam, já na Regência, na lei de 7 de novembro de 1831. Por ela, teoricamente, o Brasil se compromete a expurgar, definitivamente, o comércio negreiro de sua economia. Seriam livres todos os escravos que entrassem em território brasileiro a partir de então. Severas penas aguardavam os que infligissem o dispositivo legal, entre elas o desembolso para a reexportação dos cativos apreendidos. Jamais entraram tantos africanos no Brasil. Os governos subseqüentes mostraram-se incapazes ou não quiseram fazê-la vigorar. Sem recurso financeiro ou militar adequado, seus esforços convergiam principalmente para os conflitos que no período regencial ameaçaram a unidade e estabilidade do Império. QUEIRÓZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 23 – 24.

O tráfico prosseguia ascendentemente. Calcula-se que, entre os anos de 1840 e 1850, entraram no país, em média, de trinta a quarenta mil negros por ano⁹¹.

Em 8 de agosto de 1845, o governo inglês votou o Bill Aberdeen, declarando lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico. A Inglaterra passava a ter jurisdição sobre os navios brasileiros capturados por tráfico escravo. As embarcações sob bandeira do Brasil poderiam, assim, ser apreendidas e julgadas pelos tribunais do Almirantado e Vice-Almirantado britânico⁹².

A Inglaterra agia agora baseada não num acordo bilateral, mas num estatuto especial aprovado pelo Parlamento britânico. O ministro inglês Gladstone, ameaçava obrigar o Brasil ao cumprimento dos tratados na ponta da espada e pela guerra até o extermínio⁹³. Entretanto, a partir de 1845, o número de escravos entrados quase triplicava como que a desafiar as medidas de repressão levadas avante pela Inglaterra. Se, de 1840 a 1845, a média fora de vinte a trinta mil escravos por ano, a partir de 1845 sobe a mais de cinquenta mil. A tabela citada por Stein, é esclarecedora⁹⁴.

⁹¹ Vários recursos foram utilizados pelos negreiros para prosseguirem no comércio ilícito. Até bandeiras de outras nações eram hasteadas para confundir os perseguidores britânicos. No ano de 1835, o Juiz de Direito da Ilha Grande encontrava sérias dificuldades para reprimir o contrabando. Dizia que toda a população estava envolvida no tráfico, por necessidade, relações familiares, medo ou má orientação e isso parecia suceder em toda a costa. Durante o período de suas funções nessa localidade, tivera conhecimento de 22 desembarques clandestinos. Por sua atitude contra o tráfico, sentia-se ameaçado e em perigo de vida. No mesmo sentido oficiava o Juiz de Angra dos Reis, às autoridades superiores, mencionando, ainda, a falta de policiamento e a desorganização em que se encontrava a guarda nacional. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, 1982. p. 18.

⁹² [...] Apesar disto, continuou o tráfico normalmente, sendo considerável seu incremento depois de 1845. Neste ano, o governo inglês, farto de esperar pacificamente pelo cumprimento dos seus tratados, fez promulgar o Bill Aberdeen, que sujeitava os navios brasileiros, traficantes de escravos, ao alto tribunal do Almirantado e a qualquer tribunal do Vice-Almirantado dentro dos domínios britânicos. Como estas não fossem suficientes para debelar o tráfico que, pelo contrário, aumentava, tiveram ordem os cruzeiros ingleses, em abril de 1850, de perseguir os navios contrabandistas até dentro das águas e portos brasileiros e sujeitá-los ao processo e penas do Bill de 1845. PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975. p. 81.

⁹³ [...] No entanto, o setor fornecedor externo desaparece em 1850. Não deverei me alongar na descrição do que é por demais sabido. Recordarei, apenas, que, a instância da Inglaterra, foi assinado, em 1826, tratado em que o Brasil se obrigava a interromper o tráfico no prazo de 3 anos e que, em 1831, foi sancionada lei que declarava livres os africanos aqui chegados daí por diante. Lembro que ambos permaneceram letra morta e que, em 1845, com o Bill Aberdeen, as pressões inglesas se intensificaram, chegando, no ano da extinção, a ameaças, nem sempre veladas, de invasão. Nem é preciso sublinhar o que é patente: a decisão foi, praticamente, imposta pela Inglaterra ao Fórum Estado Brasileiro. MELLO, João Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p. 59.

⁹⁴ STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. p. 30

TABELA 6 – IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS NO BRASIL, 1840 – 1851

ANO	NÚMERO
1840	30.000
1841	16.000
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.849
1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
1851	3.287
TOTAL	371.615

O Bill Aberdeen acelera ostensivamente a repressão. Somente entre 13 de outubro de 1845 e 16 de maio do ano seguinte, 15 navios de bandeira brasileira são capturados. Já não se podia contemporizar.

Em 4 de setembro de 1850, o congresso brasileiro baixa a lei nº 581, de autoria de Eusébio de Queiroz, determinando que as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos ou havendo-os desembarcados, seriam apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadores de escravos. Mesmo as que não tivessem escravos a bordo ou os houvessem desembarcado, se apresentassem sinais de se dedicarem ao tráfico seriam apreendidas e julgadas suspeitas. Eram considerados autores de crime: o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação e o sobrecarga.

A partir de então, considerava-se a importação de escravos ato de pirataria e como tal era punida. As embarcações envolvidas no comércio ilícito deveriam ser vendidas com toda carga encontrada a bordo, sendo o seu produto entregue aos apresadores, deduzindo um quarto para o denunciante.

Terminava, assim, após quarenta anos de luta, o tráfico de escravos no Brasil.

Por estranho que pareça, conquanto a agitação do tráfico negro tenha possibilitado a rápida expansão da cultura cafeeira durante a década anterior, foi a cessação desse mesmo tráfico que incentivou a prosperidade e a opulência. Para as pequenas fazendas, com poucos escravos, a vertiginosa alta de preços do escravo, depois de 1852, constituiu verdadeira calamidade.

Ao contrário, para os grandes fazendeiros que haviam contraído dívidas para a aquisição de grandes contingentes de escravos no período de preços baixos, a terminação do tráfico constituiu uma bonança.

Em consequência dessa valorização dobrou também o valor das garantias que podiam oferecer para contrair novos empréstimos, que iriam permitir-lhes superar a primitiva economia de auto-suficiência característica da primeira fase agrícola. Além disso, é duvidoso que a falta de mão-de-obra escrava fosse sentida imediatamente. A migração do braço escravo das províncias do Norte do Brasil para as áreas da cultura cafeeira compensou a ausência de novas levas oriundas da África⁹⁵.

Dentro deste cenário, preparava-se o Vale do Paraíba para levar adiante a expansão de seus cafezais. Dispondo de farto crédito na Praça do Rio, empreendeu o fazendeiro vassourense melhoramentos e embelezamentos de suas instalações, acrescentando-lhes certo requinte sob a influência de contatos mais íntimos com a capital litorânea.

Côncio de sua nova situação econômica e importância, o fazendeiro de café, que nunca duvidou de sua capacidade para liquidar as dívidas contraídas com garantia das safras, para obter dinheiro e comprar mais escravos, para desbastar mais matas e plantar café, encerrou num círculo de ferro a economia de Vassouras.

Nem o homem nem a terra descasavam. Tal era o ciclo cafeeiro transitório que consistia em arrancar do solo virgem o mais possível no menor tempo e empreender, mais adiante, novas derrubadas. Porém, assim como os velhos cafezais produziam mudas para os novos, da mesma maneira o fastígio da prosperidade trouxe consigo os primeiros sinais de declínio que marcariam as décadas seguintes.

⁹⁵ A interrupção do tráfico determinou também a alta no preço dos escravos. De 1850 a 1880, o preço dos escravos subiu constantemente, chegando em certos casos a seis vezes o seu valor inicial; a partir de então os preços de venda de escravos declinaram.

Interrompido o tráfico externo, a população de escravos não se reproduziu tão rapidamente quanto era necessário para atender à crescente demanda de mão-de-obra. Isso se deu principalmente devido à balança negativa entre natalidade e mortalidade dos escravos. A crescente necessidade de mão-de-obra, em virtude da expansão das plantações cafeeiras no Sul do país, levou os fazendeiros dessas áreas a procurarem soluções alternativas. O tráfico intra e interprovincial permitiu o deslocamento da população de escravos dos setores menos produtivos e das zonas urbanas para as plantações de café. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo, 1982. p. 28 – 29.

O mais importante desses presságios era, entre outros, a devastação das matas virgens⁹⁶. Nessas condições, muitos fazendeiros viram suas tendências agrícolas, que se caracterizavam pelo emprego de mudas mal escolhidas, a insuficiente conserva dos cafezais, e processos desleixados de colheita por parte dos escravos virarem-se contra eles. A vida efêmera dos cafeeiros ameaçava agora os fundamentos da sua riqueza.

Afrânio Peixoto, em vibrante artigo explicava as consequências que adviriam da má utilização da terra:

A terra não dá, apenas empresta, e, se não lhe pagam, restituída a dívida, não dá mais. Se lhe pagam, porém, o devido, é um prestamista generoso e paradoxal: empresta capital e dá os juros. No dia em que os brasileiros se capacitarem disto, a posse do país será definitiva⁹⁷.

Intimamente associado à redução das áreas de mata virgem encontra-se o problema do envelhecimento da mão-de-obra serviu, fator básico numa sociedade baseada no trabalho escravo. Era esse problema especialmente grave para os fazendeiros que haviam adquirido escravos durante as décadas de 30 e de 40. Era relativamente curto o período de plena produtividade na vida de um escravo – ia dos dezoito aos trinta anos – e os fazendeiros nunca tiveram ao seu dispor o que, no seu entender, constituía uma força de trabalho adequada, mesmo na época mais intensa do tráfico negreiro. Depois de 1850, a queixa constante dos fazendeiros que se concentravam cada dia mais na cultura do café era a falta de braços para a lavoura.

Após o término do tráfico negreiro serão realizadas tentativas de introdução de imigrantes estrangeiros em grande escala, tanto europeu como asiático, nas áreas das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sem dúvida, a supremacia da grande lavoura em toda a extensão do Vale do Paraíba, tanto quanto no Município de Vassouras, influenciou profundamente o curso das tentativas de colonização; pois os fazendeiros só aceitavam os novos colonos, chegados nas décadas de 1850 e posteriores, em bases compatíveis com os grandes latifúndios – as de parcerias. Na Província do Rio, o trabalhador, imigrante ou

⁹⁶ Planta-se primeiro um viveiro, onde a plantinha se desenvolve durante um ano. Passado este lapso de tempo, arrancam-na com precaução e transportam-na para o lugar que vai definitivamente ocupar. Com três anos, o novo cafeeiro principia a dar frutos, mas a primeira colheita é mínima. Desde então, si é bem tratado e o solo é favorável, continua a produzir, dando às vezes duas colheitas por ano, e mesmo mais, pelo prazo de trinta anos. Ao cabo desse período, o arbusto e o solo estão igualmente esgotados. É hábito então do fazendeiro abandonar completamente o cafezal, sem cuidar, no entanto de restituir ao terreno seu valor e fertilidade. Derruba-se uma nova porção da floresta e refaz-se uma nova plantação. AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865 – 1866)**. São Paulo: Cia Nacional, 1938. p. 154.

⁹⁷ PEIXOTO, Afrânio. **Vassouras**. In: **O café**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento do Café, 1934. 1º Vol. p. 51.

colono, ficou sendo sinônimo de parceiro ou de camarada, porém, nunca, de pequeno proprietário.

Ao passo que a parceria nunca foi completamente rejeitada no Vale do Paraíba, ao mesmo tempo nunca pareceu sedutora, seja para o imigrante livre ou para o fazendeiro patriarcal, enquanto havia turmas de escravos disponíveis para o trabalho nos cafezais⁹⁸.

Igualmente desfavorável ao regime de parceria era o fato da legislação provincial não oferecer aos recém-chegados, adequadas garantias de liberdades, segurança e prosperidade⁹⁹.

Os colonos assalariados se achavam em situação um pouco melhor. Porém, mais do que do aumento dos salários, conseqüentemente da alta do custo de vida, queixavam-se os fazendeiros do Vale do Paraíba do fato de o trabalhador assalariado trabalhar o menos possível, com nenhum outro objetivo a não ser a sua diária.

Os portugueses, que constituíam o maior grupo de imigrantes livres de Vassouras, forneciam os negociantes, os médicos, os advogados, os professores e, em níveis mais modestos, os empregados, os feitores de fazenda, e os operários especializados e não especializados. Além do fator lingüístico, o caminho do imigrante português do século XIX era aplainado pelo fato de os antepassados de muitos fazendeiros serem seus conterrâneos, oriundos dos mesmos distritos de Portugal.

O Município de setembro de 1899 dizia que:

Os portugueses que são aliás excelente braço, se aclimatam perfeitamente no Estado do Rio; elles porém, são poucos e não bastam à imigração geral do Brasil (pois se distribuem por diversos Estados), e a das colônias portuguesas; não ha, portanto, a verdadeira concorrência entre elles e por isso caros e poucos sujeitos¹⁰⁰.

⁹⁸ O contingente imigratório era apenas partilhado com o Oeste mais antigo, sendo rejeitada, até com recurso à rebeldia, a área mais velha (Vale do Paraíba). BEIQUELMAN, Paula. **A crise do escravagismo e a grande imigração**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p. 36.

⁹⁹ Logo que os plantadores de café do Brasil sentiram que não havia mais possibilidade de importar escravos para as suas fazendas, os mais empreendedores dentre eles procuraram atrair camponeses europeus, alguns adotando um sistema chamado de parceria muito diferente do sistema de servidão. É verdade como têm observado críticos objetivos desse sistema de parceria, que, com a quantidade de parceiros, ficava ao colono a satisfação de considerar-se trabalhador independente: mas, como ele começava contraindo empréstimos, sem possuir terras, a sua sorte era sempre a de um pobre diabo, desde que falhasse a colheita ou que o fazendeiro não fosse homem de boa fé. Mal chegava o colono e já era devedor: devedor da passagem dele e da família. Recebia casa para morar e certa quantidade de alimentos, é certo. Mas era obrigado a cultivar certo número de pés café, ou um lote de cana-de-açúcar, e a levar a sua produção ao moinho do dono da terra, tendo então direito a metade do resultado, em geral já absorvida pelas despesas. Sob este sistema ele ficava inteiramente na dependência da boa ou má fé do plantador ou senhor de terra. FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Cia Nacional, 1971. p. 116 – 117.

¹⁰⁰ *O Município*. 2 de setembro de 1899, nº 18.

J. Marcondes, numa série de artigos que levavam o título geral de: *A Lavoura do café e o braço agrícola*, publicados em vários números do *O Município*, advoga com veemência a introdução de *coolies* como solução para a decadente lavoura cafeeira de Vassouras:

A imigração mais adequada ao nosso clima, a mais abundante e plena de concorrência e, por conseguinte mais barata é a chinesa, pela qual se bateram em nossos parlamentos outr'ora alguns dos grandes estadistas do Império, que queriam que o Brasil imitasse o exemplo dos Estados Unidos e em suas colônias a França, a Inglaterra, a Holanda, a Hespanha, etc. Não prevalece contra o valor do immigrante chinês o argumentinho de que para aqui já vieram meia dúzia de chins (recrutados entre os vagabundos da praia de algum porto chinês) e que provavelmente mal fugirem ao trabalho, serem larápios e vadios. A regular assim, o que se diria da operosa e honrada colônia italiana, a julgar pelos primeiros, que aportaram ao Rio ou a S. Paulo como immigrantes? No entretanto elles são um dos fatores do progresso de S. Paulo¹⁰¹.

Porém, a proposta de Marcondes não vingou. Viotti da Costa explica porque:

A tentativa de introdução de coolies não chegou a concretizar-se. Em 1855-56, houve uma tentativa frustrada. Nos anos seguintes, a idéia voltou a aparecer várias vezes. Panfletos foram escritos pró e contra a imigração chinesa. Para uns, era uma perspectiva abominável. O chinês, “pior que o negro”, caracterizava-se pelo seu atraso intelectual, e pouco amor ao trabalho, povo estacionário, avaro, preferindo voltar a sua terra vivo ou morto permanecer nos países para onde imigrava; era ainda viciado, dado a “aberrações espantosas”, “infanticida por convicção”, “ladrão por instinto”. Para outros, era a “salvação da lavoura cafeeira”. **Adiante conclui a autora:** Um decreto de 9 de julho de 1870 concedia a Manoel da Costa Lima Viana e João Antônio de Miranda e Silva, ou à Companhia que organizassem, autorização para importarem trabalhadores asiáticos. Fundou-se a Companhia que encontrou sérias dificuldades no setor internacional para levar avante seus projetos tendo os governos inglês e português proibido o engajamento e embarque de trabalhadores chineses no porto de Hong-Kong e Macau. A Companhia Comércio e Imigração Chinesa foi dissolvida em 14 de Novembro de 1883, dias após a partida precipitada do envio chinês T. Kung Sing, mediador das negociações processadas. As possibilidades de substituir o escravo pelos coolies ou pelos colonos europeus desvaneceram-se¹⁰².

As condições em Vassouras nunca foram propícias aos colonos europeus, que continuaram a emigrar para áreas mais promissoras. Quando os fazendeiros vassourenses abriram os olhos para os perigos iminentes da abolição, nos últimos meses de 1887, tentando

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, 1983. p. 127 – 128.

finalmente estabelecer em suas fazendas núcleos de colonos com as respectivas famílias, vindos do norte da Itália, o Governo Imperial declarou que indenizaria os fazendeiros pelas passagens dos imigrantes somente depois de se haverem definitivamente radicado nas respectivas fazendas, com ou sem contrato.

Sem ter se preocupado com uma política de imigração, com o braço escravo envelhecendo e sem possibilidade de renová-lo e com a terra exaurida, a economia vassourense baseada na monocultura do café começou a desintegrar-se.

Duas décadas depois dos prósperos meados do século XIX, as sementes da decadência, semeadas pelos primeiros plantadores de café, começaram a germinar. A expansão dos cafezais e os preços compensadores atenuaram as crises temporárias da década de 1860. Na década seguinte, todavia, a estrutura política, social e econômica erigida pela anterior geração de fazendeiros com ajuda dos escravos, começou a rachar; a confiança no futuro se desvaneceu e as dúvidas se transformaram em receios permanentes.

Sem atentar nos avisos premonitórios contra a rotina dos métodos agrícolas, duas gerações de fazendeiros de Vassouras – pais e filhos – continuavam a mandar seus escravos a devastar e a queimar as matas virgens, plantar a esmo mudas de cafeeiros ou sementes não selecionadas, e, depois, capinar e colher, ano após ano, como se pudessem dispor eternamente de solo virgem, produzindo sempre safras abundantes de qualquer coisa que nele plantasse, sem necessidade de fertilizantes.

O envelhecimento e consequente abandono dos cafezais, a diminuição ou desaparecimento das reservas de mata virgem, assim como o alastramento do mato pelos morros não solaparam o edifício social e econômico de Vassouras com tanta eficácia como a alteração dos instrumentos vivos do trabalho, órgão vital de todas as fazendas – os escravos. Na sociedade brasileira, posteriormente a 1850, a idade, o estado de saúde, o número e o preço dos escravos africanos ou nascidos no Brasil constituíam o mais sensível barômetro da prosperidade ou das crises econômicas. Como elemento básico da riqueza das fazendas, o valor do braço escravo constituía mais de 50% do valor total da fazenda, durante um período de mais de trinta anos, que teve início na própria década de 1850 e terminou na vacilante década de 80¹⁰³.

¹⁰³ Foi assim que se formaram no município de Vassouras magníficas fazendas de café que tiveram a sua era de maior produção na segunda metade do século transacto, até que a abolição do cativo lhes vibrou golpe mortal, desorganizando o trabalho agrícola, que assentava sobre a instituição servil; desvalorizando imóveis – terras, edifícios e benfeitorias – que desceram mais de 60% no seu preço, em consequência do abandono da grande cultura, por falta de braços. FORTE, José Mattoso Maia, **As fazendas de café**. In: **Vassouras de ontem**. Editado pelo Asilo Barão do Amparo, 1975. p. 15.

Outros fatores existiram para agravar, ainda mais, a difícil situação dos fazendeiros vassourenses: a praga dos cafeeiros; a falta de chuvas; a crise do Comissariado e a Abolição.

Ao findar a primeira década da segunda metade do século XIX, terrível praga se abateu na lavoura cafeeira de Vassouras: a *Elachista Coffeela*. Esta e outras pragas repentinas complicavam a vida dos fazendeiros, estivesse ele preso à rotina ou não. Em novembro de 1861, mandou o Governo Provincial que se fizesse um inquérito em Vassouras para aquilatar a extensão do mal que ameaçava os cafezais, de onde saíam as principais rendas do Império e da Província. Um ano mais tarde relatava-se que os cafezais de mais de vinte anos se achavam irremediavelmente perdidos pela *praga das borboletas*¹⁰⁴. Outras pragas existiam que encurtavam a vida produtiva dos cafezais que recobriam os morros do município. Quando a erva-de-passarinho – planta semiparasítica trazida pelos passarinhos que comiam as cerejas de café – instalava-se nos cafeeiros mal tratados, alastrava-se de galho em galho, sugando a seiva que deveria transforma-se em frutos. Existia também a saúva (*Atta Sexedens*), que praguejava os cafezais pouco depois da derrubada e da produção da primeira safra, devorando a folhagem dos cafeeiros.

Outro fator que influenciou, para solapar mais a já decadente agricultura vassourense, foi o desaparecimento das chuvas regulares e periódicas. Stein explica o fenômeno dizendo que:

Os efeitos da devastação generalizada das florestas se tornou rapidamente patente e, já em 1859, um relatório provincial comentava a “irregularidade das estações” como fator responsável pela decadência e enfraquecimento dos cafeeiros, comparados com o desenvolvimento e a produtividade dos arbustos primitivos. Quinze anos mais tarde um habitante de Vassouras declarava que a “devastação em massa das árvores nos pontos mais altos da província” explicavam o desaparecimento das chuvas regulares e periódicas que ocorriam antigamente. No Congresso Agrícola relataram que “nos bons tempos antigos” chuvas abundantes caíam desde o princípio de agosto até o fim de maio com somente uma quinzena de tempo quente e seco, o veranico, durante todo esse período. A situação mudou completamente. “Hoje em dia temos de oito a nove meses de seca e somente três ou quatro chuvas”. Entrementes o veranico se transformara em terror para os fazendeiros que acreditavam que a seca “viera de propósito para secar a planta regada pelo suor da escravidão”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Em 1860, terrível contratempo flagelaria os lavradores do Rio de Janeiro e de S. Paulo: o aparecimento de miríades de um *microlepidóptero* devorador da vestimenta dos cafeeiros, a *Elachista Coffeela*.

A praga da borboletinha dos cafezais, bicho de folha ou bicho do café, produziu notável decréscimo da produção fluminense, como era de se esperar. Caiu, em 1862, a 5.136.564 arrobas e no ano seguinte, a 4.869.152.

Mas, declinou assaz rapidamente o surto do flagelo a que estudara, por ordem do governo imperial, uma comissão nomeada, em 1861, pelo ministro da Agricultura, Conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, segundo titular da pasta recém-criada a 28 de julho de 1860. TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. p. 52 – 53.

¹⁰⁵ STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. p. 261.

Além desses percalços, achava-se a estabilidade fictícia do fazendeiro de café solapada pelo acúmulo de dívidas. Mesmo na década de 1840, antes do apogeu financeiro, pagava o fazendeiro 60% de juros sobre o dinheiro emprestado, até começarem os cafeeiros novos a produzir, no fim do quarto ano.

A comercialização ao longo do século XIX obedeceu a um esquema de intermediações e circuitos relativamente simples. Durante pelo menos todo esse século, as distâncias, a necessidade de crédito e financiamento, o isolamento das fazendas, os condicionamentos dos meios de transporte e o problema do abastecimento, bem como a da presença do fazendeiro nas lides da fazenda, o que o impedia de acompanhar o café para fora da porteira, entre outras razões, contribuíram para que entre o fazendeiro e o agente encarregado de colocar o produto à venda fossem se constituindo intermediários, na medida em que aquelas razões permaneciam e se intensificavam, dilataram e tornaram mais complexas as práticas comerciais e os circuitos em que atuavam.

No circuito de comercialização do café, um agente que durante muito tempo (século XIX) teve vital importância dentro de determinadas funções foi o comissário. Era o intermediário entre o fazendeiro e o exportador, tendo, portanto, poderes para negociar o produto.¹⁰⁶ A sua origem prende-se às primeiras casas comerciais que no Rio de Janeiro foram-se posicionando nas transações do café, passando a recebê-lo, em consignação, dos fazendeiros, recebendo 3% de comissão pela venda do produto.

A sua função fundamental era a de classificar o café, tendo em conta os tipos de exportação. A seguir, entravam em negócios com as grandes firmas exportadoras. E como as fazendas ficavam isoladas no interior, o comissário foi assumindo outras atividades em sua intermediação.

O comissário, normalmente, começava suas atividades profissionais no comércio ou na agricultura, tendo sido ou continuando a ser fazendeiro. O que acumulara em ambos os setores permitia-lhe o capital inicial para suas novas atividades. Em muitos casos, as empresas que constituía não ultrapassavam o nível familiar.

¹⁰⁶ Ao iniciar-se o cultivo do café no Vale do Paraíba, nas principais décadas do século XIX colocaram-se como problemas fundamentais, estabelecer as fontes de capital indispensáveis ao desenvolvimento do novo gênero e organizar os canais distribuidores da produção.

O equacionamento desses problemas viria concretizar-se na figura do Comissário de café, que passaria a ser o responsável pelo controle dos pontos extremos do processo produtivo, determinando os investimentos iniciais, organizando as vendas e atuando como intermediário junto aos exportadores estrangeiros.

A possibilidade de enfeixar em suas mãos junções tão importantes dava ao comissário posição de relevo no interior da economia cafeeira. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A crise dos comissários do café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1977. p. 1

Nas viagens às fazendas, o comissário aproveitava para fornecer aos fazendeiros, artigos como bacalhau, carne-seca, sal, toucinho, guloseimas etc. assim, era também um comerciante; mantendo na cidade armazéns e depósitos com estoque de mercadorias diversas, destinadas ao suprimento dos fazendeiros. E baseado na futura venda do café, o comissário abria um crédito para o fazendeiro, o qual lhe permitia atender às suas necessidades. Entre ambos prevalecia muita confiança, pois o fazendeiro acabava aceitando os preços oferecidos pelo comissário, tanto aqueles lançados para a venda do café ao exportador, quanto os que pagava pela aquisição das mercadorias que encomendava.

Nesse sentido, havia uma total dependência do fazendeiro em relação ao comissário, para a colocação do seu produto em condições vantajosas, o que era do interesse de ambos. Flutuações do mercado que pudessem ocorrer chegavam a afetar as suas relações. O crédito aberto pelo comissário em favor do fazendeiro baseava-se na próxima colheita, sendo que este chegava a sacar até toda a disponibilidade, o que naturalmente o colocava em dificuldades.

Dada praticamente a inexistência de crédito agrícola, os comissários foram aos poucos assumindo funções de banqueiros. A formação de novos cafezais, o desenvolvimento da fazenda, a compra de novas fazendas eram financiadas pelos comissários, exigindo, portanto grande capital¹⁰⁷.

Dessa maneira, mediante a compra do produto, passaram a fornecer recursos e até créditos aos vendedores. Personificaram uma forma de especuladores interessados na boa colocação dos lotes e na alta dos preços. Esses negociantes foram entrando direto no comércio de exportação e tendo maior liberdade em sua movimentação do que os comissários. Entretanto, entre comissários e encarregados normalmente os interesses se identificavam, contrariando os exportadores, que pressionavam por níveis baixos aos preços.

Havia, assim, no mecanismo de comercialização do café, três categorias de intermediários: o comissário, o ensacador e o exportador. No período de decadência dos primeiros, os ensacadores e exportadores mandavam agentes compradores diretamente aos

¹⁰⁷ Eram os comissários os banqueiros dos lavradores. Concentravam, em seus armazéns, as colheitas que as tropas faziam descer do planalto ao litoral.

Não havendo crédito agrícola no Brasil, via-se o comissário forçado a servir como banqueiro da lavoura.

Os bancos emprestavam sob o crédito do comissário, de sua firma ou pessoal, sob letras endossadas por outros comerciantes, pois recusavam-se, sistematicamente, a aceitar endossos de lavradores, de modo que se creavam interdependências perigosas e por vezes ruinosas.

Viviam os comissários a cada passo premidos por seus comitentes, que lhes reclamavam adiantamentos sobre adiantamentos para alargarem lavouras, adquirirem aparelhamento beneficiador mais eficiente ou atenderem a despesas várias.

A formação de novos cafezais exigia empates cada vez maiores, sem prazos marcados, e as colheitas ocorriam em prazos certos. Assim, se davam inversões financeiras produtoras do desequilíbrio que acabou reinando em largas proporções. TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. p. 173.

fazendeiros, eliminando os comissários desse circuito. Aos exportadores ficará reservada a maior capacidade de pressão sobre os preços do produto, uma vez que se colocavam não perante grandes casas com recursos financeiros próprios, mas, a uma rede de fazendeiros – grandes e pequenos – quase sempre em dificuldades. Outro fator concorrerá para o declínio rápido e quase total da atividade comissária, e seus consequentes reflexos sobre a agonizante situação em que se encontrava a lavoura cafeeira vassourense: a Abolição da Escravatura¹⁰⁸.

Neste mesmo sentido é a visão de Taunay:

A terrível prova fora o comissário submetido, com a decretação da lei de 13 de maio. Verdadeiro cataclisma sôbre êle desabou, no Rio de Janeiro, vendo os comerciantes, de um momento para o outro, na sua clientela arruinada pela abolição da escravatura¹⁰⁹.

Para que o nosso entendimento sobre as consequências da Abolição seja claro, mais uma vez, nos socorremos do grande livro de Stein sobre Vassouras. Segundo ele:

Grupos de fazendeiros perplexos e preocupados se formavam no saguão e nos degraus do Paço Municipal de Vassouras no dia 20 de março de 1888. Alguns se reuniam na escadaria de granito, em frente ao jardim público e ao chafariz barroco construído na década próspera de 1840.

A partir dos primeiros meses do ano “grande assunto” da emancipação, que vinha sendo durante duas décadas conturbadas, ocupava os pensamentos dos senhores de escravos e de seus adversários, os “anarquistas” abolicionistas dos centros urbanos brasileiros, com exclusão de outro assunto¹¹⁰.

Mais de 200 fazendeiros se achavam em pé ou sentados na sala principal quando o Barão de Massambará propôs que o Barão de Santa Maria assumisse a presidência. Este último deferiu a incumbência a Manuel Peixoto de Lacerda Werneck, deputado à Assembleia Imperial e, também, próspero fazendeiro do Município de Vassouras. Depois de resumir em traços largos a história do abolicionismo e comentar longamente a Lei Rio Brando de 1870 e a Lei de 1885, Lacerda Werneck frisou “a necessidade de se adotarem medidas que atraíam para o município o trabalhador nacional e

¹⁰⁸ Esse estado de coisa atingiu um clímax com a extinção do trabalho escravo, na medida em que se eliminou a principal garantia – os escravos – para a concessão de créditos à lavoura do Vale do Paraíba. Isso impediu o retorno dos capitais concedidos anteriormente, o que sem dúvida provocou enorme prejuízo e levou à ruína grandes firmas de capital e crédito.

Nesse sentido, todos os comissários eram unânimes em identificar a Abolição e a Proclamação da República como os principais responsáveis pelo seu enfraquecimento. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A crise dos comissários do café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1977. p. 63.

¹⁰⁹ TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. p. 173.

¹¹⁰ STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. p. 301 – 302.

estrangeiro. Não havia provavelmente nada de extraordinário nessas propostas; a bomba que por instante ameaçou transformar a pacata reunião em cena tumultuosa explodiu quando um outro fazendeiro pediu a palavra. José de Vasconcelos tentou retratar a significação dos acampamentos de escravos fugitivos em Cubatão, na Província de São Paulo, e a popularidade do abolicionista Silva Jardim que percorria o Vale do Paraíba de um extremo a outro, fazendo discursos inflamados em todas as cidades. Concluindo sua peroração improvisada, Vasconcelos alvitava que o único meio de evitar-se a repentina desorganização do trabalho escravo nas fazendas, caso a emancipação fôsse decretada repentinamente, era a libertação voluntária de todos os escravos do município, antecipando a emancipação oficial. Enquanto um sussurro de protesto percorria o auditório, ergueu-se para falar um dos maiores fazendeiros e senhores de escravos do município, Cristóvão Corrêa e Castro. Talvez para acalmar os fazendeiros espicaçados pelas palavras de Vasconcelos, Corrêa e Castro ponderou os diversos métodos capazes de prender o trabalhador livre ou imigrante nas fazendas de Vassouras, como meeiros ou camaradas, na qualidade de empreiteiros ou arrendatários da terra. Era “eclético e partidário de todos os sistemas”, e aceitaria o alvitre de Vasconcelos se não estivesse compenetrado do dever de “guardar os preceitos que supunha santos, da solidariedade de classe”. Nem bem tinha Corrêa e Castro terminado o seu discurso, quando um outro fazendeiro expressou a confiança generalizada que todos tinham em Paulino de Souza, que lhes prometera, em janeiro, que os fazendeiros poderiam contar com mais cinco anos de escravatura. E virando-se para Vasconcelos disse-lhe que “em breve far-lhe-ia pagar pela sua leviandade [...] e idéias loucas”. Diversos fazendeiros investiram contra Vasconcelos e somente a intervenção de Corrêa e Castro impediu que êle fôsse “trucidado”. Os últimos oradores aconselharam aos fazendeiros que não se entregassem ao “pânico” devido aos acontecimentos de São Paulo e de outras localidades, e reafirmaram sua confiança nas promessas de Paulino de Souza, e nos “poderes públicos que saberiam salvaguardar os interesses da província”¹¹¹.

O 13 de maio desabou em Vassouras como um terrível raio¹¹². Taunay informa que:

Numerosos agricultores haviam ficado de vez arruinados. Muitos havia que tinham perdido centenas de escravos, alguns até milhares, o que representava o desaparecimento de capital vultoso e, às vezes, vultosíssimo. A lavoura fluminense, sobretudo, sofrera terrível golpe, cujas conseqüências seriam irreparáveis na maioria dos casos individuais, daí provindo uma transformação profunda no cadastro dos agricultores fluminenses. A isto se seguiria um período de desânimo, que a tão má situação ainda agravaria¹¹³.

¹¹¹ Ibid., p. 305.

¹¹² Entretanto uma tempestade próxima rugia para os fazendeiros assustados sempre com a terrível campanha abolicionista. RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: Editado pela Fundação 1º de Maio, 1935. p. 238.

¹¹³ TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. p. 141.

Após a Abolição, segundo Raposo, a Câmara Municipal se pronunciou assim:

A Câmara Municipal de Vassouras, reunida em sessão pela primeira vez depois da promulgação da lei 13 de maior que declarou extinta a escravidão no Brasil, manda inserir na acta um voto de contentamento por este facto, embora não aprove os meios e o modo pelo governo para a realização desta aspiração nacional¹¹⁴.

Porém, os fazendeiros do vale não percebiam que, eles próprios, eram os maiores responsáveis pela desafortunada situação por que passavam. Como muito bem diz Taunay:

Em minas Gerais tais consequências seriam menos sérias. Em São Paulo, a previdência dos lavradores e dos poderes provinciais, atraindo e fixando nos cafezais numerosos colonos europeus, quase sempre italianos, fazia com que se atenuassem os efeitos da Abolição¹¹⁵.

No Sul, nas regiões cafeeiras, os fazendeiros do Oeste Paulistas tinham ideias mais avançadas do que os do Vale. Representavam duas fases da economia brasileira, dois estilos de vida duas mentalidades. Os primeiros distinguiram-se por um espírito empreendedor, introduziam máquinas em suas fazendas e voltavam suas esperanças para a imigração. Os outros, abalados pela queda de produtividade dos cafezais, apegavam-se ao “trabalho servil” e viam na indenização a única salvação para a crise que enfrentavam. O afluxo de imigrantes contribuiu para acentuar a diferença entre as duas, pois eles se localizaram nas zonas mais novas e produtivas, concentrando-se quase exclusivamente nas fazendas do Oeste¹¹⁶.

Outro aspecto importante da Abolição, para os fazendeiros vassourenses, era o da indenização. Diziam eles que concordavam com a justiça da Abolição, mas não queriam que ela sobrevivesse sem compensação¹¹⁷. Porém, abolicionistas ilustres advogavam, com ardor, já no início da década de 80, a Abolição imediata e sem indenização. Um dos mais brilhantes, André Rebouças, escrevia:

¹¹⁴ RAPOSO, Ignácio. op. cit. p. 240.

¹¹⁵ TAUNAY, Affonso de E. op. cit. p. 141 – 142.

¹¹⁶ Até mesmo o próprio Rio News, que estava longe de se amigo da escravatura, reconheceu que “enquanto São Paulo se encontra numa condição florescente, (Rio de Janeiro) está crivado de dívidas e não pode, sem desonestidade, libertar escravos que pertencem a seus credores [...] Afirmando falar pelos fazendeiros dessa província, a Gazeta da Tarde declarou em fevereiro um período adicional de trabalho garantido por parte de seus escravos para que pudessem pagar suas esmagadoras dívidas. CONRAD, Robert. **Os últimos prós da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975. p. 324.

¹¹⁷ A abolição que não era desejada pelos fazendeiros nem pelo governo provocou protestos veementes. Os fazendeiros queriam uma indenização pelos “prejuízos sofridos”. LACERDA, Carlos. **O quilombo de Manuel Congo**. Rio de Janeiro: Ed. R. A., 1935. p. 48.

Os escravocratas, depois de terem explorado a raça africana durante três séculos, querem ainda que a nacionalidade brasileira, vítima primária de seus crimes, lhes pague quatro, cinco ou dez vezes o preço, por que adquiriam o escravo primitivo¹¹⁸.

E mais adiante sentenciava: “Nós abolicionistas negamos absolutamente o direito à indenização. A exploração do escravo é a mais torpe, a mais cynica e mais imoral das indústrias – Indústria immoral não tem direito a indenização”¹¹⁹. O resultado da campanha pela indenização foi resumido assim por Taunay:

Cotegipe e os conservadores ferrenhos da famosa Junta do Coice advogavam a ideia da indenização, invocando o exemplo das grandes potências europeias que, como a Inglaterra e a França, haviam lançado mão de tal medida, nas suas colônias das Índias Ocidentais.

Mais de vinte e quatro milhões de esterlinas pagara o governo britânico pela emancipação antilhana, aí avultando, sobretudo, resgate dos escravos jamaquinos.

Falava-se, no Brasil, na impossibilidade de lançamento de uma emissão de apólices, cinco por cento, num total de quinhentos mil contos.

Argumentavam os vitoriosos do dia que tal operação gravaria o orçamento nacional de vinte e cinco mil contos anuais, mais de um quinto da receita do Império.

Assim, fracassara o projeto da indenização¹²⁰.

Com o fim do cativo, surgiu novo sentimento de liberdade para os negros, a possibilidade de se afastarem das fazendas com seu regime de trabalho forçado, disciplina e constante vigilância. Verificou-se o êxodo em massa das fazendas quando os libertos – homens, mulheres e crianças – caminhavam pelas estradas, parando para indagar dos amigos e parentes, descansando perto das vendas à beira do caminho para dançar, cantar o jongo e conversar.

Durante três dias e três noites ouviam-se as batidas dos tambores enquanto os libertos festejavam o acontecimento dançando ao toque do caxambu¹²¹.

A abolição foi o golpe mortal na, então, moribunda economia vassourense.

¹¹⁸ REBOUÇAS, André. **Abolição imediata e sem indenização**. Rio de Janeiro: Ed. Typographia Central, 1883. p. 4.

¹¹⁹ Ibid., p. 4.

¹²⁰ TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. p.168.

¹²¹ Se por parte dos senhores essa lei só encontrou baldadas condições, por parte dos ex-escravos só teve bênçãos e júbilos que se traduziram em manifestações ruidosas nas fazendas, onde ao som do caxambu, se effectuaram danças africanas que só terminaram ao aparecer do sol. RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: Editado pela Fundação 1º de Maio, 1935. p. 240.

Mergulhados no problema de salvar seus lares e suas terras, pela reorganização satisfatória dos braços disponíveis, durante o ano que se seguiu à Abolição os fazendeiros contemplaram com apatia, quando não com azedume, a desintegração da Monarquia, na qual viam outrora a garantia da propriedade escrava. Em que pese ao Governo Imperial se esforçar por conservar a fidelidade dos fazendeiros desapropriados, durante os últimos anos do Império, a reação dos fazendeiros tornou-se mais acentuada à medida que definhava a esperança de indenização pelos escravos perdidos. O pacto entre o regime monárquico e as classes que antigamente o defendias e sustentavam estava destruído.

Segundo Stein:

Quando nasceu a República, em 15 de novembro de 1889, o fato causou pouca comoção na região a não ser os festejos usuais e as proclamações otimistas. Sem se abalarem com a notícia, fazendeiros e libertos se puseram a organizar novas fórmulas de cooperação para sobrevivência mútua¹²².

¹²² STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961. p. 331- 332.

CAPÍTULO 3. O CLÃ DOS CORRÊA E CASTRO.

3.1 – O APOGEU.

O arquipélago dos Açores, com suas nove ilhas de civilização portuguesa no meio do Oceano Atlântico, assim como outras regiões de Portugal, foi um verdadeiro seleiro humano que ajudou a compor parcela importante da civilização fluminense, em especial a do Vale do Paraíba, onde deixaram uma forte influência na arquitetura das fazendas, das igrejas e prédios públicos, além de uma série de costumes, dizeres e devoções locais, como nas antigas freguesias de Sacra Família do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, Santa Ana do Piraí, São João Marcos, dentre outras, foram povoadas com imigrantes chegados diretamente das ilhas açorianas, onde eram comuns dentre outros, os sobrenomes animais de Lobos, Leões, Leitões, Coelhos, Freitas, Vargas, Pimentel etc.

Portugal, o Brasil, a África e a Índia portuguesas, a Madeira, os Açores, Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e de cultura. Isto sem sacrifício, é claro, das diferenças nacionais ou regionais de organização política e especialização econômica; em sem darmos à palavra “sentimento” um significado absoluto, à parte da experiência social dos homens. Essa unidade íntima, de sentimento, e externa de cultura nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos e das condições de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e simpatia, características do povo português – o mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores; o mais transbordante de simpatia naquele sentido fixado por Cooley: a capacidade do homem de projetar-se pela imaginação na posição de outro homem e de experimentar – experiência vicária – sentimentos e estados de espírito alheios¹²³.

Assim, do casamento de Dona Páscoa da Ressurreição e Castro, nascida na freguesia de Mariana, Minas Gerais, com Domingos Corrêa Rabelo se iniciou à numerosa família Corrêa e Castro, que posteriormente se deslocou para as terras da sesmaria de Pau Grande, onde com a prosperidade do café se alocaram, mudando-se depois, para a freguesia de São Sebastião de Ferreiros, onde compraram várias sesmarias.

Acreditamos ser de bom alvedrio, após estas breves considerações iniciais, traçar a genealogia da família Corrêa e Castro, e para tanto, lançaremos mão do importante trabalho

¹²³ FREYRE, Gilberto. **O Mundo que o Português Criou**. Recife, PE: ed. Realizações editora, 2010. p. 25.

de pesquisa realizado pelo professor Sebastião Deister, que tem por título: “Em Busca do Ontem Perdido”.

Pedro Corrêa e Castro era filho de Domingos Corrêa e Castro e de D. Páscoa da Ressurreição e Castro, sendo ele de origem portuguesa e ela de ascendência mineira.

Já D. Mariana das Neves Correia era filha de João Correia Tavares e de D. Ana Maria Pedrosa de Moraes, Ambos de origem portuguesa. É importante ressaltar que João Correia Tavares, natural de Colônia do Sacramento e batizado na Sé do Rio de Janeiro, vinha a ser filho de Francisco Tavares, o Alferes fundador de Pati, e de D. Izabel Correia de Oliveira... Portanto, Laureano Corrêa e Castro era bisneto pelo lado materno, do famoso militar que fez nascer na Serra a vila patiense.

Pedro Corrêa e Castro e D. Mariana das Neves Correia tiveram a seguinte descendência:

FILHO 1 – JOSÉ CORRÊA E CASTRO

Nascido na Freguesia de Paraíba do Sul em 7 de setembro de 1775 e ali batizado, faleceu solteiro em 28 de novembro de 1846 aos 71 anos de idade. Foi um dos maiores benfeitores da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, ao lado de seus parentes.

FILHO 2 – MARTINIANA QUITÉRIA DO MONTE ELÍSIO CORRÊA E CASTRO.

Nascida em 24 de outubro de 1776 na Freguesia de Paraíba do Sul e ali batizada. Casou-se em 20 de julho de 1799 na Freguesia do Alferes (Paty) com **LEANDRO GOMES VARELA**, natural da Freguesia do Moreira, Bispado do Porto, Portugal, sendo ele filho de **ANDRÉ GOMES VARELA** e de **D. MARIA TERESA DE JESUS**. Martiniana contraiu segundas núpcias com o Alferes **FRANCISCO JOSÉ MARIA DE ASSIS**, deixando gerações em Sacra Família e Vassouras.

FILHO 3 – ANA CORRÊA E CASTRO.

Nascida na Freguesia da Paraíba do Sul em 1778 e ali batizada. Não há outros dados disponíveis sobre ela.

FILHO 4 – COMENDADOR ANTÔNIO CORRÊA E CASTRO.

Nascido na Freguesia da Paraíba do Sul em 1782 e ali batizado. Casou-se em 14 de junho de 1814 com **D. MARIA ELÍSIA DA CONCEIÇÃO** na Freguesia do Alferes, onde ela fora batizada em 9 de junho de 1793. Maria Elísia era filha de **JOSÉ BATISTA GUIMARÃES**, este natural da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira da Vila de Guimarães, Arcebispado de Braga, sendo filho de **JOÃO BATISTA GUIMARÃES** e de **D. JOSEFA MARIA**, ambos com a mesma origem, e de **D. LUIZA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO**, esta natural da freguesia do Alferes, filha de **JOSÉ MACHADO TEIXEIRA** (natural da Ilha de São Jorge e batizado na Freguesia do Rosário na mesma Ilha) e de **D. MARIA DA CONCEIÇÃO PEDROSA** (nascida na Vila de Guaratinguetá, bispado de São Paulo e Batizada no Arraial dos Pousos Altos, bispado de Mariana). João Batista Guimarães e D. Luiza Joaquina da Conceição também se casaram na Freguesia do Alferes em 15 de outubro de 1788. O comendador Antônio morreu em Vassouras em 29 de abril de 1864.

O comendador Antônio Corrêa e Castro e D. Maria Elísia da Conceição eram pais de:

NETO 1 – MARIANA CORRÊA E CASTRO.

Nascida em 3 de maio de 1815.

NETO 2 – ANTÔNIO BATISTA CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 18 de novembro de 1820.

NETO 3 – LAUREANO CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 5 de agosto de 1822.

NETO 4 – JOSÉ CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 22 de março de 1827.

NETO 5 – FRANCISCO CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 25 de junho de 1832.

NETO 6 – JOSÉ CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 15 de agosto de 1834.

FILHO 5 – MARIANA DA LAPA CORRÊA E CASTRO.

Nascida em Paraíba do Sul em 1 de maio de 1785 e ali batizada. Faleceu solteira na mesma freguesia no dia 9 de fevereiro de 1826.

FILHO 6 – PEDRO CORRÊA E CASTRO (BARÃO DO TINGUÁ).

Nascido na Paraíba do Sul em 20 de junho de 1786, sendo ali batizado.

Laureano casou-se com **D. EUFRÁSIA JOAQUINA DO SACRAMENTO CORREIA**, nascida e batizada na Freguesia da Paraíba, sendo ela filha do **CAPITÃO CHRISTÓVAM RODRIGUES DE ANDRADE** e **D. ANA ESMÉRIA DE PONTES FRANÇA**, estes casados em 12 de novembro de 1789.

Laureano Corrêa e Castro e Eufrásia Joaquina do Sacramento Correia eram pais de:

NETO 7 – ANTÔNIO CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 24 de outubro de 1825.

NETO 8 – ANA ESMÉRIA CORRÊA E CASTRO.

Nascida em 14 de fevereiro de 1827. Casada com **JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA LEITE**, irmão do Barão de vassouras.

Ana e Joaquim foram pais de:

BISNETO 1 – FRANCISCA BERNARDINA TEIXEIRA LEITE.

BISNETO 2 – EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE.

NETO 9 – CAPITÃO LÚCIO CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 19 de março de 1829.

NETO 10 – MARIA DA CONCEIÇÃO CORRÊA E CASTRO.

Nascida em 12 de julho de 1831. Casada com seu primo **ANTÔNIO BATISTA CORRÊA E CASTRO**, filho do **COMENDADOR ANTÔNIO CORRÊA E CASTRO** e de **D. MARIA ELÍSIA DA CONCEIÇÃO**.

Maria da Conceição e Antônio Batista eram pais de:

BISNETO 3 – PEDRO BATISTA CORRÊA E CASTRO.

Batizado em Vassouras em 1 de setembro de 1849. Casado na mesma cidade com **D. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA WERNECK**, filha de **MANUEL DE SOUZA WERNECK** (Vassourense) e de **D. MARIANA GUILHERMINA DE NORONHA E ALMEIDA** (natural de São João d’EL Rey).

NETO 11 – MARIANA (OU MARIA) CORRÊA E CASTRO.

Nascida em 14 de janeiro de 1834. Casada com o **TENENTE CORONEL HILÁRIO JOAQUIM DE ANDRADE**, filho do Visconde de Piabanha.

NETO 12 – DR. CRISTÓVÃO CORRÊA E CASTRO.

Nascido em 17 de abril de 1838¹²⁴.

Quando tratamos no capítulo 1, da formação da sociedade vassourense, tecemos rápidos comentários sobre o clã dos Corrêa e Castro e de sua opulenta e extraordinária fazenda do secretário. Agora, pretendemos analisar com certa profundidade esta parentela, que foi sem dúvida, uma das mais ricas e poderosas de Vassouras e de todo o Vale do Paraíba durante o Segundo Reinado. E, após termos procedido esta análise, detectar as causas que a levaram de uma fantástica opulência a uma terrível decadência, em menos de um século, ou seja, quais teriam sido os vetores sócios – políticos – econômicos que transformaram e atuaram para que uma imensa fortuna viesse abaixo num tão curto espaço de tempo?

Para tanto, passaremos em revista as mais proeminentes figuras do clã, assim como, o seu centro de poder: A Fazenda do Secretário.

Comendador José Corrêa e Castro, grande benemérito da Matriz vassourense, de cuja irmandade de Nossa Senhora da Conceição foi juiz em 1836, ocasião em que estando presente numa reunião “propôs que visto não chegar a subscrição que se havia feito para a compra de uma Custódia, que se oferecia a pagar a quantia de 688 \$ 349 preço da mesma”.

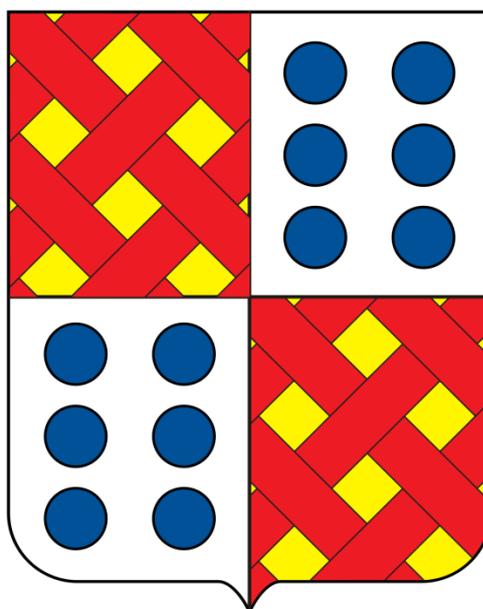
Era tão rico, que mantinha escolas para seus escravos e uma belíssima banda de música, da qual se fala ainda hoje. Por ocasião de sua morte, a 28 de novembro de 1846, foi sepultado próximo à porta lateral da Matriz de Vassouras, para a qual deixou um legado à padroeira, Nossa Senhora da Conceição, de 40 contos de réis, por Escritura Pública.

¹²⁴ DEISTER, Sebastião. **Em Busca do Ontem Perdido**. Rio de Janeiro. Ed. Dedalus, 2003, vol. II. p. 70 – 74.

José Corrêa e Castro, esse havia passado da conta. Com sessenta e nove anos de idade, preferia manter-se solteiro e em sua fazenda viviam mucamas jovens e bonitas “damas de companhia”, como as intitulava jocosamente. Extravagante, além de um professor de música para os escravos da orquestra particular, o que não era incomum, montara uma escola em que crioulinhos aprendiam a ler e escrever¹²⁵.

Poderemos ainda citar outras grandes figuras do clã, porém, pela necessidade de tempo e espaço da dissertação, vamos nos fixar nas duas personalidades emblemáticas da família, ou seja, Pedro Corrêa e Castro, Barão do Tinguá e Laureano Corrêa e Castro, Barão do Campo Belo.

**ILUSTRAÇÃO 2- ARMAS DO 1º BARÃO DO TINGUÁ
PEDRO CORREIA E CASTRO.**



Fonte: SANTOS, Marco. **Efemérides vassourenses**. Marco Santo, Neusa Fernandes, Olinto Gomes P. Coelho, Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016. p. 118.

Pedro Corrêa e Castro, nascido na Paraíba do Sul em 20 de junho de 1786, sendo ali batizado, foi titulado Barão do Tinguá, com grandeza, por Decreto de 11 de outubro de 1848, vindo a ser o mais generoso de todos os beneméritos que possibilitaram à fundação da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras oferecendo de seus próprios créditos a quantia de RS. 10.000\$000 (dez contos de réis) para seu patrimônio em 15 de outubro de 1848, quatro dias

¹²⁵ SANT'ANNA, Sônia. **Barões e Escravos do Café**. Ed. Jorge Zahar, 2001. p. 78 – 74.

após ser laureado como Barão, sendo que tal instituição de caridade seria inaugurada em 2 de dezembro daquele ano por seu irmão Laureano, já titulado como Barão do campo Belo.

Pedro Corrêa e Castro, agora agraciado com o título de Barão do Tinguá, oferecera a Câmara Municipal de Vassouras, a quantia de 10 contos para a construção de uma casa de caridade, e esse ato de benemerência, como era de esperar provocou da parte dos vereadores e do público em geral os maiores protestos de simpatia.

Esse instituto de misericórdia deveria ficar sob a direção dos poderes municipais, sendo paga a oferecida quantia em tantas prestações quantas fossem necessárias à proporção que as obras prosseguissem.

Feito esse oferecimento a 15 de outubro, antes de decorridos 2 meses, já partia o Barão do Tinguá da Igreja da Conceição, à frente de grande numero de pessoas que tomaram parte nos atos religiosos próprios desse dia, 2 de dezembro para ir lançar a primeira pedra do edifício dessa instituição caridosa que recebeu o nome de Hospital de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, por entre as mais vivas expressões de aplauso e as mais calorosas benções da pobreza sofredora¹²⁶.

A vida pessoal de Pedro, que faleceu aos 83 anos de idade, no dia 2 de abril de 1869, foi extremamente interessante do ponto de vista afetivo e sexual. Ele morreu solteiro, porém, viveu décadas se relacionando com uma escrava que trabalhava na casa de seus pais, chamada Laura, com quem teve vários filhos.

Antes de morrer, Pedro fez um testamento declarando que “sempre viveu solteiro e que como não tinha herdeiros forçados faço minhas disposições testamentárias da seguinte maneira”:

Declaro por meus legítimos herdeiros, para desengargo de minha consciência e salvação de minha alma os acima mencionados protegidos, que “são meus filhos, e por meus filhos sempre os tenho”. E nomeava o marido de uma das moças tutor da filha e dos filhos menores¹²⁷.

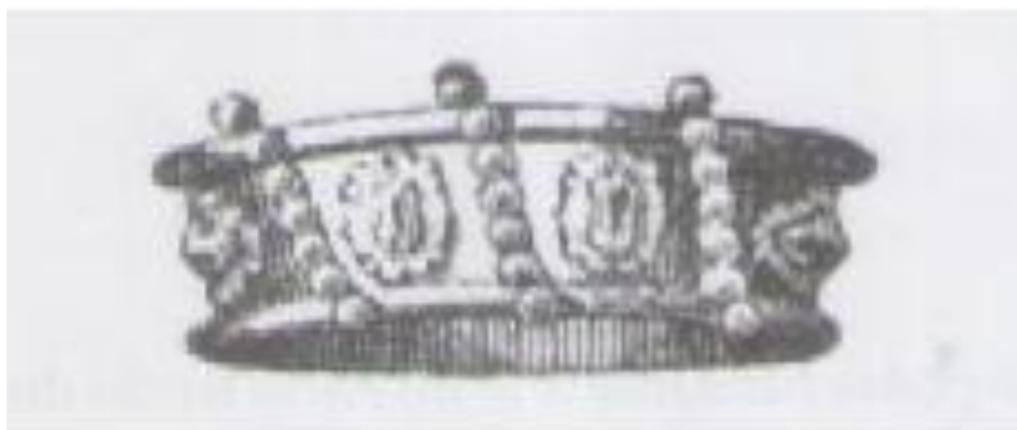
Laureano Corrêa e Castro, nascido na Freguesia de Paraíba do Sul em 30 de março de 1790 e ali batizado. Foi agraciado, com os títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa. Em reconhecimento pelos seus trabalhos junto aos poderes constituídos, recebeu do Imperador D, Pedro II o título de Barão do Campo Belo, com grandeza, em 2 de dezembro de 1854, exatamente no dia do aniversário de sua majestade. Laureano foi ainda um dos signatários das Atas de Fundação da Vila de Paty do Alferes em

¹²⁶ RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: Editado pela Fundação 1º de Maio, 1935. p. 73.

¹²⁷ SANT'ANNA, Sônia. Op. cit. p. 110.

14 de março de 1821, quando exercia os cargos de Capitão das Milícias de Vassouras e Vereador da Câmara Municipal, tendo a honra de inaugurar os trabalhos legislativos de Vassouras no dia 20 de março de 1823, exatamente quando ocupava o cargo de Presidente da Casa Legislativa de Vassouras. Entretanto, dez anos depois cerraria fileiras ao lado de outros importantes políticos vassourenses buscando transferir para esta cidade a cabeça de Comarca então exercida por Paty, o que de fato conseguiu em 15 de janeiro de 1833 quando da expedição do Decreto promulgado pela Regência Trina Permanente.

ILUSTRAÇÃO 3 – CONCESSÃO DO TÍTULO DE BARÃO DE CAMPO BELO A LAUREANO CORREIA E CASTRO.



Fonte: SANTOS, Marco. **Efemérides vassourenses**. Marco Santo, Neusa Fernandes, Olinto Gomes P. Coelho, Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016. p. 140.

Laureano casou-se com D. Eufrásia Joaquina do Sacramento Correia, sendo ela filha do Capitão Christóvam Rodrigues de Andrade e de D. Ana Esméria de Pontes França.

Dentre todos os títulos conquistados por Laureano, segundo vários de seus biógrafos, o que mais o honrava era o de Comandante da Guarda Nacional de Vassouras e do Município de Iguaçú.

Em Vassouras, Laureano chegou a comandar um contingente de 1.000 homens ligados a Guarda Nacional da cidade, tendo ele gasto uma verdadeira FORTUNA para aquela época de seu próprio bolso, ou seja, 70 contos de réis, a fim de equipar e vestir seus comandados. E, foi essa Guarda – garbosa e brilhantemente uniformizada pelos alfaiates contratados por ele – que recebeu em parada o Imperador D. Pedro II em Vassouras no dia 2 de dezembro de 1848, quando da inauguração solene da Santa Casa de Misericórdia mandada construir pelo seu irmão Pedro.

É Raposo quem descreve minuciosamente esse memorável dia para Vassouras:

Em Vassouras, diz o Dr. Jorge Pinto, no seu livro *Folhas que o vento leva*, a Guarda Nacional foi uma bela e magnífica realidade, mormente nos decênios de 1850 a 1860, e 1860 a 1870. Chegou a possuir grandioso efetivo de mais de 1.000 (mil) praças bem fardados, havendo até porta-machados, a música do velho João Leocádio, pai dos Pimentas, a melhor banda da província do Rio de Janeiro, figurava sempre uniformizada. A Cavalaria era digna de se ver, composta de moços ricos ou abastados. O alferes Gil Francisco Xavier, opulento, mais tarde tenente-coronel, só ele apresentava à pública atenção meia dúzia de esplêndidos ginetes, animais de raça. As paradas militares nos festejos comemorativos ostentavam logo, um aparato deveras encantador. As evoluções eram perfeitas tendo sido instrutor um oficial do exército, o tenente-coronel Francisco Nuno da Silva Reis. Tudo era devido ao zelo e diligência do comandante superior coronel Laureano Corrêa e Castro, Barão de Campo Belo, homem enérgico e muito inteligente. A frente dos seus batalhões, bem montado, ereto, garboso, parecia um velho general “senhor da disciplina militar constante”, na frase do nosso Camões. Do seu bolso gastou ele com a Guarda mais de setenta contos de réis. Nos dias de formatura solene, a cidade regurgitava de gente das cercanias e de todas as freguesias do município¹²⁸.

Assim, como vimos acima, Laureano era um homem extremamente poderoso e rico, possuidor de uma série de propriedades. Porém, aquela que marcou sua passagem pelas terras vassourenses e deixou seu nome eternizado nos anais do município foi, sem qualquer dúvida, a extraordinária fazenda do Secretário, que para muitos historiadores e arquitetos, talvez tenha sido a mais bela fazenda do Império. Era nela que estava localizado, como já foi dito atrás, o centro de poder financeiro do Clã.

Segundo nos informa minuciosamente o professor Deister:

Com 423 alqueires, a Fazenda do Barão de Campo Belo valia, no ano de 1873, cerca de 308 contos de réis (uma fortuna monumental para a época). Por muitos anos foi ela o ponto de referência da vida social, agrícola e econômica de Vassouras, constituindo para o nascimento daquela cidade como talvez poucas propriedades de então o tenha feito.

O imóvel conserva até hoje esse primitivo nome, cuja origem é desconhecida, mas suas características de produtiva fazenda de café já desapareceram completamente, como, aliás, ocorreu com as demais propriedades que tanto cultivaram aquela preciosa rubiácea em nossa região... O palacete da residência familiar e outras vastas e belas dependências originais ainda exibem razoável conservação, mas sua imponência, hoje um tanto deslocada pelo progresso da Serra, é apenas um esmaecido reflexo da luz e das riquezas que ela lançou sobre as colinas ao longo da maior parte do século XIX¹²⁹.

¹²⁸ RAPOSO, Ignácio. Op. cit., p. 84.

¹²⁹ DEISTER, Sebastião. **Em Busca do Ontem Perdido**. Rio de Janeiro. Ed. Dedalus, 2003, vol. II. p. 76.

A construção do maravilhoso prédio se fez provavelmente sob orientação de mestres portugueses, seguindo projeto de influências francesas. A propriedade atravessada por riacho encachoeirado, num local aprazível, a pequena distância da Vila. Nada de casarões quadrados, desgraciosos, havia ordenado Laureano, queria um palacete segundo os padrões europeus de modernidade e conforto. Um pintor espanhol foi contratado para executar pinturas e murais nos salões. Essas pinturas atribuídas ao pintor espanhol José Marea Villaronga, representam: frutas e legumes; peixes de vários tipos; vinhos e taças; balas; caramelos e confeitos; Chá; café; açúcar; frutas brasileiras etc. o jardim, que nas construções tradicionais do Vale não passava de um espaço em que árvores frutíferas e flores cresciam desordenadamente, seguia o desenho de um paisagista francês.

Possivelmente, o autor do projeto desse palácio tenha sido Júlio Frederico Koeller, ou Koeler, chamado de major. Esse engenheiro militar, brasileiro naturalizado, nasceu em Mogúncia, Alemanha em 1804, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 1847, conforme a “Enciclopédia e Dicionário Ilustrado” de Koogan Houaiss, Edições Delta, 1997, pag. 931. Nessa obra se lê que Koeller construiu importantes estradas, arrendou a Fazenda do Córrego Seco, de D. Pedro II, e lá organizou uma colônia para imigrantes europeus (1843), que se tornou o núcleo inicial da cidade de Petrópolis. Em 1845, fundou essa cidade, traçou-lhe o plano urbanístico, projetou e iniciou a construção do palácio imperial, hoje Museu Imperial¹³⁰.

O domicílio do Senhor patriarcal cafeicultor, o tipo de habitação, é uma das influências sociais que mais atuaram poderosamente sobre o homem e sua família. Sobre o homem também, mas em particular, sobre a mulher, quase sempre mais sedentária, caseira, cuidando dos filhos e da casa, especialmente dentro do sistema patriarcal, inimigo da rua e da estrada, proibindo o contato da mulher com estranhos.

O espaço da moradia é rigidamente demarcado e dividido pelas varandas, salas de visitas, salas de jantar, cozinhas, banheiros, quartos de dormir, dependências de empregados, áreas de serviço, de tal modo que a casa como uma totalidade, revela um conjunto de espaços onde uma maior ou menor intimidade é permitida, possível ou abolida.

O traço distintivo da casa parece ser o maior controle das relações sociais, o que certamente implica maior intimidade e menor distância social. A família para o patriarca era uma instituição “quase sagrada” que cabia somente a ele preservar e proteger, dentro da casa da fazenda e nos seus arredores. Essa proteção concentrava-se, é claro, nas mãos dos

¹³⁰ CASTELLO, J. C. Bruzzi. **Fazenda do Secretário**. Rio de Janeiro: ed. Universidade, 2000. p. 22.

patriarcas, dos cafeicultores, donos de terras, rei dos homens e da sua parentela. Suas casas representavam esse imenso poderio feudal.

A organização especial das casas e o material usado nas construções também se modificaram. As paredes antes de taipa passaram a ser edificadas com tijolos de adobe seco ao sol, bloco de argila; esta podia também ser misturada com palha, para se tornar mais resistentes. As coberturas de sapé foram substituídas pelas telhas de barro, moldadas nas coxas dos oleiros (os que trabalhavam em olarias, com cerâmica), quase sempre escravos. A fim de cobrir um telhado, era necessário que todas as telhas fossem moldadas na mesma coxa, para se encaixarem perfeitamente. O chão de terra batida foi coberto por assoalhos de madeira; as janelas e as portas, antes só de madeira, receberam vidros, algumas vezes com desenhos¹³¹.

A maioria das fazendas possuía muitas portas e, principalmente janelas. Em várias fazendas as janelas dos quartos se voltavam para belos pátios internos com lindos jardins floridos. O sol incidia nos vários pátios internos e nas jardineiras das janelas. Ali estariam as moças da casa realmente bem guardadas de qualquer intruso. A mobília era toda feita na fazenda, e nada deixavam a desejar em relação às europeias. Posteriormente, virou moda trazer lustres e mobília, tapete e candeias da França e de Portugal. Podemos citar, por exemplo, o caso emblemático do Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, que transformou uma simples casa de engenho de açúcar, toda branca e com apenas 17 janelas de reposteiro inteiriço, numa majestosa fazenda de 67 janelas de guilhotina, com vidro decorado e reposteiro, além de abrir mais portas e janelas, e a casa terminou com 73 janelas e 40 portas.

A articulação intelectual do grande mestre Norbert Elias, nos parece bastante adequada:

O fato de indivíduos se arrumarem por e para suas casas é incompreensível enquanto não entendermos que, nessa sociedade de grandes senhores o tamanho e o esplendor da casa não constituem uma expressão primordial da riqueza, mais sim uma expressão primordial da posição e do nível. Para o grand seigneur, a aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição da importância, do nível de sua “casa” no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolicamente também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa¹³².

Notável depoimento nós encontramos no livro da doutora – historiadora brasileira, Mary Del Priore, que no volume 2 da sua *História da Gente Brasileira*, relata que:

¹³¹ FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café**. Rio de Janeiro: Ed. Atual. p. 30.

¹³² ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001. p. 75.

Em 1860, o viajante português Augusto Emílio Zaluar observou as principais mudanças no Vale do Paraíba: “Os grandes proprietários de terras, deixando de frequentar os povoados, e reencontrando-se em suas fazendas que são os verdadeiros castelos feudais de nosso tempo, fazem convergir aí toda a vida que refluí das povoações para essas moradas ostentosas, onde muitas vezes, o luxo e a riqueza disputam primazia com os palácios da capital¹³³”.

Voltemos à Fazenda do Secretário. E, para tanto, novamente lançaremos mão da formidável pesquisa realizada pelo professor Deister:

Como não poderia deixar de ser Laureano e irmãos baseavam sua riqueza e seu prestígio na intensa produção de café cujas plantações cobriam várzeas e colinas a perder de vista. [...] Tal cultivo produzia em média 14.000 arrôbas por ano, o que perfazia de 1 arrátel (um quilo e meio em volume da época) para cada 25 pés. Toda a produção era negociada pelo preço médio de dois mil e seiscentos réis (RS. 2\$600), o que representava um ganho anual de RS. 36:400\$000 (trinta e seis réis contos e quatrocentos mil réis) somente em terras da Fazenda do Secretário, juntando-se a ela todas as demais propriedades do Barão, havia sob o seu comando 984.000 pés de café e sua produção anual alcançava a fantástica cifra de 39.360 arrôbas, ou seja, quase 590 toneladas, façanha admirável se considerarmos as técnicas quase rudimentares de cultivo de então e o fato de tantas plantações serem cuidadas quase unicamente pelos braços escravos. [...] Toda essa produção vendida de forma consciente e profissional pelo Barão, permitia-lhe auferir lucros anuais de cerca de RS. 102:336\$000, uma fortuna quase inimaginável para aqueles duros anos de aproveitamento da terra, o que explica de modo satisfatório a riqueza, o luxo e a ostentação dos plantadores de café da região do Tinguá¹³⁴.

A doutora Mary Del Priore, citada tantas vezes, num belíssimo livro sobre “Fazendas do Império”, logo na primeira página começa citando Charles Ribeyrolles, um francês exilado que passou alguns dias na Fazenda do Secretário e ficou perplexo e estupefato, com o luxo, a opulência, a majestade e a construção (estilo, harmonia e beleza) da Fazenda!

Charles Ribeyrolles, francês exilado, autor da notável obra *Brasil Pitoresco*, magnificamente ilustrada por claguerres de Victor Frond, cavalgava pela região de Vassouras no apogeu da produção cafeeira em 1858, quando ao avistar a Fazenda do Secretário fê-lo deslumbrar-se com os primorosos jardins. Melhor diz o escritor com suas palavras: “cavalgamos nossas bestas. A bela monotonia da paisagem acabara por me entregar inteiramente às meditações interiores. Todo o percurso era uma fazenda. [...] Conjecturava eu assim, sem grande inquietação íntima, parém com a secreta desesperança dos que perderam a pátria, quando o meu animal, picando a marcha, pareceu pressentir as Tulherias. Era uma fazenda. O Secretário.”

¹³³ PRIORE, Mary Del. **História da Gente Brasileira**. São Paulo: Ed. Leya, 2016. p. 64.

¹³⁴ DEISTER, Sebastião. **Em Busca do Ontem Perdido**. Rio de Janeiro. Ed. Dedalus, 2003, vol. II. p.77.

Ocorreu-lhe a lembrança do palácio dos reis da França! A impressão do francês assegura à Secretário o galardão de uma das mais importantes do vale do café; fundada por Laureano Corrêa e Castro, o barão de Campo Belo. As casas de fazenda no ciclo em geral obedeciam a dois estilos: O residencial e o apalacetado, ambos sem varanda. Secretário pertence ao segundo grupo. O neoclassicismo pós-napoleônico resplandece em toda sua pujança e grandeza arquitetônica na majestosa casa que Ribeyrolles considerou uma “soberba habitação”¹³⁵.

E não era somente o esplendor da construção dos jardins, dos animais ou do número de cômodos, que denunciava a riqueza e o esplendor das fazendas, mas também, as obras de arte, os instrumentos importados capitaneados pelo piano francês, inglês ou alemão; também o mobiliário e os acessórios da bebida e da refeição denotavam claramente o poderio e a riqueza do senhor rural.

Muitos viajantes deixaram ilustrações e descrições das cenas da vida nas fazendas do Vale, compondo importante iconografia, num todo pitoresco, como Ribeyrolles, Rugendas Debret e Victor Frond, além das obras de Spix e Von Martius e do príncipe Maximiliano Von Wied.

Em 1850, quando Vassouras se tornou o maior centro produtor de café do mundo, a exportação alcançou 1.500.000 arrobas de café (cada arroba corresponde a cerca de 14 quilos). Mas o lucro foi em grande parte gasto em luxo, desperdício e ostentação. Entre 1850 e 1870 tivemos a maior grandeza da lavoura cafeeira, como assinalamos na página 4 do capítulo 1, e que nas palavras de Stein: “Entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo”.

Em 1835, o trem trouxe novo alento ao comércio do café, que antes vinha atrelado a tropa de burro, provavelmente o rápido escoamento dos milhares de arrobas de café trazidas da serra para o porto do Rio de Janeiro.

A medida que crescia a produção, mais insuficientes revelam-se as vias de comunicação. Os sistemas de transportes tradicionais não davam vazão à produção que aumentava em razão da demanda do mercado exterior. Já em 1855, reconhecia-se na Assembleia de São Paulo que era impossível dar saída aos produtos da província. Os lavradores de café viam-se impossibilitados de exportar toda a sua safra, que ficava, em parte, retida nas tulhas, sujeitas à fermentação e outros danos. Uma vez que um lote de besta não conseguia (nas províncias do Vale do Paraíba) fazer o transporte de mil arrobas de café por ano e que raro eram os anos em que as bestas podiam trabalhar durante todo o período, tornava-se impraticável a permanência desse meio de transporte, em região que produziam, como as de

¹³⁵ DEL PRIORE, Mary. **Fazendas do Império**. Rio de Janeiro: ed. Fadel, 2010. p. 271.

Pindamonhangaba e Taubaté, mais de quinhentas mil arrobas anualmente. Quantos lotes de bestas seriam necessários para a exportação dessa quantidade? Quanta mão-de-obra mobilizada, uma vez que a tropa exigia trato e que, para conduzi-la, era necessário, pelo menos, um tocador para cada lote de sete animais? Daí a impossibilidade de manter o sistema tradicional que, além de tudo, resultava extremamente oneroso¹³⁶.

Com o escoamento da produção cafeeira vinda da serra, que antes estava atrelada a tropas de burro e agora escoava para o porto do Rio de Janeiro, o lucro dos fazendeiros aumentou substancialmente. Então, os fazendeiros passaram a consumir móveis de madeira nobre, lustre importados da França e da Alemanha, pianos ingleses e franceses, tapetes e papéis de parede pintados à mão, vasos alemães que enfeitavam as salas. As adegas eram repletas dos mais finos vinhos franceses e portugueses que, aliados aos ingredientes guardados nas dispensas já eram suficientes para um refinado jantar ou banquete consistindo nas mais delicadas iguarias, se chegassem distintos visitantes estrangeiros ou da corte, nada precisaria ser comprado.

Entretanto, a invejável opulência do Barão do Campo Belo refletia-se realmente em sua total magnitude quando das feéricas e planejadas recepções que ele proporcionava a ilustres personagens em sua fazenda, fossem as mesmas, nobres e políticos de Vassouras e de Valença, fossem autoridades do império ou importantes negociantes chegados do Rio de Janeiro.

Nessas ocasiões especialíssimas para toda a família, Laureano mandava retirar, de três enormes caixas de madeira zelosamente guardadas – nas quais só as guardas de metal alcançavam o peso de 37 quilos – o seu inestimável e riquíssimo faqueiro de pura prata, pesando nada menos do que 16 quilos e 600 gramas!¹³⁷

Embora controlasse uma fortuna colossal, Laureano demonstrava bastante simplicidade e até mesmo despojamento em seu escritório particular: uma escrivaninha, um banco com prensa de copiador de cartas, um sofá e as cadeiras necessárias às visitas. Vez por outra, utilizava-se ele de seu tinteiro de prata e de sua caneta com pena de ouro.

¹³⁶ TAMBASCO, J. C. Vargens. **A Vila de Vassouras e a Economia do Café**. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 2010, p. 219.

¹³⁷ DEISTER, Sebastião. **Em Busca do Ontem Perdido**. Rio de Janeiro. Ed. Dedalus, 2003, vol. II. p. 79.

3.2 – A DECADÊNCIA.

Laureano Corrêa e Castro faleceu no ano de 1861. *O Jornal do Comércio* anunciou no Rio de Janeiro seu falecimento. Na matriz de Vassouras, que ajudara a construir com seu dinheiro, foi rezado o ofício fúnebre por sua alma, com a presença de 11 sacerdotes no altar, ao som de coro e orquestra. A Guarda Nacional escoltou seu corpo ao cemitério. E, 12 anos depois faleceu sua querida Eufrásia Corrêa e Castro, baronesa do Campo Belo.

Após a morte da baronesa, o inventário estipulou a fortuna deixada pelo marido em opulentos R\$ 1.282:176\$000, aí incluídos os imóveis da Fazenda do Secretário e terras anexadas, imóveis correspondentes, lavouras e jóias, agregando-se ainda a tal patrimônio cerca de 2.290 alqueires comprados por Laureano em Muriaé e Minas Gerais. Para cada herdeiro estabeleceu-se um quinhão de R\$ 106:848\$000, resultando assim num total de R\$ 641:088\$000 à meação legada pela baronesa.

Em virtude da morte do pai, o primogênito Cristóvam Corrêa e Castro ficara com sua parte Pró-indiviso na Fazenda do Secretário. Logo depois do falecimento da mãe, todavia, Cristóvam pode integrar sua parte materna à anterior deixada pelo pai, tornando-se dessa maneira o proprietário da Fazenda do Secretário.

Mesmo tentando de todas as formas a recuperação do sucesso da poderosa Fazenda, o Dr. Cristóvam não conseguiu seu intento. E, vendo sua vasta e amada propriedade repentinamente tornar-se inviável pelo acúmulo de dívidas insuportáveis, o Dr. Cristóvam e sua esposa, D. Maria Cândida, viram-se compelidos a hipotecá-la junto ao Banco do Brasil em 1887. O Banco do Brasil então forneceu ao casal letras hipotecárias num valor total de 620 contos de réis, cujo resgate deveria ser efetuado no prazo de 14 anos. O Dr. Cristóvam conseguiu liquidar quase a totalidade de seus débitos, mas a abolição da escravatura desfechou o golpe mortal sobre a suntuosa e, já debilitada Fazenda do Secretário.

Porém, isso não acontecia somente com os Corrêa e Castro, com os outros também os capitais se evadiam. Os empréstimos não pagos atingiam todos. Os juros subiam aumentavam as dívidas em hipotecas vencidas. A terra, empobrecida pela erosão, já não rendia. Os cafezeiros já estavam velhos. Para piorar tudo, no ano de 1880 chegou a epidemia de cólera e nos dois anos seguintes, a febre amarela. Tudo conjurava para o fim de uma época e nada pronunciava o início de outra. Os barões poderiam ter se preparado melhor para essa fase porém, o que se viu foi exatamente o contrário!

Outros cafeicultores, além de Laureano, erguiam sedes luxuosas; lagos, quiosques, bancos artísticos se tornavam comuns nos jardins. Não só móveis de luxo, carruagens porcelanas inglesas e lustres de cristal eram encomendados, mas também escravos, tudo a ser pago com as safras futuras. Cafeicultores gozavam de crédito, muito crédito; o café alcançava preços nunca vistos. Assim, que importava que peças contrabandeadas custassem cada vez mais caro, e que fortunas fossem despendidas em berloques e enfeites? Longe havia ficado a antiga frugalidade da vida no Vale¹³⁸.

Faltaram planejamento e mudanças, a seu justo tempo. A estrada de ferro sugou a vida cultural e atraiu a população para o Rio de Janeiro; que não resistiu ao fascínio dos bailes, da política, da agitação, do comércio na Rua do Ouvidor e do Teatro de São Pedro, no Rocío. Quem ficaria na província, estando a corte a apenas 4 horas do trem?

A estrada-de-ferro chegara bem perto de Vassouras e facilitava as viagens. As senhoras iam frequentemente à Corte para assistir à ópera e visitar as modistas. Pela mesma estrada vinham as encomendas: papéis de paredes importados, móveis dourados, caixotes e mais caixotes contendo louças e cristais brasonados. No verão vinham também os habitantes da Corte, veranejar nas fazendas, que recebiam cada uma, dezenas de hóspedes. E para recebê-los mobilizava-se um exército de pajens, cozinheiras e mucamas, barbeiros e cabeleireiros eram contratados para ficar permanentemente à disposição das damas e cavalheiros.

A beira do abismo jogava-se, caçava-se, bailava-se¹³⁹.

Feitas estas digressões a respeito da decadência do Vale, voltamos a nos reportar à Fazenda do Secretário. Falecido o Dr. Cristóvam Corrêa e Castro, a viúva Maria Cândida Corrêa e Castro e seu único filho, Júlio Corrêa e Castro, viram-se obrigados, em 30 de dezembro de 1905, a renovar a hipoteca junto ao Banco do Brasil. Porém, Júlio Corrêa e Castro não conseguiu quitar seus compromissos bancários, fato que determinou o confisco legal da propriedade, para desespero completo da família e consternação e perplexidade de todos os vassourenses. A Fazenda passou por vários donos e hoje pertence a Senhora Martha Ribeiro de Britto.

3.3 – CONCLUSÃO DESTE ESTUDO DE CASO: O CLÃ CORRÊA E CASTRO.

Procederemos agora a uma análise dos vetores fundamentais, dentre outros, que levaram tão rapidamente à decadência da região mais rica do Império, e que segundo Stanley

¹³⁸ SANT'ANNA, Sônia. **Barões e Escravos do Café**. Ed. Jorge Zahar, 2001. p. 78.

¹³⁹ *Ibid.*, p.133 – 134.

Stein, “entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo”. E, quando se fala em café no vale, necessariamente e obrigatoriamente, há que se falar em escravidão; eis aí o sistema sócio-político-econômico vigente no Vale durante o Segundo Reinado.

No início do capítulo 2 foi dito que: “Com o café vinha o escravo”. E, em 2008 o Prof. Ricardo Salles lançou um livro que rapidamente se tornou fonte obrigatória de estudo para todos aqueles que se propõem a investigar a história do Vale do Paraíba no século XIX. Trata-se do: “E o Vale era o escravo, Vassouras, século XIX, Senhores e escravos no coração do Império”.

Atente-se para o detalhe que, por décadas, dizia-se que: “O Brasil é o Vale”. Agora o professor Salles dando a dimensão exata da importância da escravidão para o Segundo Reinado, ou seja, para o Império Brasileiro, através da imensa produção do “Ouro Verde” pelo trabalho do braço escravo, nos leva a repensar nossa história, desde a colônia até o fim do Império. Assim, neste momento, localizaremos a atuação do trabalho escravo na produção da rubiácea no Vale do Paraíba, especificamente em Vassouras, no século XIX.

O café se alastrou pela província do Rio de Janeiro, nas primeiras três décadas do século XIX, ao longo dos grandes eixos principais. O primeiro se estendeu, aproximadamente a partir de 1820, de Laranjeiras, e Serra do Mendanha, na cidade do Rio de Janeiro, em direção à Serra Acima, no Vale do Paraíba. Desse primeiro eixo a expansão se bifurcou: um braço pelo caminho de São Paulo, buscando Barra Mansa e Resende, em terras fluminenses, e Bananal, Areias e Queluz, no Vale do Paraíba Paulista; o outro, pelo caminho novo, demandando Paty do Alferes, Vassouras e Valença. O segundo eixo partiu de São Gonçalo e Itaboraí, pelo Caminho das Minas de Cantagalo, em direção a Nova Friburgo, Cantagalo, Aldeia da Pedra (Itaocara) e, mais tarde, em direção a Cambuci e São Fidelis. Na década de 1810, o café avançava pelo Rio Paraíba, acima de Entre - Rios (Três - Rios) e Paraíba do Sul, para Sapucaia e Porto Novo. [...] Somente em 1830 o café se tornou uma grande cultura na província fluminense, florescente e generalizada. Em 1850, ela estava em seu auge e contribuía com 79% da safra do país¹⁴⁰.

Ao transformar-se o café em produto de exportação, a produção se concentrou no Vale do Paraíba. Nas proximidades do Vale existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: A mula. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base

¹⁴⁰ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008. p. 139 – 141.

num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados. A elevação dos preços, a partir do final do século XVIII, determina a expansão da produção em várias partes da América e da Ásia.

Por volta de 1830 dá-se a fase de gestação da economia cafeeira. A empresa cafeeira permite a utilização intensiva da mão-de-obra escrava, e nisto se assemelhava à açucareira.

Porém, a economia brasileira, apesar da fantástica produção de café exportada para diversas partes do mundo – principalmente para os Estados Unidos -, ainda se mantinha no velho círculo vicioso: ela se fundava e hauria suas forças precisamente naquilo que constituía sua fraqueza orgânica, ou seja, a grande lavoura produtiva de gêneros de exportação, disfarçando-se momentaneamente essa profunda contradição graças a produção de café, cuja procura nos mercados internacionais não cessava de se expandir.

E não podemos esquecer que politicamente falando sempre houve uma íntima associação de interesses entre a classe dominante latifundiária, ligada à exportação, e a burguesia europeia. Aquela associação de interesses faz com que a classe dos senhores de terras e de escravos manipulando o aparelho de Estado, adote as teorias econômicas vigentes entre os seus associados europeus.

Uma característica muito importante, que deve ser observada na estrutura da plantation cafeeira é o seu atraso técnico, apesar dos ganhos financeiros com ela terem sido enormes. Verifica-se que os investimentos em escravos somam sempre mais de 60% do valor da empresa agrícola. Por outro lado, o valor dos equipamentos e instrumentos de trabalho juntos, não chegam a corresponder a 10% das aplicações na fazenda. Se a isso incorporarmos a permanência das enxadas, foices e cavadeiras como instrumentos de trabalho básicos entre 1830 e 1885, temos então os traços básicos do padrão tecnológico vigente no sistema: agricultura extensiva com baixo nível técnico.

Um conhecido historiador do Vale do Paraíba, discorrendo sobre a chegada do café no Vale e sobre as técnicas empregadas na sua produção, articula que:

Um conhecimento cafeeiro organizou-se semelhante às das demais lavouras da colônia, voltadas para o mercado externo. Baseou-se na grande propriedade monocultora, utilizando-se da mão-de-obra escrava e de recursos técnicos rudimentares¹⁴¹.

No início da década de 1870, o Brasil produzia cerca de 4 milhões de sacas de café, das quais perto de 3 milhões se originaram da produção fluminense. Em fins da década de

¹⁴¹ LAMEGO, Paulo. **O Brasil é o Vale**. Rio de Janeiro: Gráfica PC Duboc Ltda, 2006. p. 39.

1880, a produção brasileira montava a 6 milhões de sacas, das quais 3 milhões ainda provinham da província fluminense e o restante de São Paulo.

Em 1860, a Província fluminense produzia volume que marcava o seu apogeu, gerando 8.746.861 arrobas de grãos (2.186.715), representando cerca de 87,5% da produção brasileira.

O resultado das safras de 1831 a 1833, que trouxeram a duplicação do volume anual, isolou-se bem à frente dos demais competidores. Outros saltos vieram entre 1843 e 1847, quando a produção se estabilizou no patamar de 150.000 T / ano na segunda metade da década de 1860 (225.000T) e em finais da década de 1870 (350.000T). Com ligeiras alterações de uma safra a outra, o Brasil – leia-se o Vale escravista, ao menos até meados da década de 1870, quando o oeste paulista e da zona da mata mineira aumentaram o volume da produção – dominou de forma incontestada a oferta mundial no século XIX, tendo por único competidor real as colônias holandesas na Indonésia (Java)¹⁴².

Portanto, como indicam todos os números e estatísticas colocadas atrás, no decorrer do século XIX, principalmente a partir de meados do século; durante algumas décadas o Vale do Paraíba foi o maior produtor de “Ouro Verde” do mundo!

Assim, acreditamos ser a hora de falar naquele braço que plantava e colhia a rubiácea: o braço escravo. E como em várias vezes, durante o desenvolvimento deste trabalho, acreditamos que café e escravidão são as duas faces de uma mesma moeda.

O professor Salles, defendendo um posicionamento semelhante, diz que:

Para entender o comportamento de senhores e escravos na região de vassouras, adotei uma perspectiva temporal no que diz respeito às fases de desenvolvimento da cultura cafeeira na região. Essa divisão não pode ser encarada rigidamente, e certamente os períodos se sobrepõem uns aos outros em suas características nos momentos em que se limitam. [...] Os quatro períodos identificados são: implantação, de 1821 a 1835; expansão da produção de café e da plantation escravista, de 1836 a 1850; apogeu, de 1851 a 1865; e grandeza, de 1866 a 1880.

O primeiro período foi marcado pela transformação da região numa área de plantation, com a chegada em larga escala dos cativos africanos, o desmatamento e a ocupação das terras e a diferenciação de uma camada social dominante, os mega-proprietários de escravos. O período de exportação foi o pico econômico da cultura cafeeira vassourense, quando se atingiram os recordes de produção alimentada pelas levas de africanos despejados nas fazendas pelo tráfico internacional. Do ponto de vista social foi o momento máximo do poder e da riqueza das grandes famílias de

¹⁴² MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX**. In: **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, Vol.II, 2014. p. 360.

senhores de terras e escravos e, ao mesmo tempo, de grande instabilidade social, causada pela presença maciça de africanos e pelo incremento de suas ações de rebeldia aberta ou velada¹⁴³.

Uma gigantesca operação internacional foi montada para caçar, transportar e distribuir quinze milhões de escravos africanos pelas terras americanas. Os métodos utilizados para a obtenção dos escravos eram terríveis. A violência começa na própria África quando, caçado como um animal, o cativo é vendido como escravo e enviado numa viagem sem retorno ao Brasil. Desembarcado, posto a engorda para recuperar um porco do seu peso e aumentar seu preço, o escravo é obrigado, através da violência, a se adaptar a sua nova, situação. A violência no Brasil começa na própria forma de extração compulsória do trabalho.

Os europeus colonizadores daquele continente, utilizando o poder econômico – militar arrancaram os negros de suas terras e os distribuíram em suas colônias.

No Brasil a labuta dos negros foi utilizada não apenas na produção de produtos primários, canalizada à exportação, como o açúcar, o algodão, o café, metais e pedras preciosas. Trabalhavam também na prestação de serviços e em menor escala na pecuária. A produção escravista sustentou o Brasil colônia, prolongando-se durante toda a etapa mercantilista, atravessou o fim do Pacto Colonial, em 1808, e continuou no Império até as últimas décadas do século XIX.

A prática da comercialização de negros, em Portugal, no século XV. Em 1444, o navegador Gil Eanes, que dez anos antes havia ultrapassado o Cabo Bojador, levou para lá uma carga de duzentos indivíduos, entre pretos retintos e outros algo clareados, pela mistura com sangue árabe ou bérbere. A partir daí, cresceu o número de aventureiros envolvidos no transporte e na comercialização de sucessivos lotes de africanos escravizados. O comércio europeu de gente negra começou, portanto, antes da descoberta do Brasil, como uma espécie de subproduto da exportação marítima da costa ocidental africana pelos capitães que o infante d. Henrique despachava do seu promontório de Sagres. Mais ou menos por essa época, o infante inicia a colonização das ilhas atlânticas que descobrira¹⁴⁴.

Muito tempo antes dos europeus começarem a praticar a escravidão comercial, já havia no continente africano a Instituição da escravidão, patrocinada pelas guerras intertribais, ou seja, na África Negra tradicionalmente localizada ao sul do Saara, encontramos dois tipos de escravismos: patriarcal e o comercial. Estas duas formas, não são cronologicamente sucessivas na história da humanidade como um todo, porque esta não é

¹⁴³ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008. p. 150 – 151.

¹⁴⁴ RISÉRIO, Antônio. **Escravos de Escravos**. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro, fevereiro de 2004, nº 4. p. 62.

linear, isto significa que numa mesma formação social, normalmente a patriarcal, e anterior à comercial, mas como na África coabitam sociedades em diferentes graus de evolução, sem contato umas com as outras, numa mesma data encontramos escravidão patriarcal em Angola e escravidão comercial no Senegal.

O negro em sua própria terra tornava-se escravo para cuidar do que precisava ser cuidado, ou seja, agricultura, pecuária e caça. Essas características, de maneira alguma, amenizam a carga escravista desse tipo de trabalho. Era forçado, compulsório, em troca de nada senão o direito de permanecer entre o povoado¹⁴⁵.

Nos séculos XVIII e XIX, as embarcações que transportavam escravos da África para o Brasil, os chamados tumbeiros, tinham diferentes tamanhos. Contudo, as mais comuns eram do tipo bergantim, galeão ou corveta, e conseguiam embarcar em média quinhentos africanos por viagem. Com porões superlotados de africanos, que se apertavam para conseguir dormir durante meses sobre o chão duro. Eles passavam quase todo tempo acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões, costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários.

No Rio de Janeiro, foi criado, na segunda metade do século XVIII, um local específico, na Freguesia de Santa Rita, conhecido como Valongo, para a venda dos chamados “negros novos”.

Depois da proibição do tráfico de escravos africanos, em 1830, dificilmente eles passaram pela alfândega e ficavam expostos nos estabelecimentos do Valongo, sendo vendidos de forma clandestina, sobretudo durante à noite. Desembarcavam quase nus, com apenas um pano na parte inferior do corpo. Muitos chegavam doentes, com varíola, sarnas e feridas.

A varíola, mais conhecida como bexiga, era uma das moléstias mais frequentes entre os africanos. Sobretudo naqueles embarcados em Angola, onde no século XIX, houve uma epidemia da doença. Nessa época, para evitar o aumento de contágio no Brasil, os escravos africanos recebiam uma vacina. Além disso, foi adotada no Rio de Janeiro uma medida de isolamento dos escravos recém-chegados, por oito dias, dentro dos navios.

Falando especialmente do Brasil, após a chegada da família real, em 1808, e com a consequente abertura dos portos ao comércio internacional, as importações de escravos africanos cresceram enormemente em 1810, intensificando-se ainda mais com a possibilidade

¹⁴⁵ SANTOS, Tatiana. **Lei da Sobrevivência**. In: **History Brasil**. São Paulo, 2014, nº 3. p. 34.

da abolição do tráfico, depois de assinado o tratado com a Grã-Bretanha associando-se o reconhecimento da Independência do Brasil ao fim do tráfico de escravos.

Nessa época, a maior demanda por escravos africanos vinha das fazendas de café. A produção de café teve início no final do século XVIII no Rio de Janeiro. No século XIX, cresceu vertiginosamente ao encontrar terras férteis e clima próprio em São Paulo, especialmente em Jacareí, Taubaté, Areias, Bananal, Guaratinguetá – Cidades que formaram o chamado Vale do Paraíba.

Depois de 1830, as lavouras de café expandiram-se para a região do Oeste paulista. Campinas, Porto Feliz, Piracicaba, Sorocaba, Jundiaí e Itu tornaram-se grandes pólos produtores e exportadores desse produto. Nesse período, houve um nítido crescimento da produção de café nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro, isto é, em Paraíba do Sul, Vassouras, Rezende, Valença, Cantagalo, Itaboraí, Santa Maria Madalena e Bom Jardim.

Devido a taxas baixas de reprodução natural da população escrava, a expansão da cultura cafeeira no Brasil no segundo quartel do século XIX dependeu enormemente da importação de trabalhadores africanos escravizados. Na verdade a entrada de africanos cresceu de maneira exponencial desde a década de 1790, como consequência da abertura de mercado resultante do colapso da produção açucareira no Haiti. Na década de 1820, o café ainda era o terceiro item de exportação do país, atrás do açúcar e do algodão. Em outras palavras, a reestruturação do escravismo no Brasil após a decadência da atividade mineradora antecedeu a expansão da cafeicultura ao longo do Vale do Paraíba fluminense e paulista. De acordo com as estimativas mais recentes, em todo o período de tráfico negreiro para o Brasil, desde meados do século XVI até os anos 1850, chegaram ao país mais de 4,8 milhões de africanos escravizados; no primeiro quartel do século XIX (1801 – 25), entraram 1012762 africanos; no segundo quartel (1826 – 50), 1041964, e outras 6800 vieram após a nova lei de proibição do tráfico de 1850. A aritmética dos dados revela que mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na metade do século XIX. Revela observar que a maioria esmagadora das entradas de escravizados no último período 1826 – 50, mais o número residual da década de 1850 destinaram-se à região sudeste e ocorreu quando tratados internacionais e legislação nacional haviam tornado ilegal o tráfico negreiro¹⁴⁶.

No município de Vassouras (RJ), em 1850, os africanos perfaziam 72 % dos escravos e quase a metade da população total. Já em alguns municípios paulistas, em 1829, 54 % dos escravos eram africanos. Nas maiores cidades produtoras de café, quais sejam, Campinas e Bananal, os africanos representavam 69 % e 78 % dos escravos, nessa ordem.

¹⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão**. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 2012. p. 35.

Café, escravos, fortuna e requinte europeu. Esta foi a receita que garantiu aos cafeicultores do Rio de Janeiro e de São Paulo um lugar de destaque na sociedade imperial brasileira. Durante grande parte do século XIX, o café foi produto – chave na pauta econômica do país. Fonte de riquezas para os senhores, a produção cafeeira foi ainda caminho para obtenção de títulos de nobreza, influência política e poder¹⁴⁷.

E, numa relação de causa / efeito, como já frisamos anteriormente, quanto mais a produção cafeeira aumentava, mais necessário se fazia a multiplicação da escravaria. Por exemplo, a média anual das exportações brasileira de café no período de 1797 a 1811 (refletindo o quadro vigente antes da abertura dos portos) era de cerca de 400 toneladas. No quinquênio, 1812 – 1816, o impacto do intercâmbio direto com o mercado mundial e seus preços em forte alta, rapidamente se fez sentir: a produção brasileira de café subiu para a média anual de 1500 T. No quinquênio seguinte (1817 – 1821), cresceu quatro vezes em relação ao anterior, pulando para 6.100T anuais. Nos anos da independência (1822 – 1823), a produção dobrou, chegando a 13.500 T, o que igualava o montante brasileiro ao qual se obtinha em Cuba.

Durante o século XIX (correspondente ao período acima mencionado sobre as exportações do café) entraram no Brasil mais de 2.200.000 escravos. ou seja, mais de 42% das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas em parte do século XIX.

De qualquer forma, a economia cafeeira da primeira metade do século XIX transformou este país. A riqueza de alguns produziu uma aristocracia, ou classe senhorial, proprietária de terras destinadas a buscar na Europa um modelo de vida a ser seguido. As despesas absurdas para adquirir qualquer produto oriundo daquele continente eram cobertas com muito suor escravo e grãos de café, e outras atividades comerciais relacionadas. Porém, poucos enxergavam que a sustentação de tudo isto estava baseada no Capital Natural. Os interesses como sempre, foram pela busca de lucros cada vez maior, gerado pela exportação de café¹⁴⁸.

Antes de analisarmos as causas e consequência das insurreições escravistas durante o século XIX no Vale do Paraíba e sua finalização com a Abolição, acreditamos ser de bom alvedrio, um breve levantamento do número de escravos à época. Para tanto, usaremos como

¹⁴⁷ FARIA, Sheila de Castro. **Os Barões do Brasil**. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2005, nº 2. p. 58.

¹⁴⁸ LONGHIN, Alexandre Wagner. **Apogeu e Declínio: Fazenda Ribeirão Frio no Médio Vale do Paraíba, Século XIX ao XXI**. (Dissertação de mestrado em história). Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2007. p. 73 – 74.

fonte principal de consulta o vasto material disponibilizado pelo Prof. Salles no seu excelente livro já citado:

Há que ressaltar ainda que, no período entre 1840 e 1872, a população livre de Vassouras passou de 6.285 para 18.608 indivíduos. Isto é, ela praticamente triplicou, enquanto, no mesmo período, a população escrava cresceu 1,41 vez, passando de 14.333 para 20.168 indivíduos. Ou seja, ao mesmo tempo que grandes e, megaproprietários aumentavam sua participação na posse de escravos, a população livre crescia em termos absolutos, o que significou que, certamente, aumentou o número de pessoas livres sem escravos¹⁴⁹.

Portanto, segundo os dados fornecidos pelo prof. Salles, corroborados por outros historiadores, o número de escravos no Vale e também em Vassouras, era maior do que o da população livre. Ora, sendo assim, os senhores barões sempre tiveram receio de que no futuro pudesse ocorrer algum tipo de insurreição promovida pelos seus escravos, ou que tivesse sua adesão. E, ao longo do período escravocrata, isto ocorreu com certa freqüência. Os escravos permanentemente vigiados, sempre que as condições eram favoráveis, escapavam, embrenhando-se pelas matas. Era a forma mais rápida e imediata para viverem a efêmera liberdade. Dizia-se que “Deus é grande, mas o mato é maior”. Sabedores que em pouco tempo teriam o capitão do mato em seu encalço, e que se capturados fossem, os castigos seriam dolorosos; certamente à ferro seriam postos e também presos ao tronco e açoitados, pelo feitor, com um chicote em tiras de couro cru, conhecido como “bacalhau”, e durante um bom tempo iriam conviver com as incômodas “gargalheiras” (colar grosso de ferro em forma de galhos, com pontas afiadas), em volta do pescoço. Em algumas fazendas, ainda acontecia de serem marcados à ferro em brasa, com um “F” de fujão, na testa que ou nas espáduas.

A ideia de que o escravo negro era mais passivo do que outros povos escravizados é pura inverdade. O negro lutou muito pela sua liberdade, usando até a forma extrema do suicídio.

A história da resistência do negro ao sistema colonial-escravista começou junto com o tráfico de escravos. Durante todo o período da escravidão, os negros utilizaram diversas estratégias de resistência ao cativeiro com fugas (individuais e coletivas), suicídios, assassinatos de feitores e de donos de escravos, preservação das tradições populares, rituais religiosos, ou até mesmo através da preservação de sua cultura oral, nas histórias contadas não apenas às crianças negras, mas também aos filhos dos senhores por suas mucamas.

¹⁴⁹ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008. p. 160.

Os escravos fugiam em busca da liberdade, se embrenhavam pelas matas e construía acampamentos muito bem organizados. Neles os negros criaram uma estrutura social, política e econômica própria, onde viviam em liberdade dentro de uma sociedade escravocrata. Muitas vezes reproduziam nestes locais o modo de vida e a organização das sociedades africanas, mantendo em alguns casos, a figura do rei. Zumbi dos Palmares foi o mais importante rei dos escravos no Brasil. Além dele, Ganga Zumba, Manuel Congo, Mariana Crioula, o negro Isidoro, o negro Lúcio, e tantos outros fizeram a história da resistência à escravidão¹⁵⁰.

A palavra “quilombo” deriva da palavra Kilombo e sua origem é ligada a Caçangi e Matambi, reinos africanos. Kilombo era uma sociedade de jovens guerreiros. Na língua banto, quilombo quer dizer acampamento guerreiro na floresta, povoação, refúgio.

Quilombo, vocábulo de origem banto (Kilombo) que significa “acampamento” ou “fortaleza”, foi termo usado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativeiro. No Brasil, os termos mais comuns para nomear as comunidades de negros fugidos foram quilombo ou mocambo, este último derivado de mukambu, na língua guimbundo¹⁵¹.

Os quilombos foram uma das primeiras e mais agudas formas da manifestação do inconformismo escravo contra a situação de servidão. Eram organizações comunitárias de sobrevivência, buscando reestruturar a vida social que anteriormente haviam vivido em sua terra, agora distante. Neles, reproduziam toda a sua primitiva forma de viver, de morar, de se defender e de cultuar os símbolos da sua complexa transcendência. De início, eram constituídos por africanos; em seguida, de africanos e crioulos (filhos de africanos nascidos no cativeiro), estes, ainda culturalmente identificados com os primeiros.

Assim, como dito anteriormente, desde o início da escravidão no Brasil, as insurreições, rebeliões e revoltas se fizeram presentes no ir e vir dos escravos.

Em consequência de sucessivas revoltas de cativos, o governo criou e inseriu no Código Criminal do Império, a figura da “insurreição”, para abranger delitos praticados especialmente por escravos. Com isso, estabeleceu-se uma diferença jurídica entre delitos praticados por escravos e aqueles perpetrados por homens livres. As revoltas desses últimos “contra a segurança interna do Império e a pública tranquilidade denominavam-se conspiração e rebelião¹⁵²”.

¹⁵⁰ TALLES, Tereza Silva e MELO, Mariana. **Meu Brasil Africano**. São Paulo: Ed. Ibec, 2013. p. 98.

¹⁵¹ VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000. p. 494.

¹⁵² MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2004. P. 210.

O estabelecimento de um grande número de escravos ladinos no Vale, originários principalmente do norte brasileiro através do tráfico interprovincial, facilitou a resistência. Enquanto perdurou o tráfico africano, até 1850, os senhores tiveram o cuidado de evitar a formação de grupos da mesma etnia. As diferenças lingüísticas, tribais e as rivalidades tradicionais dificultavam o desenvolvimento de uma consciência comum e do espírito de solidariedade entre os cativos.

Com a ladinização, este mecanismo de controle não surtia mais efeito, pois a grande concentração de cativos no Vale do Paraíba – alguns lugares possuíam 50% de escravos em relação à população livre – tendia a aumentar as possibilidades de sua conscientização acerca do caráter opressor do sistema facilitando a insubordinação. O receio das revoltas, uma constante entre os proprietários, causava o recrudescimento dos mecanismos de controle, provocando, em contrapartida, a resistência maior dos escravos. O pavor das revoltas pairava nas cabeças dos proprietários que responsabilizavam os escravos vindos do Norte.

A extrema violência praticada contra os cativos era terrível, ensejando respostas radicais por parte deles, numa relação violentíssima de causa/efeito.

Em Paty do Alferes um escravo fugitivo fora preso na mata e enviado ao juiz de Vassouras, que se tornava sede da comarca e da freguesia. Interrogado no tronco, explicou o motivo da fuga, o medo das maldades praticadas por seu patrão, sinhô Vieira, que num cemitério clandestino da fazenda fazia enterrar os que morriam na tortura; uma crioula havia sido queimada e depois enforcada.

Porém, como dissemos acima, a resposta dos negros, em muitos casos, era proporcional à agressão do senhor.

No dia 29 de março de 1884, às 9 horas da noite compareceram na casa do juiz municipal de Itaguaí, 12 escravos do Tenente – coronel Joaquim José de Sá Freire, um dos mais importantes fazendeiros deste município, dizendo que haviam assassinado seu senhor [...] Confessaram todos que se haviam combinado, havia muito tempo, para matarem seu senhor, e tiveram ocasião naquele dia, às 4 horas, mais ou menos, estando seu senhor em casa, que serve de prisão da fazenda a castigar o escravo de nome Miguel, todos se precipitaram sobre o mesmo seu senhor, e o mataram a golpes de foice¹⁵³.

O acirramento das relações cativo/senhor piorava a cada dia. Em razão dos pedidos de seus colegas fazendeiros o então coronel Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, na ocasião

¹⁵³ DE SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão: Ofício e liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Arqueiro Público RJ – APERJ, 1998. p. 102.

Comandante da Guarda Nacional de Vassouras, concentrou na Fazenda da Piedade o leque de medidas determinadas pelo ministro da justiça e pela presidência da Província para uma ação conjunta que matasse na raiz qualquer tentativa de rebelião na Serra do Tinguá. Marcou-se a reunião de todos os envolvidos nessas ações preliminares, e o Presidente Joaquim José Rodrigues Torres mandou adquirir, no Arsenal de Guerra da Corte, um total de 392 espadas, 3.338 pistolas de cavalaria e 600 espingardas com baionetas, armamento que, arrolado às 700 armas já existentes na Freguesia, mandou distribuir às legiões da Guarda Nacional que circulavam pelas vilas e povoados.

Em fins de 1838, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes, que se tornara termo de Vassouras, como ficou assentado no capítulo 1, ocorria um movimento de resistência que mobilizou as autoridades locais e todo o destacamento da Guarda Nacional.

Segundo documentos oficiais, teria havido fuga coletiva de cerca de 150 escravos; oriundos das fazendas Maravilha e Freguesia, ambas de propriedade do capitão – mor Manuel Francisco Xavier, e, em menor número, alguns cativos da fazenda denominada Encantos, de propriedade de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, e vizinha as primeiras.

Assim, em novembro de 1838, os escravos da Fazenda Maravilha, em Paty, levantaram-se em motim sob o comando de Manuel Congo, um negro saudável, carismático perante seus irmãos de raça, extremamente corajoso e que não tinha medo dos brancos. Quando falava aos seus irmãos cativos, erguia um bastão de chefe de terreiro. Era o báculo que seu pai trouxera do Congo, onde fora rei. O báculo provocava indizível terror entre os seus fiéis seguidores.

Ele pregava terríveis maldições contra os barões e fazendeiros, como esta de 5 de novembro de 1838, nas matas de Santa Catarina, em Paty do Alferes:

Esses barões e fazendeiros vão perder o tino. Suas esposas vão perder um varão no caminho da vida, vão odiar as filhas e as filhas vão odiar as mães [...] Seus filhos serão abandonados e andarão pelo mundo, escorraçados como cão sem dono ou alma penada. Os irmãos vão se odiar [...] Homens e mulheres loucos, loucos [...] não vai sobrar nada, nem pedra sobre pedra neste Vale – tudo ruína. Nada; nem para os filhos dos filhos dessas famílias. Nada, por seis gerações! Deus vai acabar com tudo! E se não for Deus, vai ser o Diabo! Os filhos desses barões vão morrer na pobreza e na desgraça, com ódio uns dos outros. Vão lutar por herança, que não virá. Vão morrer na tristeza e na loucura. Vão olhar para o céu e renegar a hora em que nasceram. E na hora de sua morte vão pedir perdão a Deus pelos seus crimes. Mas são crimes que não têm perdão [...] Eu os amaldiçôo! Os barões e fazendeiros e os filhos de seus filhos vão sofrer tanto quanto nós sofremos

no cativo! Por seis gerações! Juro pelo cadáver deste escravo que vocês assassinaram!¹⁵⁴

A causa da insurreição foi o assassinato de um amigo de Manuel Congo, Camilo Sapateiro, morto a tiros pelo capataz da fazenda Freguesia, simplesmente porque se dirigia sem sua autorização a outra fazenda do capitão–mor Manuel Francisco Xavier. Mas, em lugar de punir o capataz, o capitão–mor o defendeu e acobertou seu crime. Os escravos se revoltaram com mais esse assassinato hediondo e covarde, que novamente ficaria impune. Este crime foi o estopim para a revolta. O ferreiro Manuel Congo virou para o grupo e sentenciou: é hoje que vamos fugir! Avisem em todas as fazendas! É hoje, à meia-noite!

O terrível capitão-mor, Manuel Francisco Xavier, possuía nas suas fazendas Freguesia, Maravilha e Santa Teresa, um total de 450 escravos. Ele era um verdadeiro monstro; praticava barbaridades com seus escravos, ao mesmo tempo em que protegia seus feitores, todos violentos como Zeferino Crioulo.

O quilombo só resistiu do dia 5 de novembro até o dia 4 de dezembro de 1838, conforme a ata da Câmara Municipal da Vila de Vassouras, sede da Comarca de Paty do Alferes. Diversos revoltosos foram presos.

Em torno dessa insurreição e tentativa de aquilombamento de escravos – na sua maior parte africanos – ensaiaram projetos que continham noções e aspectos culturais variados trazidos das suas terras e que ganharam novos contornos e reelaborações no cativo. Fugindo dos senhores, avançando florestas adentro com suas mulheres e filhos, também carregando mantimentos e ferramentas, vislumbravam um mundo de liberdade nos seus próprios termos. Em 1838, infelizmente, tais projetos, pelo menos provisoriamente, foram destruídos pela truculência do aparato militar mobilizado, seguida pela implacável justiça senhorial no julgamento sumário e condenação dos declarados culpados. Mas esses escravos certamente não pararam de nutrir sonhos, como esse que certamente não havia começado num anoitecer dos primeiros dias de novembro de 1838, e tampouco terminado quando o corpo de Manuel Congo balançou na forca ou o chicote dilacerou as costas dos outros sentenciados. Como outros tantos, deve ter ganhado novas formas e conteúdos. Vivendo como quilombolas e/ou cativos, procuraram continuamente juntar – partindo de originais comunidades de senzalas – pedaços de projetos, desejos, esperanças, recordações e sonhos de liberdade¹⁵⁵.

¹⁵⁴ LOBO, Luiza. **Terras Proibidas**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2011. p. 15.

¹⁵⁵ GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas**. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1995. p. 145.

Manuel Congo – acusado de ser o chefe principal da sedição e o responsável direto pela morte de dois membros da Guarda Nacional – foi condenado à morte por enforcamento. Por volta das dez horas da manhã do dia 6 de setembro de 1839, o corpo de Manuel Congo balançava na forca.

MISSA DOS QUILOMBOS

Com a força dos braços lavramos a terra, cortamos a cana, amarga doçura na mesa dos brancos.

Com a força dos braços cavamos a terra, colhemos o ouro que hoje recobre a igreja dos brancos.

Com a força dos braços plantamos na terra, o negro café, perene alimento do lucro dos brancos.

Com a força dos braços, o grito entre os dentes, a alma em pedaços, erguemos impérios, fizemos a América dos filhos dos brancos!

A brasa dos ferros lavrou-nos na pele, lavrou-nos na alma, caminhos de cruz, Recusa Olorum o grito, as correntes e a voz do feitor, recebe o lamento, acolhe a revolta dos negros, senhor¹⁵⁶.

Ao longo da segunda metade do século XIX começou no país uma efervescência no sentido de pôr fim ao sistema perverso e desumano do escravismo. Em 1870, fazia vinte anos que o tráfico de escravos havia sido extinto, porém, ele continuava atuante através do contrabando. A escravidão resistia *erga omnes*. A Grã-Bretanha vinha pressionando o Brasil desde o início do século XIX e, desde essa época, a opinião pública contra a escravidão havia crescido no mundo inteiro. Os escravistas brasileiros e o governo – que afinal os representava – haviam adotado a tática do silêncio para proteger os seus interesses. O problema da escravidão, em suma, não era discutido publicamente em nenhuma parte do país. Muito menos no Parlamento. Isso era coerente, pois os próprios senhores de escravos sabiam que sua posição era insustentável. Porém, nada faziam para encaminhar uma solução. Fizeram de conta que o problema simplesmente não existia.

Havia uma explicação para isso. O governo imperial, em seu profundo conservadorismo, inquietava-se com a possibilidade de uma agitação incontrolável caso a questão escravista fosse abertamente colocada.

Essa “política de avestruz” adotada pelo governo era confortável para os escravistas, mas o fato é que o Brasil como um todo não estava parado. Senão vejamos:

¹⁵⁶ Ofertório – Missa dos Quilombos, 1982. Milton Nascimento, Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra.

- Após a lei inglesa Bill Aberdeen (que proibia o tráfico de escravos), houve uma considerável escassez de mão de obra, tornando mais intenso o tráfico interprovincial, que consistia no deslocamento de escravos de outras províncias para as fazendas de café. Mesmo assim o número de trabalhadores nas fazendas de café continuava insuficiente, o que inclinou os cafeicultores a aceitar a abolição, desde que acompanhada de indenizações. Nas outras regiões do país, a escravidão já havia deixado de ser a principal forma de trabalho.

- A repercussão do ideário abolicionista: no quadro internacional antiescravista, o Brasil destacava-se como o único país independente da América a manter a escravidão.

- Fatores Econômicos: O altíssimo preço dos escravos, o custo de sua manutenção e controle, o risco de perder o capital investido com a fuga ou a morte dos cativos e outras resistências veladas (sabotagem na produção, por exemplo) motivaram muitos cafeicultores a aderir à causa abolicionista e a pressionar o governo para financiar a vinda de imigrantes para as lavouras.

- Guerra do Paraguai: Os conflitos na região do Prata deram maior impulso à ideia de abolição, pois possibilitaram o contato com países em que não existia mais regime escravo, além de colocar em combate, lado a lado, soldados livres e ex-escravos.

- Resistência dos Africanos escravizados: A rebeldia dos cativos era outro fator bastante decisivo que minava a continuidade da escravidão e era expressa das mais diferentes formas: fugas, suicídios, assassinato de feitores e senhores, atraso proposital na realização das tarefas, interferência nas transações de compra e venda dos cativos, muitas vezes com o intuito de não separar laços familiares, esforço na preservação de valores ligados às origens, como danças, rituais, músicas etc. As fugas em massa das fazendas paulistas, incentivadas por ativistas como Antônio Bento, desorganizaram a produção em várias regiões. Nos últimos anos do escravismo, o Porto de Santos, em São Paulo, transformou-se no principal centro de africanos escravizados fugidos.

O eminente prof. Ciro Flamarion S. Cardoso num capítulo do livro: “Escravidão e Abolição no Brasil”, defende peremptoriamente não haver laço causal entre rebeldia negra e abolição.

Terminando esta seção, devo manter críticas metodológicas que já fiz, recentemente, a todas as tentativas que conheço no Brasil, de ressaltar o laço causal entre rebeldia negra e abolição. Uma delas tem haver com o paroquialismo que consiste em ignorar, no debate desta questão, estudos numerosos e muito ricos tanto em sugestões teórico-metodológicas quanto em necessários elementos de contraste e comparação, já realizados acerca do mesmo tema no Sul dos Estados Unidos, no Caribe e na América Espanhola.

A outra é que, estando a rebeldia negra presente desde o início da escravidão de africanos, e sendo, assim, traço estrutural da própria sociedade escravista, a demonstração de que possa ter tido um peso específico considerável no processo da abolição teria por força de seguir um de dois caminhos:

- 1) Provar uma incidência quantitativamente maior de movimentos em 1850 – 1888, ou alternativamente, diferenças radicais no caráter desses movimentos;
- 2) ou mostrar como, nas novas condições inauguradas com a abolição do tráfico africano em 1850, mesmo uma incidência similar à do passado teria um peso maior na fragilização e crise do sistema escravista e, portanto em sua superação¹⁵⁷.

Por volta de 1860, a questão escravista começou a ser discutida publicamente, o que era uma grande novidade. A eclosão da Guerra do Paraguai interrompeu os debates, que estavam ganhando espaço até no Parlamento. Eles retornaram com intensidade imediatamente após a vitória brasileira.

O panorama em 1870, em síntese, era o seguinte: 62% dos escravos estavam concentrados em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que representava o pólo dinâmico da economia.

Em geral, a historiografia negou a presença do cativo na fazenda. Porém, as fontes documentais e materiais comprovam em forma irrefutável que ele esteve presente, em maior ou menor número, sobretudo nas fazendas mais ricas, em todas as regiões do Rio Grande do Sul¹⁵⁸.

Porém, uma economia forte, mas desmoralizada pela escravidão, não poderia apresentar-se como esperança e promessa para um país. Dos 1.540.000 escravos, 955109 encontram-se nessas províncias. No Norte e Nordeste, em função da decadência econômica, o peso da escravidão havia diminuído.

No plano internacional, as coisas eram ainda mais complicadas. A Guerra de Secessão (1861 – 1865) nos Estados Unidos havia mostrado que o escravismo não tinha futuro. Desde a eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, o trabalho livre foi ganhando espaço e no final do século XIX apenas o Brasil em companhia de países como Cuba e Costa Rica insistiam em manter um sistema social condenado e vergonhoso. E o pior: economicamente pouco rentável.

Os primeiros teóricos e militantes do abolicionismo no Brasil foram os intelectuais do século XIX que denunciavam principalmente as consequências morais da escravidão. Para

¹⁵⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 89.

¹⁵⁸ MAESTRE, Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre – RS: Ed. UFRGS, 1984. p. 69.

esses escritores, em vez de servir para “civilizar” e corrigir “costumes e vícios” dos africanos escravizados, o sistema escravista era visto como corruptor.

Joaquim Nabuco, um dos baluartes da abolição, dono de uma exuberante oratória aliada a uma vasta cultura humanística, discorrendo sobre “Influência da escravidão sobre a nacionalidade”, na sua obra clássica: *O Abolicionismo articula* que:

A história da escravidão africana na América é um abismo de degradação e miséria que se não pode sonhar, e, infelizmente, esta é a história do crescimento do Brasil. No ponto a que chegamos, olhando para o passado, nós, brasileiros, descendentes ou da raça que escreveu essa triste página da humanidade, ou da raça com cujo sangue ela foi escrita, ou da fusão de uma e outra, não devemos perder tempo a envergonhar-nos desse longo passado que não podemos lavar, dessa hereditariedade que não há como repelir. Devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de eliminar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua em nós e se transmita às gerações futuras, já mais apagada, rudimentar e atrofiada¹⁵⁹.

Outro intelectual, o poeta Castro Alves (1847 – 1871) afirmava ser a escravidão, “uma mancha na honra nacional a ser lavada sem perda de tempo”.

Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?
Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes
Embuçado nos céus?

Há dois mil anos te mandei meu grito,
Que embalde desde então corre o infinito...
Onde estás, Senhor Deus?...¹⁶⁰

Até mesmo os teóricos da religião cristã que ao longo do século, consideravam a escravidão como mal necessário começaram a criticá-la. O trabalho escravo passou, também, a ser visto como menos proveitoso que o livre e um obstáculo para a introdução de novos modos de produção.

Como resultado das pressões pelo fim da escravidão e de intensos debates no Parlamento, a partir da década de 1870, sucessivas leis que procuravam manter o processo de abolição controlado e longe dos conflitos das ruas, foram votadas. Entretanto, algumas dessas leis não conseguiram evitar que a luta pela liberdade prosseguisse e criasse intensos conflitos

¹⁵⁹ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2003. p. 132.

¹⁶⁰ Publicado no livro **A cachoeira de Paulo Afonso**: poema original brasileiro (1876). In: ALVES, Castro. **Obra completa**. Org. e notas Eugênio Gomes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. p.198. Disponível em: <http://www.Escrit as.org/pt/t/13077/vozes-dafrica>. Acesso em 05 jun 2017.

entre africanos escravizados e seus senhores tanto nas fazendas, lojas e residências, como nos tribunais.

A lei do ventre livre, de 1871, deu liberdade aos filhos de africanos escravizados, mas deixou-os sob tutela do senhor até completar 21 anos ou aos cuidados do poder público a partir dos 8 anos, mediante indenização paga ao proprietário (um valor equivalente a 20 sacas de café).

No Rio de Janeiro, no ano de 1880, os abolicionistas fundaram duas sociedades, a fim de organizar a sua luta: A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista. Publicações diversas começaram a circular, pregando a abolição. Outras sociedades nos mesmos moldes que as da capital, foram organizadas em várias províncias.

A legislação se modernizava e estabelecia também o direito do cativo formar uma poupança para comprar sua própria liberdade, independentemente da vontade de seu dono. Até então eram os proprietários que decidiam se dariam ou não alforria para seus escravos, mesmo se eles possuíssem dinheiro para comprá-la. A lei de 1871 possuía ainda diversos mecanismos para evitar que os senhores a burlassem: eles eram obrigados a registrar e declarar a idade de todos os seus escravos. Caso contrário, estes seriam considerados livres. Se o escravo tivesse dinheiro para comprar sua alforria e o senhor se recusasse a vendê-la, o cativo por meio de um representante poderia entrar na justiça para denunciar o seu senhor.

Trabalhos historiográficos recentes mostram que após a aprovação da lei de 1871, o número de alforrias por compra cresceu vertiginosamente, assim como os conflitos entre senhores e escravos, particularmente entre os nascidos livres. Estes não queriam se submeter ao poder senhorial durante a tutela até os 21 anos.

Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e políticos engajaram-se no movimento e arrecadavam fundos para pagar cartas de alforria. Também apoiavam ações que buscavam negar a condição de escravizados a homens e mulheres negros, fazendo uso das próprias leis brasileiras.

Por exemplo, só poderia ser escravizado o filho de mão cativa, dizia a lei. Grande número de escravos não possuía no registro o nome de sua mãe, portanto o senhor não podia provar que ele era escravo. Aproveitando-se desta lacuna, o advogado Luís Gama, o ex-escravo, filho de Luísa Mahin (uma das principais líderes do movimento dos malês), que dedicou sua vida ao abolicionismo, foi responsável por cerca de mil alforrias. Quanto mais a campanha se alastrava, mais difícil se tornava manter a escravidão.

Rigorosamente falando, praticamente não há naquela primeira época grandes discussões sobre o fim do escravismo que possam ombrear com aquelas que surgiram nos anos 1870 – à partir, é claro, os já mencionados textos emancipacionistas de autores mais isolados e uma notável “fala do trono” pronunciada por Dom Pedro II em 1867, na qual o Imperador também se coloca a favor de um “emancipacionismo” gradual, sugerindo que a questão fosse discutida pelos políticos do Império. Esta fala régia, aliás, mobilizaria nos quatro anos seguintes os debates que conduziram à Lei do Ventre Livre promulgada em 1871, mas esta deve ser considerada como uma primeira grande medida “emancipacionista” (e não abolicionista), uma vez que com ela aponta-se não para a supressão imediata da escravatura, e sim para este deixar que a escravatura morra naturalmente, já que com a nova lei não nasceriam mais escravos e os já existentes terminariam por morrer um dia, extinguindo-se com isso a escravidão¹⁶¹.

Em 1885, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos com mais de 65 anos de idade. Obviamente, apenas um número muito reduzido de escravos foi libertado por meio dessa lei, uma vez que poucos atingiam tal idade. Além disso, um escravo de 65 anos quase sempre não estava mais em condições de trabalhar, representando apenas custo para o proprietário. A legislação abolicionista criada pelo governo imperial, portanto, era estéril na prática, representando apenas uma tentativa de aplacar, o movimento abolicionista, praticamente forte na imprensa.

Finalmente, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, que na ausência de D. Pedro II assumira a Regência, promulgou a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no Brasil.

Abolida à escravidão, pergunta-se: qual foi o destino dos libertos no nosso país? Os projetos abolicionistas que idealizavam a integração social dos ex-escravos por meio do acesso à propriedade de terras e da educação foram derrotados politicamente. A maioria negra foi marginalizada, impedida de se integrar ao desenvolvimento social e econômico do país.

Assim, para os libertos a abolição não significou marcante melhoria das suas condições de vida. Após a abolição acirraram-se o preconceito racial e as práticas discriminatórias em relação aos africanos e seus descendentes, que, declarada ou disfarçadamente, estariam presentes em suas vidas nas décadas seguintes.

O flagelo da escravidão permaneceu vivo, principalmente nas atuais estruturas econômicas da África que nunca mais conseguiram ressuscitar das cinzas deixadas pelo tráfico de escravos. No Brasil, as atuais características do capitalismo periférico aprofundaram suas raízes na Colônia, mas a escravidão nos legou um preconceito racial instalado consciente ou inconscientemente, na vida cotidiana das pessoas. O preconceito racial pretende hoje justificar que a maioria da população brasileira é pobre porque

¹⁶¹ BARROS, José D’Assunção. **A Construção Social da Cor.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009. p. 156 – 157.

é negra. Empiricamente, a maioria é pobre e negra, mas não se pode justificar sua pobreza com a identificação com o negro utilizado como sinônimo de vagabundo, sujo, irresponsável etc. No passado colonial, tentou-se justificar a escravidão dos negros com pensamentos similares¹⁶².

Uma questão não muito posta em discussão pelos pesquisadores que se ocuparam e se ocupam em estudar o Segundo Reinado, é a que diz respeito ao papel de D. Pedro II na Abolição da Escravatura, ou seja, qual seria a postura do Imperador perante a mesma?

O historiador Cesar Salgado num artigo publicado em 1984, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que tem por título: “O papel de D. Pedro II na Abolição da Escravidão”, defende com veemência o caráter abolicionista do Imperador:

Que o problema da escravidão realmente o preocupava e que ele se dedicou sem desfalecimento a expungir essa mácula do quadro das instituições brasileiras comprovam-no, testemunhas de irrecusável autoridade. No longo do reinado do senhor D. Pedro II, atesta – o Valentim Magalhães, nada encontro mais admirável do que a serena tenacidade com que desde data remota resistiu às solicitações e ameaças dos interessados no regime da escravidão.

Para se avaliar dos obstáculos de ordem social, política e econômica, que se opunham aos propósitos abolicionistas de D. Pedro, é de salientar-se que, além da poderosa classe dos proprietários rurais, contavam-se entre os mais pugnáveis opositores às medidas de libertação do elemento servil, eminentes estadistas do Império, como Andrade Figueira, Paulino de Souza, Felício dos Santos Ferreira Vianna, Visconde de Itaboraí, Marquês de Olinda, José de Alencar¹⁶³.

E, mais adiante, o nosso articulista conclui o capítulo, citando Joaquim Nabuco:

Que D. Pedro II nunca se omitiu em face dos grandes problemas da nacionalidade, afirma-o com indiscutível competência Joaquim Nabuco, neste termos, que valem como julgamento definitivo: É nas suas mãos que está a chave de nossa política; é ele quem traça o roteiro da emancipação, servindo-se ora de um, ora de outro partido, captando, para a ideia que tem no peito, o ardor dos que lhe podem servir de apóstolos, como a tolerância e depois o concurso dos que, por um primeiro movimento, a rejeitam; é ele quem emprega primeiro os Libertários e depois os Conservadores; quem anima, quem não vê dificuldades, quem se não deixa aterrar, nem demover; por último, mais acima de tudo, é ele só o refém; é “Seu” o maior interesse que está em causa; o trono, que ele expõe, sem medo, neste grande pleito da Humanidade¹⁶⁴.

¹⁶² PEREGALLI, Enrique. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Ed. Global, 2001. p. 71 – 72.

¹⁶³ SALGADO, Cesar. **O papel de D. Pedro II na Abolição da Escravatura**. Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1984, 2º Vol. p. 247.

¹⁶⁴ Ibid., p. 248 – 249.

Porém, resta-nos no presente momento, saber como foi recebida, em Vassouras, a notícia da Abolição. E para tanto, seguiremos o roteiro intelectual do grande mestre da História de Vassouras, o notável Ignácio Raposo.

Em Vassouras a lei de 13 de maio, não provocou reclamações sensíveis por parte dos fazendeiros porque bem sabiam estes que de nada lhes aproveitariam seus vãos clamores.

Entretanto na Câmara Municipal houve um grito de protesto, um protesto solene que foi até ao Império, mas que morreu no silêncio próprio dos que não mais existem.

Na sessão realizada a 7 de junho de 1888, leu o presidente da Câmara Municipal de Vassouras, Barão de Santa Maria, “uma mensagem para ser dirigida, diz a data da sessão, aos senadores e deputados que com rara coragem, superioridade de espírito, inteireza de caráter e louvável coerência, lavraram por meio de seus votos bem significativo protesto contra a precipitação e injustiça com que foram postergados os direitos e interesses incontestáveis de nacionais e estrangeiros residentes neste império, todos contribuintes do estado”.

Se por partido dos senhores essa lei só encontrou baldadas maldições, por parte dos escravos só teve bênçãos e júbilos que se traduziram em manifestações ruidosas nas fazendas, onde ao som do caxambu, se efetuaram danças africanas que só terminaram ao aparecer do sol¹⁶⁵.

Enfim, a sociedade vassourense erigida e fundamentada pelo café e pelo trabalho escravo, seria demolida pela Abolição. A desorganização do trabalho, promovida pela lei de 13 maio, e o esgotamento das áreas férteis para o café determinaram o fim da opulenta e aristocrática sociedade que se constituiu em Vassouras. As figuras que a animavam estavam, agora, completamente arruinadas. Com a lei Áurea, o pacto entre o regime monárquico e as classes que antigamente defendiam e sustentavam estava destruído.

No dia 13, no Rio de Janeiro, o decreto foi aprovado, faltando somente a assinatura da princesa para entrar em vigor. Apenas nove parlamentares, entre deputados e senadores, haviam votado contra, oito deles fluminenses. A regente, vinda às pressas de Petrópolis, às três horas da tarde recebeu os representantes da nação. As três horas e quinze minutos, sob o aplauso delirante da multidão aglomerada diante do Paço, a herdeira do trono sancionou a lei que extinguiu para sempre a escravidão no Brasil.

No dia 14, às 4 horas da tarde, em Vassouras, onde era grande a expectativa, ouviu-se o brado: “Não há mais escravos no Brasil!”. Da janela de sua casa, em que o movimento era incessante desde a véspera, Sebastião de Lacerda falou mais uma vez ao povo; desceu então à rua, para se misturar aos que festejavam. Alguém lembrou: - É preciso avisar os negros das fazendas! Eles

¹⁶⁵ RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: Editado pela Fundação 1º de Maio, 1935. p. 190 – 191.

não devem esperar mais um minuto. A galope seguiram os mensageiros da boa nova, anunciando: Cativoiro acabou! Cativoiro acabou!”¹⁶⁶.

No dia 24 de maio, no “Vassourense”, Sebastião Lacerda, secundado por membros de tradicionais famílias de senhores rurais, convocava para uma reunião em que se instalaria oficialmente o Partido Republicano de Vassouras.

Os abolicionistas da cidade, à cuja frente estava Sebastião Lacerda, mal passara em primeira discussão a lei áurea, saíram a campo e estrondosas passeatas sucediam-se umas às outras ao estrondo dos foguetes, aos sons entusiásticos dos vivas, ao sonoro ruído das bandas e dos discursos inflamados. O dr. Sebastião de Lacerda da varanda do prédio em que nascera falava ardorosamente ao povo em festa¹⁶⁷.

Assim, o fim da escravidão estava consumado! Porém, em muitas fazendas, seus donos tomaram cuidados para que a notícia da abolição não transpirasse, e ela levou um ano para ser conhecida por seus escravos. Deste modo, os latifundiários puderam explorar, por mais um ano, o seu trabalho, sem pagar.

Os fazendeiros não tinham mais como pagar salários, nem suas hipotecas vencidas, depois de amargarem a perda total da sua colheita de maio. Senhores odiados não conseguiram um único trabalhador, os grãos de café apodreceram nos pés, senhoras penosamente aprendiam a acender o fogo e a improvisar uma refeição. Do dia para a noite fazendas foram deixadas ao abandono. Para outros fazendeiros a agonia se prolongaria ainda alguns anos, pois, haviam falhado as tentativas de racionalizar o cultivo, o solo já não respondia à adubação, e métodos mais sofisticados estavam fora do alcance dos fazendeiros empobrecidos. Além disso, não tinham como competir em salário com os cafeicultores paulistas e não conseguiam atrair imigrantes.

As famílias fizeram suas trouxas, com que entulharam carroças e tomaram o trem para o Rio, onde viveriam em casas alugadas nos subúrbios.

Nem mesmo os barões que viviam na corte conseguiram perceber a desestruturação das formas agrárias que prevaleceram no Brasil desde a colônia. Em consequência, suas belas mansões, na Glória, Flamengo, Catete, Botafogo e Santa Teresa, e as apólices do governo se desvalorizaram, acompanhando a queda de prestígio dos nobres até a sua ruína total.

¹⁶⁶ SANT’ANNA, Sônia. **Barões e Escravos do Café**. Ed. Jorge Zahar, 2001. p. 149 – 150.

¹⁶⁷ RAPOSO, Ignácio. op. cit. p. 191.

Uma a uma as fazendas, compradas dos bancos, que as haviam sucedido em pagamento de dívidas, iam, passando às mãos de criadores de gado. Seus antigos donos se mudavam para a capital, em busca de empregos públicos e, se aí possuísem casas, suas mulheres as transformavam em pensão para hóspedes, ou davam aulas de piano e francês para as filhas da nova burguesia.

Deixando, porém, tão longa digressão acerca da lei áurea, consignemos aqui ter sido Vassouras devastada durante os últimos meses de 1888 por um desalento tão forte que seria quase impossível sonhar com seu reerguimento assim como o da província inteira que a acompanhava nesse delírio tremendo.

Parece que todos os espíritos maléficos do espaço se juntaram esse ano, para destruir Vassouras, tais as calamidades que se deram.

Reduzida a miséria com a abolição dos escravos, dizimado pela febre amarela, abalada pela proclamação da República, ameaçada de perder Mendes, a mais bela das suas freguesias, e macacos, que trabalhava surdamente para ser um novo município, assim como o Pati do Alferes, célula-máter da unidade vassourense¹⁶⁸.

Portanto, segundo as palavras do erudito Ignácio Raposo, fonte obrigatória e absolutamente fundamental para todos aqueles que se propõem estudar a história de Vassouras, na citação acima nos chama atenção a frase: “*reduzida a miséria com a abolição dos escravos...*”, ou seja, o notável historiador deixa claro que a fantástica riqueza e o luxo desmesurado do baronato cafeeiro de Vassouras, “desgraçadamente” havia terminado.

Os descendentes da elite cafeeira se espremeram em casas de cômodos, no centro, ou nos subúrbios (como vimos atrás), junto às classes trabalhadoras, onde uma população que constituiu uma nova pequena burguesia, contando os níqueis para o pão, o leite e o jornal. Primeiro se acotovelaram no bonde e nos cortiços das cidades os infectos “cabeças de porco”, agora abarrotados de famílias, em que se transformaram os antigos palacetes de barões, ou migravam para casinhas humildes dos subúrbios.

Porém, depois de tudo que foi colocado e analisado ao longo destas páginas, continua viva e interrogativa a questão que não quer calar: Quais os fatores que contribuíram ou que foram, direta ou indiretamente, responsáveis pela trágica e completa ruína de uma sociedade cuja elite era rica, luxuosa e poderosa?

Acreditamos que conseguimos detectar alguns destes vetores, ou seja, pragas nos cafezais; epidemias da cólera, exaustão das terras para plantio do café, falta de recursos técnicos modernos para serem usados no plantio e na colheita da rubiácea, empréstimos feitos

¹⁶⁸ Ibid., p. 193 – 195.

com pagamento de altos juros, principalmente após a lei de 1850, para compra de escravos e um suntuoso luxo no dia-a-dia das fazendas.

Porém, alguns outros fatores poderão ser elencados, na tentativa de responder às perguntas formuladas acima.

Em 1878, bem antes da abolição, notava-se o início da decadência que corroía todo o edifício do progresso até o final do século XIX, em parte pelos gastos faustosos, sem uma infra-estrutura que pudesse competir com o café de São Paulo. Nesta província, ele se desenvolveu muito, graças à mecanização de seu solo de massapé, ainda não deteriorado pela monocultura. Além disso, as fazendas de café de São Paulo se beneficiavam da política de imigração que o imperador iniciara em 1874, trazendo italianos. Mas a viagem de vinda corria por conta do cafeicultor, e os fazendeiros da província do Rio de Janeiro estavam quase todos falidos (como já foi dito anteriormente), pois sempre investiram seu capital na compra de escravos e mais e mais terras: capital mal-empregado e mão-de-obra cada vez mais cara. Também os produtos para sua alimentação estavam em constante alta. As safras nada rendiam. Tudo era incerto. Tempos difíceis rondavam as fazendas e casas comissárias da província do Rio de Janeiro. Havia pouca comida na mesa. Havia pouco lucro e muitas despesas, além de hábitos agrícolas ultrapassados. O ano de 1880 foi o marco divisório entre a opulência e a decadência da cidade de Vassouras. O trem não representava elemento de desenvolvimento da cidade, mas de seu esvaziamento cultural e político, com o êxodo para a corte. Após a abolição, os proprietários de café paulistas passaram a comandar a política e os negócios do país.

Fica visível que, no início, essa economia se embasara na produção do açúcar e da aguardente além de uma economia natural, de subsistência; a partir da segunda década do século XIX, a economia da cana-de-açúcar era deslocada pela do café. Viveu-se, então, o surto desse produto de exportação, durando esse surto até o final do século XIX. De fato, no Vale do Paraíba não houve um ciclo econômico do café, mas apenas um surto de exportação agrícola desse produto – surto longo, de 70 anos, enquanto duraram as matas locais da floresta Atlântica. Os seus benefícios econômicos não se reaplicaram integralmente nesse mesmo vale, não tendo permeado nem dado corpo e continuidade às atividades econômicas, posteriores, ao contrário do que se observou no Oeste paulista, onde um verdadeiro ciclo econômico do café – mais tardio – se instalou e promoveu a prosperidade daquela província¹⁶⁹.

¹⁶⁹ TAMBASCO, J. C. Vargens. **A Vila de Vassouras e a Economia do Café**. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 2010, p. 219.

Os cafeicultores erguiam sedes luxuosas (como já foi tratado atrás), com tudo o que havia de mais requintado e caro na Europa, inclusive, compra de escravos, tudo a ser pago com safras futuras. Os fazendeiros gozavam de crédito, muito crédito; o café alcançava preços nunca vistos.

Mas por trás da opulência ocultava-se a ameaça. Os cafeicultores se haviam acostumado a comprar a crédito. O café nem sempre atingia preço almejado, ou a geada e as pragas destruíam a colheita. Então era preciso levantar em bancos, mediante hipoteca das propriedades e dos escravos, a soma suficiente para pagar os débitos, recomeçar o plantio e manter o luxo de suas casas, com as próximas safras...

O desperdício de dinheiro com um luxo completamente inócuo (por tantas vezes ressaltado nestas páginas), como por exemplo, vinda da companhia lírica italiana da divina Candiani, quando trezentos animais, alugados por Antônio Corrêa e Castro, ocuparam as ruas de Vassouras conduzindo os músicos, guarda-roupa, cenários e instrumentos da companhia causando verdadeira estupefação do povo do município e mesmo da Corte, que jamais poderia “bancar” a companhia.

Quando as cidades do Vale do Paraíba entraram em decadência, o jogo surgiu como a última esperança, o derradeiro bafejo da sorte, quando cessavam os negócios... Em seu desespero, alguns fazendeiros tentavam sua última cartada e perdiam o resto de suas posses, na derrocada final. Quanto mais se aproximava a abolição e se renunciava, nos anos seguintes, a decadência do café na província do Rio de Janeiro, mais o jogo se generalizava naquele período de decadência crescente. Mesas para o jogo de bacará e de bilhar se espalhavam por todas as cidades do Vale. As grandes apostas no preço do café foram substituídas pelas apostas no jogo de azar.

A sociedade sentia falta da jogatina; o barão de Paty do Alferes instalara roletas, mesas de bacará e de bilhar em sua casa, onde se apostavam fortunas. O jogo era mais uma praga entre as muitas que assolavam o Vale, apressando a ruína de muita gente¹⁷⁰.

Com a morte dos velhos barões, uma nova geração, nascida no luxo e criada na ociosidade, assumia o comando do Vale: rapazes a contragosto retornados da Corte, onde viviam a pretexto de completar os estudos, perdiam nos cassinos e dilapidavam em jóias para as francesas o dinheiro ganho por seus pais. De volta à casa casavam-se com sinhazinhas, leitoras de revistas de Paris e romances açucarados. Para isso haviam aprendido francês com

¹⁷⁰ SANT'ANNA, Sônia. **Barões e Escravos do Café**. Ed. Jorge Zahar, 2001. p. 107.

uma condessa francesa arruinada, que instalara um colégio para moças em Vassouras. E, o fim de tudo estava cada vez mais próximo...

Os cafeicultores do Vale, cada vez mais apegados ao regime de trabalho servil, não se prepararam para utilizar nos seus latifúndios cafeeiros, qualquer outro tipo de mão-de-obra que não fôsse a escrava, diferentemente dos seus pares paulistas. Caso emblemático é o do senador Vergueiro, que em 1847 importou, através da firma Vergueiro & Cia., fundada para este fim, 423 imigrantes alemães para trabalharem em Ibicaba. Assim, desde logo os cafeicultores de São Paulo iniciaram um processo de imigração, visando a introdução de imigrantes como braço para a lavoura cafeeira. Os imigrantes eram distribuídos pelas fazendas de café, principalmente por iniciativa particular.

Esses imigrantes, bem como outros que a seguir a mesma firma ou fazendeiros individuais importaram da Europa, eram contratados sob o regime de parceria. Pelo que, rezavam os contratos, aos parceiros eram atribuída uma porção de cafeeiros, proporcional à capacidade de trabalho da família, para que os cultivassem, colhessem e beneficiassem os seus frutos. Os parceiros receberiam a metade do valor da venda do café que colhessem, deduzidos as despesas de beneficiamento, transportes, impostos e comercialização.

O regime de parceria foi principalmente uma experiência de trabalho livre, reclamado pelas necessidades da lavoura cafeeira, cujo desenvolvimento, como vimos anteriormente, se acentuou a partir de 1850. O regime em questão serviu de transição para o regime assalariado, ou seja, do pagamento de salário fixado antecipadamente ao trabalhador imigrante. São Paulo se preparou e aperfeiçoou os mecanismos econômicos e sociais, para receber a nova mão-de-obra de que necessitavam suas grandes fazendas. Porém, os grandes cafeicultores paulistas terão que encontrar solução para um grande problema: a posse da terra.

O regime do latifúndio, da grande propriedade privada e do monopólio da terra, permaneceu como na Colônia e no Império, no domínio de poucos. Houve certas transformações, inevitáveis em qualquer terra cuja população cresce. Mas estas modificações foram de tal modo insignificante em relação ao conjunto, que não alteraram a estrutura geral e fundamental do país: o sistema das grandes propriedades era, no período colonial, continuou a ser, por todo o tempo do Império, e prosseguiu sendo, pela República, o sistema único de posse e exploração da terra.

Esse predomínio latifundiário é total. As várias, soluções críticas apresentadas, bem como as tentativas de ataque à sua estrutura, mostrara-se ineficazes. A solução da pequena propriedade em face do sistema de produção mostrou-se utópica. A economia brasileira, sendo

preponderantemente agrícola, e dirigindo-se preponderantemente ao mercado externo, não permitia o desenvolvimento da pequena produção, que visava ao consumo interno¹⁷¹.

O processo de recrutamento e fixação dos imigrantes passou a ser denominado: imigração subvencionada, reservando-se o nome de “colonização” ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenas propriedades, em núcleos. E havia a vantagem de tornar a imigração para o Brasil muito mais atraente, oferecendo aos candidatos, desde logo, a possibilidade de se tornarem proprietários. Sem contar as vantagens de ordem social, pois se formavam assim verdadeiros povoados, fixados na terra e com ela identificados.

A despeito de todos os contratemplos e obstáculos sem contar que teve de vencer, a “colonização estrangeira”, constituída a base de pequenas e médias propriedades rurais, segundo os critérios da época, cedo se tornaria uma experiência vitoriosa¹⁷².

Em São Paulo, a pequena propriedade surgiu, com objetivos diferentes do que nos outros Estados e se integrou em outra realidade, transformando-se em elemento complementar do latifúndio. O aceno de acesso à terra depois de um estágio na fazenda fazia dos projetos de criação de pequena propriedade uma “isca” para atrair imigrantes.

Além do mais, estava implícito que a pequena propriedade devia funcionar como reservatórios de braços com os quais o fazendeiro podia contar por ocasião da colheita. E esse aspecto induziu muitos fazendeiros a lotear, em seus domínios ou nos seus limites, as terras não próprias para a cultura de café, a fim de fixar próximo ao cafezal uma população que, para arredondar seus rendimentos, ofereceria sua força de trabalho em certas ocasiões. Desta maneira, terras impróprias para a atividade hegemônica seriam valorizadas, e ao mesmo tempo o fazendeiro teria onde recrutar braços em horas de necessidade. Também poderíamos citar duas outras causas como origens das pequenas propriedades: o fracionamento das grandes propriedades por heranças sucessivas e o loteamento das terras cansadas.

O pensamento de Luís Peixoto a respeito da divisão de terras dos latifúndios para se fazer a colonização ou estabelecer a pequena propriedade nas áreas de grande cultivo, tinha eco entre a maioria dos grandes fazendeiros de Vassouras. Sobre isto, Francisco Carlos Teixeira da Silva escreve e analisadas as devidas especificações de cada setor produtor cafeeiro dentro

¹⁷¹ CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: Ed. Difel. p. 17.

¹⁷² GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 3ª ed.. p. 129.

da província do Rio de Janeiro, pode-se concluir que a defesa da propriedade da terra seria a garantia futura de que, ruindo o trabalho servil, a elite latifundiária não ruiria também. Para ele a questão da propriedade privada é dominante no pensamento da elite brasileira. O historiador anuncia que, plenamente consciente do momento em que viviam, os fazendeiros viam a terra substituir o escravo como equivalência de capital. A evidência encontra-se no jornal *A Lavoura*, de Rezende, mostrando que já se tinha consciência de que a principal causa da crise da lavoura não era o esgotamento do solo, as pragas ou a insuficiência do trabalho escravo, mas sim o sistema agrícola de exploração. Apesar disto, não se tinha um projeto efetivo para a solução do problema do Vale do Paraíba e a imigração não era bem vista pelos fazendeiros. Mas uma vez esperava-se que o Estado fosse o grande articulador de algum empreendimento¹⁷³.

¹⁷³ MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. **Colonização e Política: Debates em torno do fim da escravidão em Vassouras (1850 – 1888)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra, como requisito para a obtenção do título de mestre em História. Vassouras, 2007. P. 114.

CONCLUSÃO

Finalizamos o nosso trabalho tentando manter as linhas mestras que o fundamentaram, ou seja, uma sociedade aristocrática e extremamente rica e poderosa, alicerçada no café e no trabalho escravo, e que a partir da década de 1850 tornou-se o maior centro produtor de café, conhecido como “ouro verde”, do mundo. Porém, para surpresa, espanto e incredulidade de muitos, conheceu uma terrível, trágica e impressionante decadência, ou seja, os tão famosos e festejados “Barões do Café”, se viram completamente arruinados, tendo que conviver com as hipotecas de suas fazendas sem poder saldar seus créditos, como já assinalamos anteriormente.

Diversas são as causas apontadas pelos estudiosos que se ocuparam em analisar as causas que teriam levado esta sociedade tão próspera a uma completa ruína. Como tão bem colocou Monteiro Lobato em “Cidades Mortas”, num tão curto espaço de tempo. Cada autor que se debruçou sobre o tema, elenca ou enumera uma série de vetores sociais, políticos ou econômicos que mais ou menos, tiveram sido os responsáveis por tamanha desgraça, maximizando a importância de uns ou minimizando a interferência de outros, inclusive nós, ao longo do nosso trabalho.

Sem embargo, não conhecemos nenhuma obra que diga respeito ao estudo da sociedade vassourense durante o Segundo Reinado, e que se proponha a fazer uma análise dos vetores que levaram a sua ruína, sem mencionar as pragas que assolavam os cafezais; as técnicas rudimentares empregadas na lavoura cafeeira; o esgotamento do solo; A Lei de 1850; a elevação do preço da mão-de-obra escrava; a Abolição etc., etc. E, para corroborar nossa assertiva, traremos à colação os doutos discursos de alguns especialistas no assunto.

O doutor Tambasco, no seu tão citado: “A Vila de Vassouras e a Economia do Café”, conclui o seu precioso trabalho defendendo que: a partir da segunda década do século XIX, a economia da cana-de-açúcar era deslocada pela do café, durando esse surto até o final do século XIX. É extremamente interessante a visão deste autor, que nega que tenha havido um “ciclo econômico” do café no Vale do Paraíba, mas sim, “um surto de exploração agrícola desse produto”. Afirmando, que no “Oeste paulista”, existiu verdadeiramente um “ciclo econômico do café”, que se instalou e promoveu a prosperidade daquela província.

Mais adiante o ilustre pesquisador analisa a falta de qualquer tipo de adubação do solo, propiciando uma continuada perda de fertilização da terra, causando a decadência agrícola no Vale¹⁷⁴.

Outra especialista na história do Vale, a doutora Sheila de Castro Faria, no seu: “Barões do café”, nas considerações finais do livro, entre os diversos motivos da decadência da produção cafeeira do Vale, considera fundamental destacar dois: O esgotamento do solo e grande aumento do preço do escravo em razão das leis abolicionistas. Quanto ao primeiro motivo, ela nos diz que no Vale do Paraíba onde havia extensas terras boas para seu cultivo, quando um cafezal se tornava velho, trabalhava-se outro pedaço de terra para formar novo cafezal. E esse procedimento foi adotado durante longo tempo. E por muitos. Só que as melhores terras começaram a se esgotar, formando então um extenso vale de cafezais envelhecidos. Quanto ao segundo motivo, ela articula que durante a expansão do café, foram necessários muitos escravos. Isso, na época, não acarretara problemas, já que a África estava em condições de garantir braços para as necessidades das lavouras em acelerado crescimento. Mas, após a abolição definitiva do tráfico em 1850, cessou de vez o abastecimento de cativos vindos da África. Cafeicultores tiveram de contar com escravos provenientes de outras áreas do Brasil. Chegou um momento, porém, que a oferta de escravos, ainda que absurdamente cara, também não foi suficiente¹⁷⁵.

A escritora Sônia Sant’Anna, também especialista na história do Vale, no seu livro: “Barões e Escravos do Café”, resume em poucas linhas a decadência e posterior derrocada dos cafeicultores do Vale explicando que A Lei Áurea foi apenas o reconhecimento de uma situação de fato. A escravidão tinha já seus dias contados; não foi a causa, apenas apressou a derrocada dos cafeicultores do Vale do Paraíba. Há vários anos vinha caindo a produção, consequência de métodos agrícolas predatórios, e da inércia da geração que sucedera aos pioneiros do café. Gastos extravagantes havia posto fim a fortunas acumuladas em menos de um século¹⁷⁶.

Finalmente, terminamos as citações de tão doutos historiadores e escritores sobre a decadência e ruína do Vale, com um depoimento emblemático da professora Luzia Lobo: o leilão judicial da fazenda da Cachoeira Grande, que pertenceu a Francisco José Teixeira leite,

¹⁷⁴ TAMBASCO, J. C. Vargens. **A Vila de Vassouras e a Economia do Café**. Rio de Janeiro, Ed. do autor, 2010, p. 219 – 220.

¹⁷⁵ FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café**. Rio de Janeiro: Ed. Atual. p. 51.

¹⁷⁶ SANT’ANNA, Sônia. **Barões e Escravos do Café**. Ed. Jorge Zahar, 2001. p. 153.

o tão poderoso Barão de Vassouras, dono de uma imensa fortuna e enorme poder, que fez da sua Cachoeira Grande, o epicentro do seu mandonismo.

Em 5 de novembro de 1900 o Banco do Brasil realizou o leilão judicial da Fazenda, depauperada, assumindo suas dívidas. Foi engolindo tudo: terras, plantações, gado, sede, palmeiras imperiais, jardins, para deixar tudo abandonado, estagnado, desde os primeiros anos do século XX. E foi devorando a Cachoeira, assim como outras propriedades do Vale: terras falidas que não valiam mais nada. Propriedades tomadas, abandonadas e destruídas. Famílias desvalidas. Suicídios. Um quadro triste. Mas o Banco do Brasil tinha experiência no assunto. Nos áureos tempos, ele também negociara com escravos, intermediando sua compra e venda! Os protestos e processos jurídicos de postergação e irregularidade do arresto definitivo ocorreram em clima de revolta e insatisfação, mostrando que não era só a Cachoeira que caía; era todo o Vale. O abandono e pauperização das terras, primeiro prósperas com a árvore do anil, depois com café, em seguida ocupadas por gado e suínos e finalmente dedicadas ao turismo, nos fazem pensar no nascimento, decadência e morte das civilizações¹⁷⁷.

Assim, com este brilhante cenário em forma de parágrafo, construído pela douta professora e, diga-se de passagem, que poderia perfeitamente servir de pano de fundo para a encenação de uma tragédia grega ou talvez, Shakespeariana, vamos finalizar o nosso trabalho, convicto de que a tragédia vassourense foi escrita e encenada por vários autores e atores, tendo seu terrível epílogo na abolição!

¹⁷⁷ LOBO, Luiza. **Terras Proibidas**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2011. p. 482.

BIBLIOGRAFIA

- AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865 – 1866)**. São Paulo: Cia Nacional, 1938.
- ALENCAR, José de. **Senhora**. Porto Alegre: Ed. LPM, 1997.
- ALVES, Castro. **Obra completa**. Org. e notas Eugênio Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar. p.198. . Disponível em: <http://www.Escrit as.org/pt/t/13077/vozes-dafrica>. Acesso em 05 jun 2017.
- ÂNGELO, F. Monteiro. **Redes de Sociabilidade em Vassouras no Século XIX**. Rio de Janeiro: ed. do autor, 2007.
- BEIQUELMAN, Paula. **A crise do escravagismo e a grande imigração**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.
- BARROS, José D'Assunção. **A Construção Social da Cor. Rio de Janeiro**: ed. Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: ed. Difel.
- CASTELLO, J. C. Bruzzi. **Fazenda do Secretário**. Rio de Janeiro: ed. Universidade, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão**. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 2012.
- CONRAD, Robert. **Os últimos prós da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo, 1982.
- DA SILVA, Antônio Carlos. **A “boa sociedade valenciana do século XIX: redes de sociabilidade (1829 – 1868)**. (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2010.
- DAVIS, Kingsley. **A Sociedade Humana**. Rio de Janeiro. ed. Fundo de Cultura, 1964.
- DEANE, Phyllis. **A revolução industrial**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1973.
- DE CASTRO, Maria Werneck. **No tempo dos Barões**. Rio de Janeiro: ed. Bem-te-vi, 2004.
- DEISTER, Sebastião. **Em Busca do Ontem Perdido**. Rio de Janeiro. Ed. Dedalus, 2003, vol. II.

DE MENEZES, Paulo Braga. **O Cartório da Nobreza e Fidalguia do Império no 2º Reinado. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: ed. IHGB, 1984.

DEL PRIORE, Mary. **Beije-me onde o sol não alcança.** São Paulo: ed. Planeta, 2015.

_____ **Fazendas do Império.** Rio de Janeiro: ed. Fadel, 2010.

_____ **História da Gente Brasileira.** São Paulo: Ed. Leya,

_____ **História do Amor no Brasil.** São Paulo: ed. Contexto, 2005.

_____ e SCHNOOR, Eduardo. **Fazenda Três Saltos.** Rio de Janeiro: ed. Arte Ensaio LTDA, 2014.

DE SOUZA, Jorge Prata. **Escravidão: Ofício e liberdade.** Rio de Janeiro: Ed. Arqueiro Público RJ – APERJ, 1998.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1993.

_____ **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

FALCI, Miridian Brito; DE MELO, Hildete Pereira. **A Sinhazinha Emancipada.** Rio de Janeiro: ed. Viera e Lent, 2012.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** Porto Alegre / São Paulo: Ed. Globo, vol. 2, 1975.

FARIA, Sheila de Castro. **Barões do Café.** Rio de Janeiro: Ed. Atual.

_____ **Os Barões do Brasil. In: Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, 2005, nº 2.

FERNANDES, Neuza. **Uma Mulher Inatual. In: História e Geografia do Vale do Paraíba.** Rio de Janeiro: ed. Inst. Hist. E Geo. De Vassouras, 2013.

FERREIRA, Carlos Roberto Dias. **Barão de Guaraciába, Francisco Paulo de Almeida: Um Negro no Brasil no Império – Escravista.** São Paulo: ed. All Print, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A crise dos comissários do café do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Historia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1977.

FORTE, José Mattoso Maia. **Introdução à corografia de Vassouras. In: Vassouras de ontem.** Compilação de textos organizada por GREENHALGH, H. Faria Braga. Rio de Janeiro, 1975.

_____ **As fazendas de café. In: Vassouras de ontem.** Editado pelo Asilo Barão do Amparo, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Novo mundo nos trópicos.** Ed. São Paulo: Cia Nacional, 1971.

-
- O Mundo que o Português Criou.** Recife, PE: ed. Realizações editora, 2010.
- FREITAS, Caio de. Apud. **As razões da independência.** SODRÉ, Nelson Werneck. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas.** São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1995.
- GOMES, Laurentino. **1808 Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil.** São Paulo: ed. Planeta, 2007.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 3ª ed.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.**
- LACERDA, Carlos. **O quilombo de Manuel Congo.** Rio de Janeiro: Ed. R. A., 1935.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra.** Rio de Janeiro: ed. IBGE.
- LAMEGO, Paulo. **O Brasil é o Vale.** Rio de Janeiro: Gráfica PC Duboc Ltda, 2006.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1978.
- LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1966.
- LEOPOLDO, Eliane Cahon. **As Mulheres e o Poder: Administração e Atuação Feminina na Sociedade dos Barões do Café de Vassouras (1850 – 1899).** (Dissertação de Mestrado em história). Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2014.
- LINCH, Christian Edward Cyril. **Da Monarquia à Oligarquia.** São Paulo: Ed. Acamedia, 2014.
- LOBO, Luiza. **Terras Proibidas.** Rio de Janeiro: ed. Rocco, 2011.
- LONGHIN, Alexandre Wagner. **Apogeu e Declínio: Fazenda Ribeirão Frio no Médio Vale do Paraíba, Século XIX ao XXI.** (Dissertação de mestrado em história). Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2007.
- MAESTRE, Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre – RS: Ed. UFRGS, 1984.
- MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX.** In: **O Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, Vol.II, 2014.

- MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. **Colonização e Política: Debates em torno do fim da escravidão em Vassouras (1850 – 1888)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra, como requisito para a obtenção do título de mestre em História. Vassouras, 2007.
- MELLO, João Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Política e Cultura no Rio de Janeiro: A Sociedade em Vassouras no Século XIX**. In: **História e Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: ed. Faperj, 2008.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2004.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2003.
- OLIVEIRA, Teixeira de. **A vida maravilhosa e burlesca do café**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1942.
- PADILHA, Silvia Fernandes. **Da Monocultura à Diversificação Econômica – O estudo de Caso: Vassouras: 1880/1930** (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1977.
- PEIXOTO, Afrânio. **Vassouras**. In: **O café**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento do Café, 1934. 1º Vol.
- PEREGALLI, Enrique. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Ed. Global, 2001.
- PINTO, Jorge. **Fastos Vassourenses**. Rio de Janeiro: ed. Fundação 1º de Maio, 1935.
- PINTO, L. A. da Costa. **Lutas de famílias no Brasil**. São Paulo, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasilense, 1974.
- _____ **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. In: **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, Difusão Editorial, Tomo III, 1977.
- QUEIRÓZ, Suely R. Reis de. **A abolição da escravidão**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Rio de Janeiro: ed. Fundação 1º de maio, 1935.
- REBOUÇAS, André. **Abolição imediata e sem indenização**. Rio de Janeiro: Ed. Typographia Central, 1883.
- RIBEYROLLE, Charles. **Brasil Pitoresco**. São Paulo: ed. Martins, 1º vol., 1941.
- RISÉRIO, Antônio. **Escravos de Escravos**. In. **Nossa História**. Rio de Janeiro, fevereiro de 2004, nº 4.

- SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- SALGADO, Cesar. **O papel de D. Pedro II na Abolição da Escravatura**. Rio de Janeiro. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1984.
- SANT'ANNA, Sônia. **Barões e Escravos do Café**. Ed. Jorge Zahar, 2001.
- SANTOS, Marco Aurélio Martins. **Brandão, o Popularíssimo e as Companhias Teatrais Mambembes no Vale do Paraíba, no Século XIX: uma Viagem Pitoresca**. In: **História e Geografia do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: ed. Vassouras, 2013.
- SANTOS, Marco. **Efemérides vassourenses**. Marco Santo, Neusa Fernandes, Olinio Gomes P. Coelho, Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016.
- SANTOS, Tatiana. **Lei da Sobrevivência**. In: **History Brasil**. São Paulo, 2014, nº 3.
- SCHARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**. São Paulo: ed. Difel, 1975.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: ed. Cia das Letras, 1998.
- STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1961.
- TALLES, Tereza Silva e MELO, Mariana. **Meu Brasil Africano**. São Paulo: Ed. Ibec, 2013.
- TAMBASCO, J. C. Vargens. **A Vila de Vassouras e a Economia do Café**. Rio de Janeiro: ed. do autor, 2010.
- _____ **A Vila de Vassouras e o Vale Médio do Paraíba**. Rio de Janeiro: ed. Vassouras, 2007.
- TAUNAY, Afonso de E. **Os Teixeira Leite**. Rio de Janeiro: ed. Fund. Nac. do Café, 1945.
- _____ **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Dep. Nac. do Café, 1945.
- TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro, 1939. Tomo III.
- WITTER, J.S. (org.). **Idéias políticas de Francisco Glicério**. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/MEC, 1982.
- VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.
- VIANNA, Oliveira. **Hegemonia do Vale do Paraíba (2º Império)**. In: **O café**. Rio de Janeiro: Ed. do Departamento Nacional do Café, 1934. 2 vol.
- _____ **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, vol. 1, 1973.

VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBURQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis.**
Rio de janeiro: Ed. Universidade de Brasília / Ed. Tempos Brasileiros, 1978.

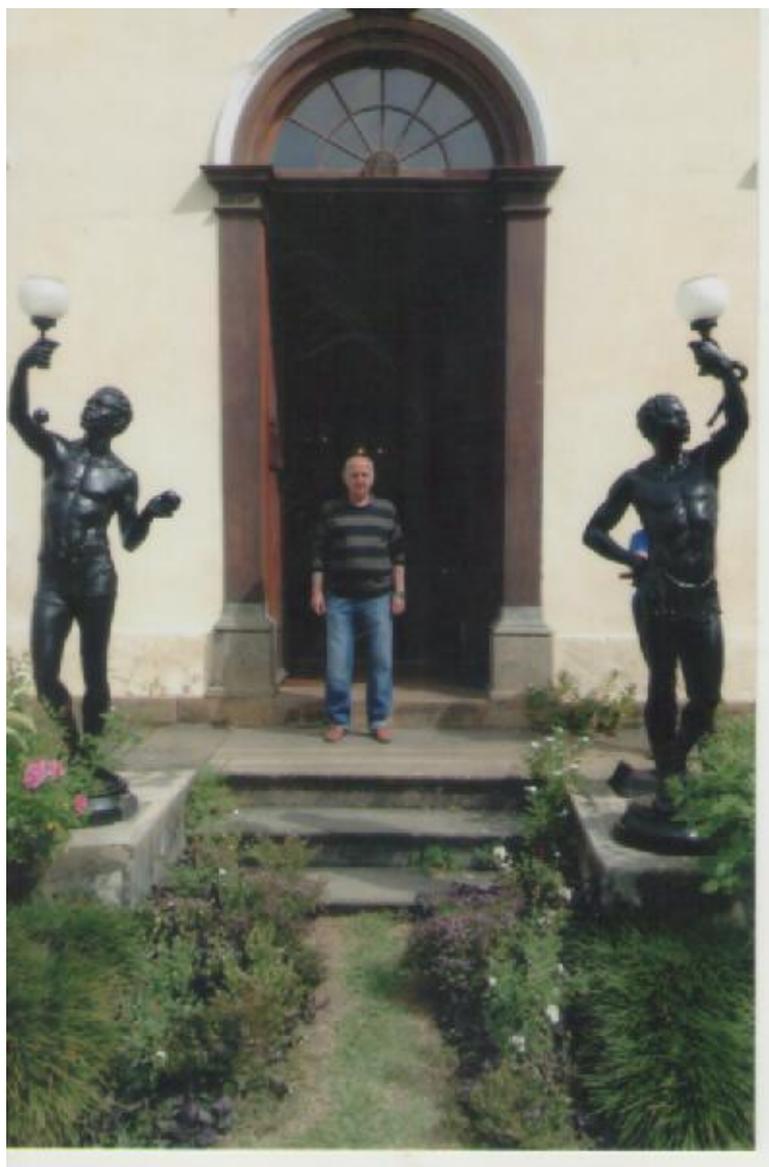
ANEXOS**ANEXO 1- CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS**

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

**ANEXO 2- FAZENDA DA CACHOEIRA GRANDE – RESIDÊNCIA DE FRANCISCO
JOSÉ TEIXEIRA LEITE (BARÃO DE VASSOURAS)**



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 3- ENTRADA PRINCIPAL DA FAZENDA DO SECRETÁRIO

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 4- FOTO DO BARÃO DE VASSOURAS

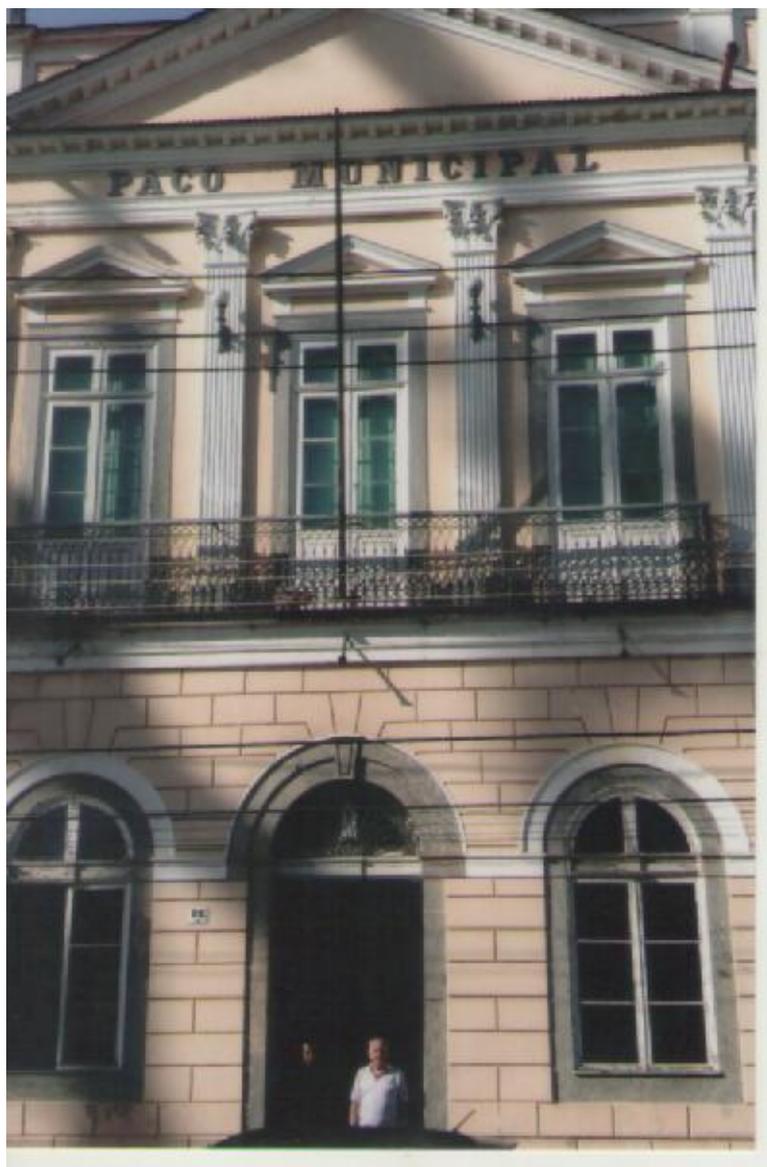


FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

**ANEXO 5- CHAFARIZ DA PRAÇA PRINCIPAL DE VASSOURAS, MANDADO
CONSTRUIR POR D. PEDRO II**



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 6- PAÇO MUNICIPAL DE VASSOURAS

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 7- FOTO DE EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 8- IMAGEM LATERAL DA FAZENDA DO SECRETÁRIO

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 9- FAZENDA SANTA EUFRÁSIA

FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.

ANEXO 10- MUSEU DA CHÁCARA DA HERA: ANTIGA RESIDÊNCIA DE JOAQUIM JOSÉ TEIXEIRA LEITE – PAI DE EUFRÁSIA TEIXEIRA LEITE



FONTE: ARQUIVO PESSOAL DE LUIZ CARLOS DE CARVALHO NORA.